

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**IZAQUIEL MATEUS MACEDO GOMES**

**“DO MEDO DA VINGANÇA À ESPERANÇA DA RECOMPENSA”:  
DOMINAÇÕES, INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA AQUISITIVA CABOCLA EM  
MAUÉS – AM**

**PORTO ALEGRE**

**2023**

**IZAQUIEL MATEUS MACEDO GOMES**

**“DO MEDO DA VINGANÇA À ESPERANÇA DA RECOMPENSA”:  
DOMINAÇÕES, INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA AQUISITIVA CABOCLA EM  
MAUÉS – AM**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva.

**PORTO ALEGRE**

**2023**

## CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Izaquiel Mateus Macedo  
"Do medo da vingança à esperança da recompensa" :  
dominações, instituições e a economia aquisitiva  
cabocla em Maués - AM / Izaquiel Mateus Macedo Gomes.  
-- 2023.  
123 f.  
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Caboclo. 2. Aquisição. 3. Dominação. 4. Weber.  
I. Silva, Leonardo Xavier da, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**IZAQUIEL MATEUS MACEDO GOMES**

**“DO MEDO DA VINGANÇA À ESPERANÇA DA RECOMPENSA”:  
DOMINAÇÕES, INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA AQUISITIVA CABOCLA EM  
MAUÉS – AM**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Israel Pereira dos Santos  
IF Amazonas

---

Prof. Dr. Marcelino de Souza  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sirlei Glasenapp  
UFSM

Para minhas filhas Izabel, Izadora e  
Izabela Gomes  
Ao meu pai David e a mãe Nazaré Gomes  
e ao meu Irmão Isaias Gomes  
Ao meu padrinho Osvaldo Junior e  
A minha companheira Danielle Caldas.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Maués (IFAM), ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas (PPGDR).

Agradeço, especialmente, ao meu orientador Prof. Dr. Leonardo Xavier, cuja orientação proporcionou a construção da pesquisa; agradeço aos professores do PPGDR, aos professores da banca: Prof. Dr. Marcelino de Souza (UFRGS), Prof. Dr. Israel Pereira dos Santos (IFAM) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sirlei Glasenapp (UFSM).

Os limites, socialmente a mim impostos, sempre me provocaram, incentivando-me a superá-los e me impelindo rumo ao aprendizado. Dessa forma, não posso dizer que fazer o Doutorado foi uma ideia recente. Ela se iniciou, mesmo sem que eu soubesse, por volta dos meus 15 anos, quando senti a necessidade de respostas às questões impostas pela vida. Nisso, foram muitas lutas, superações, choros, mas também muitas vitórias das quais destaco a condição de bem encaminhar minhas três filhas.

O ensino fundamental e o ensino médio foram momentos de descobrir que estava no caminho certo, com ânimo necessário e afinado ao propósito de adquirir conhecimento e ao mesmo tempo me manter. Veio a graduação e com ela novos desafios, dentre eles o de custear o curso, pois mesmo com a gratuidade as despesas com os materiais e os textos eram muitas, tendo em vista que ainda eram tempos de internet e pdfs escassos. Enfim, chegou o dia da colação, enquanto muitos apresentavam seus anéis de Ouro, eu comprei o meu no camelô no Ver-o-Peso, por R\$3,00 negociados, pois eram R\$5,00; sem contar que fui e voltei de carona no ônibus: Ananindeua– Ver-o-Peso – Ananindeua, cerca de uma hora (1h) de viagem.

A primeira experiência, de estudar fora do Pará, veio com o Mestrado no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Destaco aqui a recepção digna que tive pela família Cesário, cuja matriarca, soube tempos depois, que veio a falecer.

Em 2015, chego no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), lá encontrei duas personagens: um agrônomo e um veterinário que me fizeram olhar para a agropecuária de uma maneira diferenciada, e após vários projetos de pesquisa, ensino e extensão, vi que era o momento de trabalhar esse tema com mais afinco.

Sendo assim, agradeço os meus irmãos caboclos, barqueiros das comunidades, meus parentes, como dizemos aqui no Norte, que não lerão este trabalho, mas que foram fundamentais para que ele acontecesse. Assim, o doutorado foi se construindo junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agradeço também algumas pessoas e instituições que se juntaram a essa empreitada, pois a trajetória importa, bem como os seus paradoxos, consequências, afinidades e adaptações, são elas a saber: Centro Comunitário do Bosquinho, onde a trajetória se iniciou, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Aos colegas do IFAM que ficam com a trajetória da vida: a minha 'irmã' Iara e meu amigão Carlinhos.

Os Colegas do Doutorado Sheyla Rosana, Francisco Kleber, Josimar, Stalis, Jorge, Maurrem, Camila, Cristiane. E por último, mas não menos importante as Prof<sup>as</sup> Dr<sup>as</sup> Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro/Pr-PPGLit/UFSCar) e Carla Alexandra Ferreira (UFSCar/PPGLit).

Quero aproveitar e prestar homenagem ao grande sambista Reinaldo Zacarias, cujas lives, no Instagram, embalaram meus estudos.

## Saga do Canoeiro

Da tua canoa, o teu pensamento  
Apenas chegar, apenas partir, já vai canoeiro  
Teu corpo cansado de grandes viagens  
Já vai canoeiro  
Tuas mãos calejadas do remo a remar  
Já vai canoeiro.  
David Assayag (2010)

Os últimos dois mil anos não treinaram o  
camponês para produzir visando o lucro.  
Max Weber (2012)

A liberdade contratual, portanto, tem  
limites formais somente na medida em  
que os contratos e a ação social, em  
geral, não violem o direito natural que os  
legitima. Isso é, na medida em que não  
devem tocar nos direitos de liberdade  
eternos e imprescritíveis, quer se trate de  
estipulações privadas entre indivíduos ou  
da ação institucional dos órgãos da  
associação e da obediência dos membros  
diante dessa ação.  
Max Weber (1974)

## RESUMO

A implementação da política Real Portuguesa, na colônia Brasil, instalou uma política econômica mercantilista de exploração da gente e do território no intuito de responder à demanda do continente europeu. Tal fato, se efetiva com o estabelecimento de organizações e instituições já executadas e/ou conhecidas pelos portugueses. Nesse contexto, especialmente, para a colonização do espaço amazônico foi primordial a atuação da igreja Católica por intermédio de suas congregações, principalmente, os Jesuítas, os quais foram fundamentais para o processo de assimilação do nativo à cultura cristã e civil portuguesa por meio de seus bens de salvação e para as leis seculares, como exemplo: o casamento que uniu o estrangeiro e a nativa tendo como herdeiro o Mameluco, o Caboclo. Quais instituições importaram e importam a essa sua economia aquisitiva? O objetivo central desse trabalho é questionar as dinâmicas institucionais presentes no cenário amazônico que influenciaram na economia aquisitiva. Essa dinâmica possibilitou ao caboclo ser reconhecido, 'educado' e apoiado, ou melhor, lhes possibilitaram poderes de disposições e, conseqüentemente, poderes de aquisições. Para a melhor compreensão das relações sociais, ou melhor, das relações institucionais, a teoria weberiana das dominações tradicional, burocrática e carismáticas foram primordiais para analisar a construção de uma tradição de oportunidades aquisitivas. Há a contribuição, solidária, de Douglass North. Atualmente esse caboclo é cliente do Estado democrático liberal, em várias esferas, entre elas as transferências de rendas. Sejam diretamente em suas contas nas agências bancárias ou indiretamente com transferência de outras políticas como o Fundeb, o qual possibilita capacidade orçamentaria aos municípios nas políticas educacionais. Em decorrência, os caboclos e/ou professores têm suas remunerações, poder e chances aquisitivas assegurados. O trabalho apresenta algumas fases: a) A pesquisa bibliográfica; b) a exploração do campo com entrevista com aqueles que se faziam presentes nos barcos. Na observação e na escuta atenta anotando o "falado", constatou-se que o urbano, necessariamente, não é polo atrativo, mas os recursos monetários, principalmente, públicos que circulam nele, do contrário, sua presença seria reduzida. Algumas problemáticas foram apontadas para receber ou usufruir os recursos recebidos como, por exemplo, a baixa circulação de moedas de menor valor o que dificulta o acesso prorrogando a presença no urbano e a formação de filas nas agências bancárias e lotéricas, uma vez que se pretende levar certa quantidade de

dinheiro para a comunidade, devido às questões domésticas, à estratégia do uso do App que esbarra na dificuldade com o sinal da internet. Apesar dos poderes de disposições, a economia aquisitiva cabocla sofre de percalços estruturais.

**Palavras-chave:** Caboclo. Aquisição. Dominação. Weber.

## ABSTRACT

The implementation of the Portuguese royal policy in the colony Brazil installed a mercantilist economic policy of people and territory exploitation to respond to demand from the European continent. This fact is implemented with the establishment of organizations and institutions already executed and or known by the Portuguese. In this context, and especially for the colonization of the Amazon space, the role of the Catholic Church through its congregations, mainly the Jesuits, was essential for the process of the native's assimilation of the Portuguese Christian and civil culture through their salvation goods and for secular laws, such as marriage that united the foreigner and the native, generating the Mameluco or the Caboclo. Which institutions mattered and matter to this individual for his acquisitive economy? The main objective of this thesis is to question the institutional dynamics present in the Amazonian scenario, which influenced the acquisitive economy. This dynamic allowed the caboclo to be recognized, 'educated,' and supported, or rather, it enabled them to have powers of disposition and, consequently, powers of acquisitions. To better understand social relations or institutional relations, the Weberian theory of traditional, bureaucratic, and charismatic dominations was essential to analyze the construction of a tradition of acquisition opportunities. There is the contribution, and solidarity, of Douglass North. Currently, this caboclo is a client of the liberal democratic State in several spheres, including income transfers. Whether directly in their accounts at bank branches or indirectly with the transfer of other policies such as Fundeb, which provides municipalities with budgetary capacity in educational policies. As a result, caboclos and or teachers have their remuneration, purchasing power, and chances assured. The work presents some phases: a) bibliographical research; b) exploration of the field with interviews with those who used to make gifts on boats. Observation and attentive listening, noting what was "spoken." It was found that the urban is not necessarily an attractive pole. However, the monetary resources, mainly the public, circulate in it. Otherwise, its presence would be reduced. Some problems were pointed out in order to receive or use the resources received, such as, for example, the low circulation of coins of lesser value, which makes access difficult, extending the presence in urban areas and the formation of queues at bank and lottery agencies, since it is intended to take a certain amount to the community due to domestic issues and the strategy for

using the App spills over into the difficulty with the internet signal. Despite the provision powers, the caboclo acquisitive economy suffers from structural casualties.

**Keywords:** Caboclo. Acquisition. Domination. Weber.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Canoas motor rabeta.....	20
Figura 2 - As margens da cidade e do rio maués-açu .....	20
Figura 3 - Comunidades.....	21
Figura 4 - Mameluco - caboclo.....	23
Figura 5 - Maués Antigo embarcações.....	24
Figura 6 - Rampa da Feira na estiagem; na cheia.....	71
Figura 7 - Camelô e Comércios frequentados pelos caboclos .....	73
Figura 8 - Orla e embarcações .....	95
Figura 9 - Pau - rosa.....	98
Figura 10 - Canoa rabeta, produtos, orla da feira .....	100
Figura 11 - Feira do Produtor.....	101
Figura 12 - Necessidades e Aquisições .....	102
Figura 13 - Furos ou Atalhos.....	103
Figura14 - Estiagem .....	104
Figura 15 - Barcos recreio.....	105
Figura 16 - Condicionais PBF .....	107
Figura 17 - Agência Bancária e Lotérica .....	108
Figura 18 - Calendário NIS - PBF .....	111

## LISTA DA QUADROS

Quadro 1 – Via terrestre.....	91
Quadro 2 – Caracterização de sistemas territoriais .....	93
Quadro 3 – Informação do Amaná.....	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rios e populações.....	90
Tabela 2 – Viagens e períodos.....	92
Tabela 3 – Benefício de Prestação Continuada – BPC.....	110
Tabela 4 – Benefícios Financeiros.....	110
Tabela 5 – População, famílias e pobreza.....	111
Tabela 6 – Localidade e repasse dos recursos: localidade e repasse dos recursos orçamentários.....	112
Tabela 7 – Repasse orçamento PBF: incremento orçamentário.....	112
Tabela 8 – Por setor da economia e pessoal ocupado.....	113
Tabela 9 – Transferência de recursos Federais e Estaduais.....	114

## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CPF	Cadastro de Pessoa Física
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Sepror/Maués	Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
1.2	TESE.....	25
1.3	HIPÓTESE.....	26
1.4	OBJETIVOS.....	26
1.4.1	<b>Objetivo central</b> .....	26
1.4.2	<b>Objetivo específicos</b> .....	27
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	29
<b>3</b>	<b>A TRAJETÓRIA COMO OBJETO DA COMPREENSÃO</b> .....	31
3.1	A HISTÓRIA E AS TRAJETÓRIAS: pontos de vista práticos.....	31
3.2	AS SOCIEDADES E AS INSTITUIÇÕES .....	39
<b>4</b>	<b>DO ALÉM AO AQUÉM</b> .....	46
4.1	A CUNHAGEM DA POLÍTICA NA ECONOMIA .....	46
4.2	ECONOMIA, HONRA E REGRAS: GARANTIR PODERES DE DISPOSIÇÕES E OS AVANÇOS EM DIREÇÃO DA GESTÃO AQUISITIVA.....	50
4.3	O CESAROPAPISMO PORTUGUÊS E OS HIEROCRATAS: TRABALHOS E ESPECIARIAS .....	50
4.4	PATRIARCALISMOS OU ESTADO NATURAL .....	55
4.5	DOS PODERES PRÓPRIOS E PESSOAIS.....	55
4.6	A DOMINAÇÃO LEGAL: e a competência técnica .....	63
<b>5</b>	<b>MÉTODO E METODOLÓGICO</b> .....	68
5.1	PARA NAVEGAR NO MAUÉS-AÇU É PRECISO? .....	70
<b>6</b>	<b>UM LONGO PROCESSO ENTRE AFINIDADES E ADAPTAÇÕES: DA VELHA MUNDURUCÂNIA AO MUNICÍPIO DE MAUÉS</b> .....	75
6.1	O CAPITALISMO RACIONAL.....	75
6.2	CARACTERIZAR A POLÍTICA PARA A COLÔNIA, A ENGENHARIA INSTITUCIONAL IMPLEMENTADA E SUAS IMPLICAÇÕES .....	76
6.2.1	A EMPRESA RACIONAL PORTUGUESA E O DESENCANTAMENTO DA AMAZÔNIA .....	78
<b>7</b>	<b>UMA DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES:</b> .....	90
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, questionou: quais instituições importam para a economia aquisitiva do caboclo amazônida em Maués no Amazonas? E, o caboclo que interessou, neste trabalho, é aquele que, indubitavelmente, utiliza quaisquer tipos e/ou modalidades de embarcações para chegar na parte urbana da cidade para sua condução aquisitiva. Para tanto, este trabalho apoiou-se no método compreensivo interpretativo-explicativo, na teoria da ação, nos tipos – ideais e na sociologia econômica e institucional weberianos. E, solidariamente, na teoria da mudança institucional de Douglass North.

Na parte urbana das cidades, geralmente, as relações sociais se caracterizam pela gestão aquisitiva, aquela que pretende obter ganhos calculáveis sob regras fixas, uma ou repetidas vezes; este fato se mostra um ingrediente pelo menos controverso, em relação à suposta orientação econômica comunitária do caboclo amazônida (WEBER, 2020). Pois, uma vez que esteja na parte urbana da cidade o caboclo, com sua ‘economia tradicional’ de características afetivas, deparar-se-á com as gestões associativas racionais finalística, impessoal e sob a vigilância do ‘panóptico’<sup>1</sup> estatal. North (2018) adverte, sobre o caráter restritivo das instituições, as quais pretendem reduzir incertezas ou características irracionais como, por exemplo, as questões pessoais. As restrições impactam sobre as ações ou relações econômicas dos caboclos, ou seja, no jogo entre suas conduções comunitárias tradicionais (relações de afetividades/irracionais) e/ou aquelas por finalidades (racionais).

Nesse sentido, as orientações de Weber nos auxiliaram para compreensão do indivíduo caboclo/a no cenário, político e econômico, do Brasil, e especialmente, na socioeconomia e política no espaço amazônico. E, especificamente, nas suas atuais conduções aquisitivas entrelaçadas há muitos interesses construídos desde os tempos da Coroa portuguesa no Brasil.

---

1 Panóptico é um sistema de vigilância, onde o vigilante devido sua posição privilegiada observa os vigiados sem ter sua posição comprometida. Sistema desenvolvido pelo utilitarista Jeremy Bentham (FOUCAULT, 1999).

Nesse contexto, no município de Maués, as relações se dão, inicialmente, com os indígenas. Machado (2016, p. 26) assinala que os *Mau-uêú*<sup>2</sup> tem seu primeiro contato com o colonizador, por volta de 1669; esses colonizadores eram os padres Jesuítas, os quais construíram uma capela para residência temporária às margens do rio Maués-Açu. Bueno (2009) ressalta que, depois da comunidade vinha a capela, esta é reconhecida pela igreja e pelo Estado. Fonseca (2011) explica que a capela era um lugar coberto para guardar mercadoria.

Todos com algum interesse na economia da Amazônia, do colono mais humilde ao conselho ultramarino em Lisboa, queriam acreditar na possibilidade de um grande boom nas exportações de produtos como cacau, a salsaparrilha, o cravo amazônico, as castanhas, as resinas e os óleos das árvores, banha de tartaruga e manatim e uma grande variedade de especiarias nativas (ROLLER, 2013, p. 206).

Os interesses sociais, econômicos, políticos e simbólicos se misturam, conflitam, entre os caboclos, até às organizações Reais. O caráter exploratório das canoas, patrocinadas pelos missionários ou particulares, pelos rios amazônicos, intensificam-se com a presença da Coroa Portuguesa ordenando a coleta e a comercialização, para e a partir, da cidade de Belém do Pará, onde atracava a frota Real e depois de abastecidos, seguiam para Europa. As diversas racionalidades, dos diversos indivíduos e suas instituições atuam e interagem, conjuntamente, na gestão de uma economia colonial racional.

No intuito de manter a dominação Real sobre o comércio, a Coroa portuguesa providenciou o estabelecimento de organizações como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão<sup>3</sup>, entre outras, com foco no desenvolvimento da região. Entre as providências que foram tomadas estão o Regimento das Missões e os Descimentos que foram expedições compostas por pessoas que conheciam a região, geralmente, um Cabo – pessoa reconhecida por sua integridade moral – podendo ser uma pessoa branca ou, raramente, por um mameluco<sup>4</sup> que supervisiona os tripulantes e coordena a empresa em busca de riquezas mata adentro. (ROLLER, 2013, p. 207).

---

2 Indígenas que historicamente ocupam a região, hoje, baixo amazonas, conjuntamente, com os Mundurucu.

3 Empresa instalada por Marquês de Pombal e conforme Alvará Régio de 7 de junho 1755; controlar e fomentar a atividade comercial sob prática mercantilista. In: MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo - As Companhias Pombalinas: contributo para a história das sociedades por acções em Portugal. Coimbra: Livraria Almedina, 1997. 883 p.

4 Mestiço de branco com indígena ou de branco com caboclo (dicionário).

Figura1 - Canoas motor rabeta às margens do Maués-açu



Fonte: Izaquiel Gomes (2019).

O traslado, interior - cidade – interior - cidade, ainda hoje, é importante na dinâmica econômica da região. Nesse sentido, Bartoli (2017) lança suas observações para a cidade de Parintins, vizinha de Maués, e ressalta a importância da relação da cidade (urbano) em direção ao interior para se abastecer com produtos como madeira e peixe. Pontua como decisivo o uso das embarcações, nessa relação, no entanto, não é questão central em seu debate. Para Bartoli (2017) suas preocupações teóricas recaem sobre as relações sociotécnicas com o território e as territorialidades.

O presente trabalho, tomou como referência todo caboclo, que sai das comunidades em direção ao centro urbano, somada a necessária utilização da embarcação como meio de acesso. Pretende-se assim revelar os adequados e os causais arranjos institucionais e quiçá os inadequados (paradoxos de consequências); desde a saída da comunidade até chegada no centro urbano e sua voltar; considerada a efetiva ação orientada aos poderes aquisitivos.

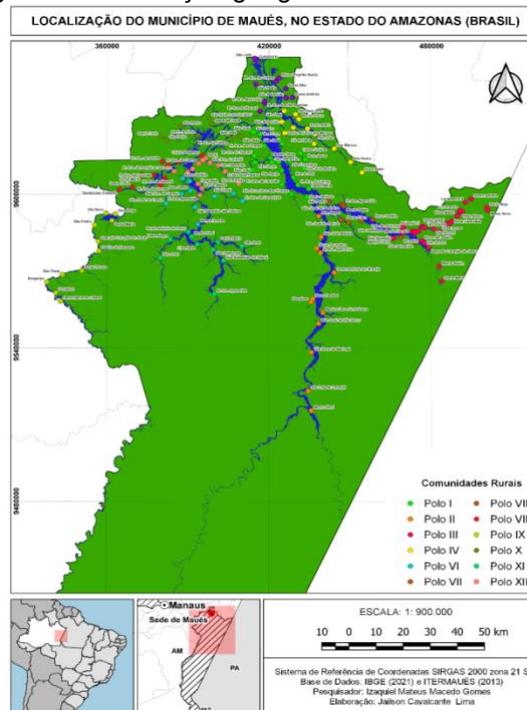
Figura2 - Embarcações às margens da cidade e do rio maués-açu



Fonte: Izaquiel Gomes (2019)

Maués é uma cidade situada ao leste do estado do Amazonas, às margens do rio Maués-açu e cercada por inúmeras comunidades caboclas e indígenas, que diariamente, mas principalmente quintas, sextas, sábados e domingos, feriados prolongados, assim como nos finais de meses e, especialmente, quando coincide todas essas condições, recebe um maior número de embarcações trazendo caboclos agricultores e familiares que movimentam os ativos da cidade. Quando esses indivíduos seguem em direção a parte urbana da cidade? Quais instituições importam?

Figura3 - Localização geográfica das Comunidades



Fonte: InterMaués (2013).

O caboclo amazônida não se inseriu e nem foi inserido, diferente do indígena. O caboclo é o componente humano das interações dos processos de colonizações da Amazônia. É o trabalhador, o produtor e o consumidor, ou melhor, um indivíduo de costumes híbridos locais e estrangeiros. Mas, quem é esse indivíduo chamado de caboclo que vagueia pelos rios e floresta e se encontra, hora ou outra, na parte urbana das cidades do baixo amazonense negociando a 'vida'?

O mestiço do branco com índia, denominado mameluco no Brasil, é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso, embora obstinado. Parece que a influência do índio tem a força justamente precisa para anular os altos atributos do branco,

sem comunicar ao produto nada da sua própria energia. É muito de notar que, nessas duas combinações do índio, quer com o branco, quer com o preto, o primeiro imprima o seu traço na descendência muito mais profundamente que o progenitor da segunda raça. Nos cruzamentos levados mais adiante os caracteres do índio puro ressaltam e os das outras raças se apagam com rapidez digna de reparo; conheci o filho de dois mestiços, um índio-negro, o outro índio-branco, que haviam readquirido quase que completamente os caracteres do índio puro (AGASSIZ, 2010, p. 488).

Lima (2009) ressalta que os tipos de cada região se confundem com seu território, sua colonização e a interação dos grupos étnicos. E que, no caso do caboclo, filho do branco com a índia, em sua maioria, é típico do espaço rural amazônico. Assim, o indivíduo caboclo somente pode ser compreendido com a presença de todos aqueles que chegaram (a igreja, a Coroa, os negros, os portugueses, franceses, holandeses; com suas ideias e interesses) na Amazônia. Relacionando-se com aqueles que já estavam presentes, os chamados índios, tão diversos e plurais em costumes, hábitos e convenções. Os resultados desses encontros foram a formação de vários mosaicos institucionais, entre eles, como já dito, o próprio caboclo.

Nos lugares em que existem as raças puras, é raro se encontrarem filhos provenientes da união de mameluco com mameluca, de cafuzo com cafuza ou de mulato com mulata, ao passo que os filhos nascidos da união entre branco, negro ou índio e mulato, entre branco, negro ou índio e mameluco, ou entre cafuzo e uma das três raças puras formam a base dessas populações heterogêneas (AGASSIZ, 2010, p. 287).

Nesse contexto, houve uma tendência do Branco colonizador de se sobressair e impor sua vontade mercantil, religiosa e beligerante garantindo para si os poderes de disposições e as honrarias, especialmente, os hierocratas e os aristocratas portugueses, mesmo os falidos. Lima (2009) ressalta que o amazônida típico era o contraste do migrante branco, urbano e rico. No entanto, aqueles que chegam à colônia, independentemente, se deparam com condições adversas e sem apoio, cabendo-lhes se inserir e/ou integrar-se. Ou seja, todos foram, em maior ou menor grau, assimilados pela penosa política Real:

Em nenhuma região brasileira se enfrenta tão duras condições de miserabilidade quanto os núcleos caboclos dispersos pela floresta, devotados ao extrativismo vegetal. A característica básica dessa variante é o primitivismo de sua tecnologia adaptativa essencialmente indígena, conservada e transmitida, através de séculos, sem alterações substanciais. E a inadequação desse modo de ação sobre a natureza para prever condições de vida satisfatórias e um mínimo de integração nas modernas sociedades de consumo. **incapaz de atender aos apelos da gente boa da terra, que pedia mulheres portuguesas, a coroa acabou por dignificar**

**através de Lei e por estimular mediante regalias e prêmios o cruzamento com as mulheres da terra. Independentemente dessa política oficial, porém, a mestiçagem se vinha fazendo desde os primeiros tempos da colonização. A novidade consistia, para o português, em tomar uma das índias semicativas para esposa oficial, diferenciando os filhos desta com seus herdeiros em detrimento do conjunto dos que gerava. Desse modo, ao lado da vida tribal que fenecia em todo vale, alçava-se uma sociedade nova de mestiços que constituiria uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira: o dos caboclos da Amazônia. Transladada aos novos núcleos uma ou outra se opunham, tipologicamente, como sociedades tribais autônomas de economia comunitária e como núcleos locais de uma sociedade estratificada, voltada para a produção mercantil e gerida por interesses exógenos (RIBEIRO, 1995, p. 317).**

Nesse excerto é, claramente, percebido um dos mecanismos de vigência da governança Real que estipulava as regras, para e sobre o ‘nascente’ caboclo. As regras institucionais, sejam formais ou informais (NORTH, 2018) ou da Instituição (Estado) e/ou União (WEBER, 2021) são demonstrados, por exemplo, nesses matrimônios entre homens e mulheres, estrangeiros e índias, sem ou com a educação catequética da igreja e até com desconhecimento da Coroa. Reis (1989) explica que a política real procurou proteger o mestiço sobre o pretexto da fraternidade e ‘integração’ entre raças e cores. Então, **para os casais, colonizadores e nativas, os presentes Reais eram incentivos para o trabalho na terra: um machado, uma foice, um ferro de cova, estopa.** Ainda, segundo o autor, da união nasceu o mameluco ou o ‘novo’ índio. Podemos estender e dizer que também o trabalhador e consumidor.

Figura 4 - Mameluco - caboclo



Fonte: Agassiz (2010)

Lima (2009) afirma que as políticas implementadas durante o século XVIII visavam nitidamente a construção de um campesinato com vista a produção de bens voltados ao mercado europeu. A intensidade e as crises foram determinantes nessa participação, ora para o mercado externo, porém predominava a subsistência. Os mecanismos de governança e o desenho institucional no qual o caboclo foi envolvido o colocava como elemento humano decisivo do processo de racionalização do 'mundo novo'.

Vê-se então nascer novos aglomerados com vieses comunitários com economia de excedente. Weber (2012; 2011) assinala que os laços comunitários se assentam em valores afetivos e emocionais traços inerentes a orientação econômica tradicional - irracionalidades. A política, as regras sociais e as de produção econômica ultrapassam a subsistência. Ou seja, com ação produtiva diferente das organizações tribais, o uso mercantil da terra e do território a fim de produzir excedente visando o mercado externo, dessa forma, percebe-se uma orientação econômica finalística. Esse híbrido institucional navega em direção à parte urbana da cidade; alcança os mercados, locais e europeus; então, atracam a embarcação.

Figura 5 - Maués Antigo embarcações



Fonte: Folha de Maués (2022).

De acordo com Bueno, os colonizadores construíram duas redes espaciais: uma eclesiástica, que precedia e que era submetida legalmente a outra, a rede civil. Iniciando, com “a elevação da comunidade, região inóspita, para capela. Era o reconhecimento pela igreja e garantia da visita do pároco” (2009, p. 252), em consequência, vinha a freguesia com a Matriz e a sacristia; depois, já na rede civil,

vinham as Vilas e, por fim, as cidades, com o estabelecimento da engenharia institucional.

Na vila, mas principalmente, na cidade se assenta o poder e o comércio, duplo equilíbrio (NORTH, 2009). Bueno (2009) assinala que para a Coroa portuguesa a cidade é a “cabeça, princípio & fonte donde outras causas se encerram”. Onde concentram a engenharia institucional legal montada pela Coroa. E, Weber (2015) aponta outras características importante da cidade: é o lugar de mercado; e das regularidades nas trocas; onde até mesmo a população não urbana satisfaz suas necessidades. Ou seja, lugar de aquisições, satisfações de necessidades, permanentemente.

Assim, para responder à questão central desse trabalho, é necessário observar e investigar: a racionalização, as racionalidades, os poderes de disposições, as instituições e as relações sociais aquisitivas, no cenário urbano amazônico.

A marcha das racionalidades confunde-se com o avanço dos processos, dos arranjos e rearranjos dos indivíduos, ou grupos de indivíduos; sobre os poderes de disposições, de rendas e honorarias. Inicialmente, os termos dão-se sob as orientações de ‘oportunidades aquisitivas’, onde a violência é um instrumento possível. Contudo, a conseqüente organização da violência, ente de incerteza e caos, sob o domínio de um ‘leviatã’ possibilita a gestão econômica, ou seja, que os meios pacíficos e seus aperfeiçoamentos sejam críveis em decorrência da organização das regras entre os indivíduos, ou grupos de indivíduos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir da implantação da empresa mercantil até os dias atuais. Quais instituições importam para a conduta aquisitiva do caboclo na cidade de Maués, no baixo amazonas, quando da sua estada na parte urbana da cidade?

## 1.2 TESE

Pretendi provar que as instituições afins que importam para o caboclo amazônica sempre esteve relacionada ao poder público, e atualmente, em Maués, continuam sendo as organizações públicas. Perfeitamente perceptível por meio dos

calendários, de remunerações e transferências de rendas, do poder público. O que confere poderes e oportunidades aquisitivas nesse momento do urbano.

### 1.3 HIPÓTESE

O caboclo é resultado da ação direta da Coroa Portuguesa. É o componente laboral produtivo, ou melhor, tornou-se o trabalhador e o consumidor. E suas ações estão divididas historicamente entre a comunidade e o urbano. Seu direcionamento ao urbano está relacionado ao seu poder, ou incremento, do poder aquisitivo. Aqueles que têm barcos, geralmente, levam algum produto agrícola e/ou pecuário e/ou seus derivados para vender e esses ganhos se somam aos recursos recebidos dos programas de transferências estatais de renda ou remunerações, então, compram o 'rancho'. Estes também que tem barcos próprios ficam mais tempo na cidade por vezes em decorrência de seu comércio. Outros, que dependem de barcos de terceiros, estão à mercê deste, e geralmente, demoram menos tempo, cerca de 24h a 72h, na cidade e, primam, pelos ativos de transferência de renda, e em consequência, de subsistência.

### 1.4 OBJETIVOS

Essa seção apresenta os objetivos central e específicos.

#### 1.4.1 Objetivo central

O objetivo central desse trabalho é questionar as dinâmicas institucionais presentes no cenário amazônico que influenciaram na economia aquisitiva. Essa dinâmica possibilitou ao caboclo ser reconhecido, 'educado' e apoiado, ou melhor, lhes possibilitaram poderes de disposições e, conseqüentemente, poderes de aquisições.

### 1.4.2 Objetivos específicos

- a) Contribuir com a teoria e a pesquisa, no campo da sociológica e da econômica, por meio do tema das Instituições, principalmente, mas não exclusivamente, em perspectiva Weberiana;
- b) compreender interpretativamente a conduta aquisitiva cabocla;
- c) analisar a partir do tema das instituições; a colonização portuguesa na Amazônia; o surgimento do caboclo; suas relações institucionais;
- d) explicar como as forças organizacionais/institucionais presentes, atualmente, influenciam na economia aquisitiva cabocla.

Para verificar a validade da hipótese. O trabalho toma um caráter exploratório a partir do método compreensivo interpretativo weberiano. Com uma abordagem qualitativa, uma vez que se pretende alcançar o que significam as instituições e como elas importam em contextos de aquisições.

O primeiro capítulo, inicialmente, prescrua a teoria sociológica por meio do tema das instituições. O tema das instituições é, inicialmente, ajuizado pelos pesquisadores da economia, ou seja, não faziam uma pesquisa de campo, ou melhor, empírica. Para fugir desse 'juízo de valor' Weber vê como crível o uso do trabalho 'antropológico' pela sociologia para interpretar compreensivelmente as relações socioeconômicas.

No segundo capítulo, caracterizar a colonização portuguesa na Amazônia; o surgimento do caboclo e suas consequências. A Coroa portuguesa para instalar uma empresa mercantil na colônia Amazônia, valeu-se da criação de organizações e arranjos sociais, os que acirraram diferenças entre os nativos, ao mesmo tempo, possibilitam aproximações entre estrangeiros e nativos. Dessa união, nasceu o caboclo, mameluco, 'um híbrido de relações socioeconômicas.

No terceiro capítulo, investigar como as forças institucionais que influenciaram a dinâmica da distribuição dos poderes de disposição; da economia aquisitiva e da participação do caboclo. Ou seja, qual o lugar do caboclo na estratificação da distribuição econômica e das honrarias sociais. Ao filho do estrangeiro com a índia foi possibilitado pelo Estado português, inicialmente, reconhecimento e estatutos de cidadania. Podendo frequentar e integrar organizações civis e religiosas.

No quarto e último capítulo, interpretar, compreensivelmente, as instituições que influenciam sobre as oportunidades aquisitivas dos caboclos e, em decorrência,

as relações sociais que tecem, na parte urbana da cidade. Atualmente, o caboclo médio amazônico continua suas relações com o Estado, sendo que, aspectos da democracia liberal que exigem do estatuto de cidadania vieses burocráticos (documentos) para então acessar direitos de cidadania.

A trajetória percorrida possibilitou confirmar a hipótese, qual seja: as instituições que importam para o caboclo amazônico quando está no perímetro urbano da cidade são aquelas ligadas às transferências de renda do/pelo poder público, principalmente, do governo Federal.

## 2 JUSTIFICATIVA

O espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, a qual o espaço assegura continuidade.  
Milton Santos (2008, p. 24).

O excerto, Miltoniano, desafia a teoria weberiana. Querendo fazer ver as marcas dos movimentos, das culturas e das instituições, organizadas ou expressas racionalmente na disposição histórica dos mercados. À medida que Weber é um leitor atento; no que diz respeito a observação “da realização das ações”, e principalmente, das relações sociais, ou seja, daquelas que conectam historicamente relações socioeconômicas institucionais Weber desvela a luta; por vez coercitiva por vez pacífica; entre indivíduos ou grupos de indivíduos, na construção de instituições em espaços econômicos.

De acordo com Sell (2019), a produção intelectual de Max Weber ramifica-se em variadas áreas do conhecimento, contempla: a economia, a política, o direito, as relações agrárias. Questões de epistemologia e metodologia em ciências humanas. O mundo moderno e sua cultura que se encarnam em instituições como o mercado, a burocracia e a ciência que resulta do processo de racionalização do mundo com enfoque na eficiência e produtividade, paradoxalmente, com a fim da liberdade da vida e seu sentido.

Nesse sentido, Sell, Albert e Mata (2020), ao expressarem a importância de Max Weber para o campo das ciências sociais; ressaltam sua influência em quase todas as áreas do conhecimento, como por exemplo: a sociologia, história, economia, direito; para ficar em algumas. Por isso, reforçam a atualidade da sua agenda de discussões e as diversas releituras e revisitas as suas teses, categorias e conceitos. Nesse sentido, é relevante aplicá-las as sociologias, as histórias e as economias; as instituições, organizações no/do espaço Amazônico.

A questão agrária, os camponeses, produção agrícola etc. são em muitos momentos preocupações intelectuais weberianas. Aldenhoff-Hübinger (2012) deixa explícito quando comenta que:

A atmosfera do seminário conduzido por Max Weber em seu gabinete em Heidelberg era produtiva e estimulante. Ele reunia numerosos alunos em

torno de si, que trabalhavam e se doutoravam em vários campos: política agrária e questão dos trabalhadores rurais, política comercial e comércio de grãos, bem como questão dos trabalhadores industriais e proteção ao trabalhador (ALDENHOFF-HÜBINGER, 2012, p. 4).

North (2009, p. 251) aponta ser relevante uma agenda institucionalista que possa observar as instituições, organizações e crenças. Pois o mundo é um espaço de incertezas. De acessos e/ou dominações; limitados, abertos, tradicionais ou legais; propensos a violência ou assegurados pela burocracia estatal. As afinidades racionalmente eletivas podem ser, e possivelmente serão, provocadoras de mudanças, constantemente.

A teoria da ação, dos tipos ideais weberianos, enriquecem as observações sobre a relação, entre indivíduos & instituições. Dessa feita, é adequado considerá-la num dos espaços mais debatidos da atualidade, o amazônico. Uma vez que, Max Weber é um clássico atento as relações de poder e entre os poderes, ou seja, suas interações e consequências.

Assim evidenciar a importância de o poder não repousar somente no viés econômico, mas também nos significados das honrarias sociais (WEBER, 1974). Ou seja, preocupa-se em observar os bens e significados que assente e legitima autoridades.

Quando se fala de cultura, a tendência dominante ia no sentido de concebê-la como um conjunto de valores que impõem normas a conduta dos homens. E esses valores, por sua vez, eram concebidos como entidades ideais, cuja principal **qualidade é a de ter significado** e que, embora não existam como 'coisas', **têm continuidade no tempo como vigência, pois valem**. Nesse sentido específico, os valores – e, por extensão, o conjunto deles, que constitui a própria cultura – têm caráter objetivo, porque independem das intenções e das ações singulares dos homens. **Cultura, para ele, não é um campo de consensos normativos, de diretrizes de avaliação, mas um campo de disputa, luta entre os homens para definir quais são as qualidades das coisas, das condutas e das ocorrências que tem caráter exemplar e podem servir como orientação perante o mundo** (COHN, 2006, P. 10).

É necessário observar o caboclo fora de aspectos genéricos, como: os povos da floresta. O caboclo apresenta, historicamente, demandas próprias e se apresenta como um importante indivíduo com/na racionalidade alimentar e financeira de vários municípios amazônidas.

### 3 A TRAJETÓRIA COMO OBJETO DA COMPREENSÃO

Nesse capítulo, pretende-se esboçar um quadro histórico teórico-conceitual, sobre o tema Instituições: suas manifestações, transformações e a procura da compreensão explicativa interpretativa do seu conteúdo como intersecção entre as subjetividades nas objetividades, nas ações ou relações sociais, em decorrência de sua orientação aquisitiva. Para tanto, anteriormente, será relevante a interlocução entre autores que se debruçaram sobre esse tema. O campo da cultura, enquanto objeto integrante da observação e do conhecimento foi, lentamente, inserido e, desde então, vem sendo exaustivamente, discutido.

#### 3.1 A HISTÓRIA E AS TRAJETÓRIAS: PONTOS DE VISTA PRÁTICOS

É a paixão que um valor desperta no cientista que guiará seu interesse entre o infinito material empírico da realidade. E que o político chegará a abandonar sua vida, na tentativa de realizar aquele valor com a sua ação.  
Saint – Pierre.

Há concordância que a história importa! E é objetivada em suas transformações sociais, políticas e econômicas, ou seja, em relações sociais. Os intelectuais têm com ela uma relação empírica mediada por arcabouços teóricos analíticos sistematizados. No entanto, há quem diga que nem sempre foi assim (Marques Junior; Pôrto Junior, 2003). Mas, Weber e North, cada qual a seu tempo, contribuíram, decisivamente, herdando e aperfeiçoando análises e, posteriormente, atraindo para si outros. Nesse contexto, Max Weber foi um participante atento e atuante de uma Alemanha em transformação entre os séculos XIX e XX; E, North, o ‘herdeiro de todos os tempos’, atento às transformações institucionais até a chegada do mundo líquido<sup>5</sup>.

Fonseca (2003), ao analisar a evolução dos métodos sobre o conhecimento, a partir da ciência econômica, demonstra que vários autores se valeram da máxima utilitarista e dedutiva, frequentes na escola inglesa, na qual, o recorte empírico não era uma característica ativa. Porém, O positivismo do francês Augusto Comte propôs críticas em relação aos economistas, principalmente, daqueles que prescindiam de

---

5 Referência a Zygmunt Bauman e sua teoria da fluidez das transformações pela qual passa a sociedade.

dados em suas análises, entre eles os fisiocratas, Smith e Ricardo. Dessa forma, propôs uma nova área de pesquisa, inicialmente, Física Social posterior Sociologia, fundamentada em teorias empíricas. É a ciência com dados, para o conhecimento da sociedade em várias esferas, sejam históricas, econômicos e/ou sociais avança agregando cada vez mais a perspectiva empírica, e:

A Escola Histórica Alemã, a qual buscava alicerçar, em argumentos históricos, as diferenças entre economistas de língua germânica e Inglaterra, para mostrar, a partir deles, que as leis da economia não podiam ignorar o contexto em que se inseriam (FONSECA, 2003, p. 23).

Saint–Pierre (2004) assevera que para o entendimento do pensamento weberiano é necessário situá-lo no debate de sua época, entre a gnosiologia e a metodologia, dentro do arcabouço das ciências sociais que fertilizou e frutificou na segunda metade do século XIX na Alemanha. Vários são os autores que enriquecem e influenciam o pensamento de Max Weber, como por exemplo: Simmel, Rickert, Windelband, Dilthey, Edmund Husserl (GARCEZ, 2014).

Para Max Weber, os economistas tinham elaborados sobre políticas econômicas, até então, apenas juízos de valor, um dever ser, comparando aquilo que faziam as ciências médicas. Eram do juízo que os fatos econômicos respondiam, a leis naturais e invariáveis e que seu desenvolvimento se dava de maneira uníssona. No entanto:

Com o nascimento do sentido histórico, nossa ciência foi dominada por uma combinação de evolucionismo ético e relativismo histórico, a qual tentou despojar as normas éticas do seu caráter formal, determinar o conteúdo do campo 'ético' mediante a inclusão de valores, e deste modo elevar a economia política à dignidade de uma 'ciência ética' estabelecida sobre bases empíricas. Efetivamente, acreditamos que uma ciência experimental nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas e ideias de caráter imperativo, dos quais pudessem deduzir-se algumas receitas para a práxis (WEBER, 2003, p. 4).

Bauman (2022) expõe que foi Wilhelm Dilthey quem revolucionou o pensamento hermenêutico, e considera ainda que, aparentemente, foi ele quem levou mais profundamente a noção do histórico para a compreensão associado à tradição. Dilthey pretendia propor explicações, leis e regras gerais, promotoras de verdades à história. No entanto, tal missão mostrou-se incompleta, então era necessário encarar esse desafio sob pena das ciências sociais terem seus resultados renunciados. Na

Alemanha do século XIX, a linha mestra da hermenêutica é a realidade e sua avaliação.

Ringer (2004) explica que a revolução educacional na Alemanha, nos anos de 1800, anteriores à França, à Inglaterra e dos 'ventos' da industrialização alcançarem os estados Alemães possibilitaram o desenvolvimento de pesquisas originais e inéditas; a exigência por qualificação profissional e pedagógicas; rigores exigidos no meio acadêmico. O traço educacional é requisito de prestígio e honrarias sociais. Assim, na Alemanha houve um descompasso histórico entre a revolução educacional e, depois, a industrial.

Os alemães do século XIX não encaravam sua nacionalidade como um aspecto da natureza, como algo inevitável, cuja presença não dependia de reflexão e apropriação ativa. Pelo contrário, os alemães a encaravam como um fenômeno inteiramente espiritual, que devia ser apreendido intelectualmente antes de poder ser possuído. O Espírito passou a ocupar o centro vazio da nação sem Estado; na falta de reis cuja crônica poderia constituir o sujeito da historiografia, "o povo" usurpou naturalmente o papel vago de sujeito da história. A captura do Espírito, que se expressa em monumentos de criação intelectual e artística, e vive por meio deles, bem como nas formas de vida pública (BAUMAN, 2022, p. 30).

Ringer assinala que a *Bildung* germânico, de forte tendência reformista, tem inspiração na Nova Filosofia Idealista Alemã. Contudo, extasiada de um neohumanismo grego clássico focado no cultivo do autodesenvolvimento pessoal. Ou seja, "a *Bildung* sempre se referia à evolução do potencial do indivíduo graças a uma relação interpretativa com os grandes textos" (RINGER, 2004, p. 22), Max Weber está imerso nesse modelo da *Bildung* acadêmica alemã. Num imenso complexo de *Beruf*, de vocações.

Segundo Ringer (2004) várias características, ou princípios, da *Bildung* ganham relevância no arcabouço teórico metodológico weberiano, como por exemplo: a) reviver e ou refazer as experiências ou 'valores' corporificados do texto; b) sobre o *princípio da empatia* evidencia que o pesquisador tome o lugar dos agentes sócio-históricos para melhor compreensão; mas, principalmente com c) o *princípio da individualidade* considera o indivíduo absolutamente único, um potencial. Esses pontos são influências diretas de Dilthey (COHN, 1979). Como também são traços de distinção em relação à sociologia positivista Francesa dos costumes coletivos. O princípio da individualidade é central no debate da crítica alemã e, conseqüentemente,

weberiana. “o indivíduo é o elemento fundante na explicação da realidade social atravessa a produção epistemológica e metodológica do autor” (SELL, 2009, p. 110).

De uma forma genuinamente diltheyana, Weber inicialmente definira esse interesse especificamente ‘histórico’ como aquele que tem como objetivo a ‘empatia’, a ‘reprodução na experiência imediata’, em suma, a compreensão interpretativa (BAUMAN, 2022, p. 97).

Segundo Costa (2020) e Ringer (2004), Gustav Schmoller (1838 – 1917) é o exponencial da Novíssima Escola Histórica Alemã, relacionada a terceira geração, de Economia Política, da qual fazem parte Max Weber e Werner Sombart (1863-1941). Eles esclarecem que o antipositivismo é componente chave; assim como a ênfase na historicidade das instituições e das ideias econômicas.

Os cientistas sociais e economistas históricos, geralmente, compreendem como inadequada o uso da metodologia das ciências naturais; ou nomológicas assentadas em leis gerais; pelas ciências sociais e da cultura. É necessário um complexo metodológico que abarque analiticamente a história do comportamento psicológico humano imerso em um enredado social.

Dilthey revela em sua obra uma percepção muito aguda dos problemas que em sua época levanta para o estudo dos fenômenos histórico-sociais. Seu pensamento articula-se em torno de três grandes oposições: entre o mundo histórico criado pelo homem e a natureza não criada por ele; entre a *explicação dos fenômenos a partir do seu exterior*, no caso a natureza, e a *compreensão interna* das obras humanas, no caso da história; e entre o estudo de segmentos isolados e atomizados do real, no caso da natureza, e a apreensão integradora de formas de vivência nas ‘ciências do espírito’. Transparece cada vez mais fortemente o contraste entre a vida como fluxo contínuo e infinitamente rico da experiência humana e a matéria inerte (COHN, 1979, p. 16).

O comportamento humano é um emaranhado de subjetividades, os quais também refletem no campo econômico, assim não podemos prescindir de analisá-los no seu desenvolvimento histórico. E a sociologia weberiana busca incessantemente relacionar: subjetividade e objetividade, ideias e interesses, no campo histórico empírico. Há inerente relação entre a inculcação das regras estruturais (ordens sociais ou legítimas) e aquelas processadas pelo jogador que o insere ou não no jogo; observe que não estar no jogo, não quer dizer não participar. Uma vez que a expectativa em relação ao outro é parte essencial do jogo.

Para Bauman (2022) Weber preocupa-se, metodologicamente, em meio às categorias da compreensão e interpretação. Não é a mera repetição de uma ação que possibilitará a interpretação; a motivação para a ação é *nó górdio* para a compreensão interpretativa da ação. Ou seja, apenas piscar os olhos não representa um ato a ser interpretado. No entanto, um piscar de olhos que sinalize uma saudação, um aviso oculto é motivado e de possível compreensão e interpretação. Assim Weber propõe uma teoria interpretativa. A compreensão interpretativa de atos e atuações, como uma troca de piscadelas, só é possível, uma vez que seus significados foram construídos historicamente. A metodologia sociológica weberiana “foi forjada na ferraria da hermenêutica histórica” (BAUMAN, 2022, 103).

Então, uma vez inserido, direta ou indiretamente, não é razoável considerar todos, individualmente ou os grupos sociais, ao *mainstream* utilitário, do maior benefício em decorrência menor custo; é, possível interpretar grupos que tenham sua lógica de relacionamento econômico pautado em outra(s) perspectiva produtiva como a comunitária (WEBER, 2012).

Portanto, em contraposição ao individualismo metodológico, assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo oeconomicus*; havendo um *volksgeist* (espírito do povo) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, cabendo, conseqüentemente, encontrar, por meio de análise histórica, as regularidades e as instituições capazes de explicar o desenvolvimento do capitalismo e das nações (COSTA, 2020; p. 8).

Segundo Ringer (2004) várias características, da Escola Histórica de Economia, influenciaram vivamente Max Weber, tais como: a dificuldade de aceitar a teoria inglesa clássica assentada em análises econômicas, independente do tempo e espaço; não consideração de instituições e práticas econômicas, uma vez que a economia evolui considerando seu quadro histórico; rejeição de um campo de estudo exclusivamente econômico, porquanto do seu quadro político, institucional e cultural; rejeição das Leis permanentes da economia, o comportamento egoísta, ou seja, o ganho máximo com menor esforço.

De acordo com Costa (2020, p.9), Sombart alcança sucesso ao lançar *O Capitalismo Moderno*, 1902; repercutindo positivamente nas academias e economia nacional germânica. Dessa forma, a história econômica e a teoria sociológica colocaram o capitalismo como problema de pesquisa. E, no intuito da compreensão

do movimento do capitalismo, apoiou-se na Escola Histórica procurando por razões extraeconômicas para compor com os significados culturais.

Grigorowitschs (2012, p. 99) esclarece que a Novíssima Escola Histórica Alemã de Economia Política não se funda apenas em oposição à concepção de racionalidade econômica neoclássica. Mas também em instigantes teses levantadas pela Escola Austríaca da Utilidade Marginal. Contemporâneas, a Escola Austríaca debate e avança em questões analíticas levantadas pela Escola Histórica, como a Teoria do Valor da economia política clássica, e ver uma economia mais próxima ao ser humano.

Costa (2020) esclarece que Weber é um dos poucos acadêmicos que ousou utilizar de reflexões da Escola marginalista e a lógica da maximização dos agentes. Tal questão se configurava ousadia em decorrência da influência e boicote de Schmoller que desautorizava nomeações de professores afeitos à Escola Austríaca isto teria causado um atraso de mais de meio século a economia alemã. Segundo Grigorowitschs (2012) Weber apropria-se de fatores específicos da Escola Austríaca, por exemplo, do pressuposto que o indivíduo vive em relativa escassez, por isso adota conduta racional para satisfação de suas necessidades.

No entanto, mesmo que Weber tenha incorporado elementos da Escola Austríaca em seus trabalhos. Não se discute a importância decisiva da Escola Histórica pela qual teceu críticas ao positivismo; e da não existência de um campo reservado a economia, à medida que os acontecimentos econômicos são fatos históricos (COSTA, 2020, p. 8). Max Weber estar envolvido com as questões que se desenvolvem na Alemanha um país em profundas e incessantes transformações.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, segundo Cavalieri (2013), o contexto político e econômico no qual Veblen se encontra dualiza as vertentes: dos Federalistas, de cunho intervencionista, e dos Republicanos mais liberais. Ainda segundo o autor, a principal marca do embate é a revolução cultural que traz à cena um novo estilo de vida capitalista e moderno. E, mais ainda, a academia Norteamericana não tinha sistematizada uma disciplina de Economia Política.

Nesse contexto, várias ideologias e influências dominam o cenário intelectual preocupados em sistematizar um pensamento adequado a economia americana, da qual se sobressai o pensamento liberal.

O liberalismo, então, passa a ser, cada vez mais e predominantemente, embora não de forma exclusiva, a “arma”, o “meio” dos que defendiam o grande capital e, paralela e conseqüentemente, dos que amparavam a

formação e o reforço da aristocracia político-econômica (CAVALIERI, 2013, p. 54).

O liberalismo encantou a todos com o hipnótico sucesso dos industriais, os quais Veblen chama de 'capitães da indústria'. No entanto, Veblen é reflexo do pluralismo ferramental, ou incerteza metodológica, e assume uma postura pós-evolucionista, a qual perdura no entreguerra com reflexo até o pós-segunda grande guerra. E para Veblen os instintos humanos, as ações, sejam os involuntários ou voluntários em sua repetição são a origem e fundação das instituições:

Instituições são modos de agir ou de pensar que, embora nascidos da necessidade humana de se perseguir algum fim determinado, acabam adquirindo uma dinâmica própria, isto é, tornam-se fins em si mesmas (CAVALIERI, 2013, p. 61).

Cavaliere (2013) expõe que o pós-evolucionismo Vebleniano não prescinde em sua análise das ciências naturais. Assim como Poker (2013) também expõe que as análises vindas do campo das ciências naturais não são ignoradas por Max Weber. Conceição destaca três pontos na teoria Vebleniana, que respeitadas as individualidades dos autores, se assemelham a teoria weberiana, quais sejam:

[...] a inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as dadas, desconsiderando as condições de sua implantação; na preocupação com a maneira como se dá a mudança e o conseqüente crescimento, e não com o equilíbrio estável; e na ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica (CONCEIÇÃO, 2022, p. 122).

Veblen e Weber são contemporâneos, dessa forma, seria Max Weber um antigo institucionalista? Conceição (2022) ressalta que o velho institucionalismo de Veblen, John Commons e Wesley Mitchel foi acusado de ter uma perspectiva muito descritiva. No entanto, e independentemente, Cavalcante (2019), mesmo considerando Commons discípulo de Veblen, expõe que é John Commons o mais lembrado entre aqueles da Nova Economia Institucionalista. Diz a autora:

Sua influência pode ser notada, por exemplo, na ideia de custos de transação, elaborada por Ronald Coase e utilizada por Oliver Williamson, bem como no conceito de instituição e de evolução institucional de Douglass North, que as define basicamente como restrições formais e informais ao comportamento humano, afirmando, ao menos em seus primeiros trabalhos, que apenas as instituições eficientes sobreviveriam ao longo do tempo (CAVALCANTE, 2018, p.9).

Lopes (2013) enfatiza que Douglass North também acusa os lapsos da teoria ortodoxa ao tratar sobre o desempenho econômico. Valendo-se de conceitos clássicos como produção ligada ao estoque, recursos naturais e conhecimento acumulado, ou seja, há ineficiência da teoria neoclássica em explicar distintas *performances*. Aponta ainda, outras questões centrais como a alocação de recursos e sua relação com o não funcionamento dos mercados. “para investir, aumentar o estoque e viabilizar melhor desempenho econômico, a teoria não considera a existência do custo de informação e da incerteza” (LOPES, 2013, p. 622).

Segundo Toyoshima (1999) os neoclássicos ao considerar a perfeição dos mercados explicam somente o sucesso das economias desenvolvidas. No entanto, economias de outras época e aquelas com fraco desempenho ficam fora desse arcabouço. Então, North vai além da análise do mercado agrupando em seu referencial novas categorias como o direito de propriedade; a importância da análise histórica (*path dependence*) e as instituições em diversas dimensões (LOPES, 2013).

As instituições podem ser criadas, como a constituição dos Estados Unidos da América, ou podem simplesmente evoluir ao longo do tempo, como se dá com a *comom law*, interessam-se tanto as instituições criadas como as evolutivas, ainda que para fins de análise possamos examiná-las em separado. Vários outros atributos das instituições também serão abordados (NORTH, 2018).

As instituições são convergências de sentimentos, fazeres, pensares *mutatis mutandis* entre os tempos e espaços, quando de sua permanência ou alteração provocam ou são provocadoras de ações ou relações que posicionam o comportamento social e econômico. Dessa forma, a economia política é capturada ao mundo latente, a experiência passa a ser o marco da ciência e do conhecimento. E o olhar sobre as instituições é querer desvendar como os indivíduos também se orientam economicamente.

Então, os institucionalismos Weberiano e Northiano extemporâneos na categoria tempo, porém herdeiros da sociedade capitalista com suas transformações e alcances. Onde quer que tenha chegado o capitalismo, o que era sólido ou sagrado se desmanchou, ou se desmancha cada vez mais rápido no ar, incluem-se, até mesmo, os cantos mais periféricos nos recônditos da Amazônia.

Os aspectos culturais ganham importância para observação e explicação do desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da economia política. E, aguçam a

interpretação das relações socioeconômicas nas suas realizações cotidianas. Assim é possível observar, explicar interpretativamente, mesmo que não definitivamente, mas com relativa segurança, as características culturais que interferem na evolução e/ou desenvolvimento da orientação econômica de um dado indivíduo ou grupo de indivíduos.

### 3.2 AS SOCIEDADES E AS INSTITUIÇÕES

O campo de estudo e pesquisa sobre instituições agrega várias áreas do conhecimento, desde a Economia, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Direito, Administração, entre outras, que tratam como as pessoas, os indivíduos se comportam na sociedade. Essa abrangência de várias áreas torna difícil definir, com precisão, o que são instituições, gerando, por consequências, vários conceitos (CARIO, 2020, p. 11).

Nesse contexto, considerando os dois principais autores norteadores desse trabalho, principalmente, Max Weber, e solidariamente Douglass North, é pertinente valer-se de suas análises, em aproximações e afastamentos, para enriquecer o debate e desvelar a problemática atinente, qual seja: o que são instituições e quais importam para a economia aquisitiva cabocla em Maués no Amazonas?

Para Weber, a ação do agente estar no cerne das interações, podendo até confrontar as ordens. A ação expressa-se por um fazer interno ou externo, omissão ou permissão considerada sua subjetividade (WEBER, 2012, p. 3). Podemos afirmar que as instituições, em perspectiva weberiana, estar ligada a dinâmica de cada agente, individualmente, expressas em suas relações, estratégias, decisões e escolhas. E Silva (2015, p. 15) corrobora enfatizando a importância da atuação do plano micro, perante a estrutura, pois pretende vigência.

Denominar-se-á Relação Social um comportamento de vários que, quanto ao seu **conteúdo de sentido**, se apresenta como reciprocamente referido e, deste modo, orientado. A relação consiste, pois, plena e exclusivamente na probabilidade de que se actuará socialmente numa forma (com sentido) **indicável**, não interessando agora em que se funda essa possibilidade [a actividade económica (de um indivíduo) só o é na medida em que toma em consideração o comportamento de terceiros]. O **conteúdo** pode ser os mais diversos: **luta, inimizade, amor sexual, amizade, piedade, troca no mercado**, 'cumprimento' ou 'contorno' ou 'violação' de um acordo, 'concorrência' económica, erótica ou de outro tipo, comunidade estamental, nacional ou classe. O conceito, portanto, nada diz a respeito de que exista **'solidariedade'** entre agentes ou precisamente o contrário. A relação social consiste exclusivamente, mesmo no caso das chamadas 'formações sociais' como Estado, igreja, cooperativas, matrimônio, na probabilidade de haver (WEBER, 2019, 49).

Para Mustafa (2021), o debate neokantiano expressa-se no agente de ação weberiano. O 'espírito' desse agente possui qualidades reflexivas em decorrência de sua atuação no mundo. Empiricamente, repercute sobre o agir no mundo, ou seja, superar a cisão entre consciência e mundo. O agir não é isolado, é socializado, requer um lugar no mundo. A ação tem um sentido subjetivo compreensivo/interno; e um sentido compartilhado/explicativo supraindividual objetivo.

A relação social pressupõe um conteúdo que envolve, necessariamente, os participantes; em níveis e graus de intensidades, de comprometimento e interesses; especificando ou restringindo a participação sobre o compartilhamento do conteúdo a partir das regras estabelecidas por aqueles que fazem parte da comunidade ou associação.

Para Mustafa (2021) as regras de conduta humana são organizadas segundo uma visão de mundo; uma valoração à criação de representações das regras influenciando causalmente na ação, ou seja, na objetividade subjetiva. Assim é a crença na representação da regra, e não sua obrigatoriedade, que se expressa em seu cumprimento. Dessa forma, a validade de uma regra está, principalmente, ligada ao fazer empírico. A norma não obriga o comportamento, mas aumenta a possibilidade que tal ação ocorra como esperado. Vê-se então, a transformação de uma simples ação (subjetividade) em uma relação social (objetividade), aumentando, à medida que ecoar.

Guimarães (2010) ressalta que Weber refuta a ideia de um direito natural, a priori. Segundo o autor; Weber utiliza-se de padrões de regularidades que existiam, não devido regras ou ordenamentos, os quais impelem as ações; mas, em decorrência da repetição, constante entre as condutas/sentidos/motivação, gerando um padrão moldado de forma orgânica no ambiente e na interação entre as pessoas.

Max Weber (2011) afirma que as relações sociais construídas pelos vários indivíduos correspondem às normas jurídicas, porém, não em decorrência de legalidades, mas porque dadas condutas são aprovadas; e o contrário, é desaprovada. As condutas sociais são relações sociais recíprocas entre agentes mediante uma trajetória determinada por: expectativas, valores, fé, emoção e afeto, e tradição. Para Sell (2009) Weber explica dessa forma o surgimento das ordens legítimas ou das estruturas sociais. A repetição nos ditames, de usos da ação, causando constrangimentos psicológicos é o fundador da Tradição.

As relações sociais que se habituaram em repetições rotineiras da vida; se tornaram um Uso. E este Uso, será um costume, à medida que seu 'fazer' seja frequente e diário. No entanto, quando o Uso determinar, exclusivamente, orientações racionais chamar-se-á "uso determinado por situação de interesse".

Max Weber deixa explícito que nem toda ação ou relação é de auto interesse. Nesse sentido, North (2018) ratifica que não somente pressupostos, clássicos e/ou neoclássicos, da utilidade esperada ou da escolha racional sejam suficientes para explicar o comportamento do indivíduo em sociedade. Pelo contrário, tal questão embasa o olhar, especialmente, dos economistas.

Exprime que os agentes são dotados de sistemas cognitivos com os quais interpretam o mundo e/ou, minimamente, são confrontados com uma quantidade de informações divergentes. No entanto, devido a essas habilidades cognitivas e a seleção de informações entre uma grande, diversa e complexa, quantidade pode-se estruturar e mudar comportamentos, uma vez que a cultura é dinâmica.

Verificamos que as pessoas decifram o ambiente, processam informações por meio de construtos preexistentes com os quais compreenderão os problemas com que se depararem. Tanto a capacidade de computo dos atores quanto a complexidade dos problemas a serem resolvidos devem ser levadas em conta na análise da questão (NORTH, 2018, p. 43).

E Weber já afirmava, anteriormente, o teor repetitivo de dado traço cultural possibilita suporte ergódico as ações

[...] os fatores psicológicos, que surgem quando nos habituamos a uma ação, causam uma conduta específica. Essa conduta que, em princípio, constitui um simples hábito, será sentida como uma obrigação mais tarde. Sendo assim, com a conscientização da sua difusão entre alguns indivíduos, essa conduta será incorporada com um 'consenso', e, portanto, afetará as expectativas conscientes ou semiconscientes de outros indivíduos, fazendo com que eles sintam a mesma obrigação (WEBER, 2011, p. 78).

O comportamento usual será chamado de costume, à medida que sua frequência se faça constante. No entanto, o costume não possui garantia externa; nem validade e nem sempre prevalece (WEBER, 2011). O costume parece ser o componente ergódico inicial para a explicação interpretativa da ação ou relação

Weber (2017) argumenta sobre haver uma linha tênue entre o direito público, Instituição (formalidades), e o direito privado União (formais e informais). E, salienta que: "O direito privado como um conjunto das normas para as ações que, segundo o

sentido atribuído pela ordem jurídica, não se referem à instituição estatal, sendo apenas reguladas por esta mediante normas” (WEBER, 2015, p. 1).

A União é uma associação que historicamente construiu regras, racionalmente, de acordo com um planejamento. No entanto, na União as normas podem se dar de maneira arbitrária, ou por usurpação tanto quanto por ordem vigente legítima (WEBER 2012, p. 33). Devido isto, há possibilidades dos interesses de outrem serem maculados, sem reparação, em decorrência de comportamentos violentos e/ou oportunistas.

Nesse sentido, North salienta a dificuldade em precisar as regras informais de uma sociedade com os quais estruturam suas interações. Porém adverte, mesmo que seus critérios não sejam claros, como também difícil de significar e assegurar, são importantes para o ‘jogo’ social, por vezes, em estreita relação com as formalidades. Como já citado, os costumes (WEBER, 2011).

Para North, as instituições informais, podem ser expressão de interações menos custosas; de um acordo entre partes, onde aplicam-se os termos; a atuação de uma terceira parte pode efetivar a cooperação e organizar ativos, passivos e informações entre os jogadores. Tal comportamento parece ser o germe de ações administrativamente organizadas: patrimonialismo ou estamentais.

A ordem da qual se espera validade chama-se Convenção ou Direito. A validade da Convenção consiste na aprovação ou reprovação expressa por uma reunião de indivíduos devido dadas condutas; já o Direito representa a legitimidade da ordem. Dessa forma, ideias e interesses, convicções e/ou responsabilidades, ou melhor, as orientações econômicas são garantidas por constrangimentos por um terceiro agente, ou seja, um aparato coercitivo (WEBER, 2009; 2011; 2012; 2017; NORTH, 2018; 2009). Percebe-se até o momento que as relações sociais são reguladas por ordens, quais sejam: os costumes, da simples ação das massas; convenções, comportamento aprovado ou desaprovado; e o direito, ordem normativa racional e com finalidade.

A comunidade ‘política’ existe somente quando e na medida em que a comunidade não é uma simples ‘comunidade econômica’, isto é, quando possui ordens que regulamentam outras coisas além da disposição diretamente econômica sobre bens materiais e serviços (WEBER, 2015, p. 155).

Guimarães (2010) aponta a distinção que Weber destaca entre juristas e sociólogos sobre o conceito de Direito. Os primeiros detêm uma perspectiva normativa, um 'dever ser' em relação a conduta social. E na perspectiva sociológica verifica-se o que de fato ocorre na prática, a validade da ação (Weber, 2021) em decorrência da ordem jurídica. E, a sociologia tal qual a economia debruçam-se sobre questões reais. Para Sell (2021) Weber, não distingue de maneira esclarecedora as ideias de ordem social e ordem legítima. Então deixa a provocação: "toda ordem social já é legítima ou podem existir ordens sociais desprovidas desse atributo?".

A Ordem Social refere-se a um acontecer médio e em decorrência de orientações determináveis. Sendo válida, à medida que seja compreendida como obrigatória (direito) ou exemplar (convenção). No entanto, a conduta referida pela obrigação racional da ordem pode refletir menos estabilidade do que o costume, qual é promotor de prestígios e reputação. As transações que se equivalem as relações orientadas a ordem legitimam; aquelas em virtude de tradição ou crenças pessoais são imprecisas no cotidiano (WEBER, 2011; 2012). Então, é necessário:

O direito público como conjunto das normas para as ações que, segundo o sentido que a ordem jurídica lhes deve atribuir, se referem à instituição Estatal, isto é, que se destinam à conservação, à expansão ou à execução direta dos fins dessa instituição, vigentes por estatuto e consenso (WEBER, 2017, p. 1).

Weber (2012) ressalta que a ordem legítima é racionalmente estatuída segundo planos; planos de quem? Das associações, e explica que uma associação, é na medida que possua ordem estatuída, pode ser: União ou Instituição. A Instituição é o próprio Estado, conjuntamente, com as demais associações heterocéfalas condicionadas ao seu estatuto racional. Por exemplo: a polícia, a igreja, o centro da cidade.

A Instituição é o lugar da racionalidade, da segurança burocrática legal, da impessoalidade, ou seja, da ordem estatuída; a qual pretende: a integridade estatal e a universalização de procedimentos. As Informalidades, quiçá ilegalidades, são possíveis no contexto da União. Assim há distinção entre as ordens vigentes no contexto da Instituição, do Estado, onde somente as formalidades são possíveis; e as normas vigentes na União podendo coexistir formalidades e informalidades. "Denominamos Instituição uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com

(relativa) eficácia, toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência” (WEBER, 2012, p. 32).

O Estado, a Instituição por excelência, têm como principal característica a detenção do monopólio legítimo da força (WEBER, 2021). Nesse sentido, North (2018) observa que, historicamente, as economias têm se desenvolvido sob quadros institucionais coercitivos. No entanto, é possível pelo menos, inicialmente, apontar duas perspectivas da legitimidade do uso da força: a crença na resolução do conflito e o não abuso da força, ou seja, usar apenas a necessária para a reparação do dano, assim não se apossando ou sequestrando, injustificadamente, da propriedade ou posse alheia.

North (2009) ressalta que, ao longo dos tempos, as interações humanas foram criadoras de instituições, ou seja, restrições formais e informais, que vem no intuito de dirigir ‘o jogo’, as ações ou relações sociais, dirimindo incertezas, oportunismos, conflitos. Segue o autor, as instituições possibilitam incentivos e estruturas, modela as mudanças no sentido do crescimento, estagnação e declínio. No entanto, North considera que ações reiteradas produzem certeza na relação.

A vigência da ordem na Instituição é indiferente à associação dos indivíduos na participação da elaboração dos estatutos; ou seja, seus ditames são impessoais, impostos e territoriais. Há, entre União (informalidades) e a Instituição (formalidades), relativo conflito; uma vez que, controvérsias ao nível da União podem ser dirimidas considerando seus próprios regramentos ou recorrer a aplicação de sanções legais do Estado. Apesar de suposta distinção, ambas associações, interagem constante e intensivamente.

Vale ressaltar, a Instituição e a União para Weber (2012) equivalem para North (2018) as instituições formais e informais, respectivamente; são entes de distinções, existentes entre indivíduos ou grupos de indivíduos; quer por tradição, legalidade ou carisma; que ocupam espaços, a partir do qual constroem crenças das quais aguardam: obediência e disciplina. Por isso, as racionalidades (instituições) para dirigir o jogo (NORTH, 2018), quer antes de tudo, assegurar as ideias (subjetividades) e interesses (objetividade) dos quadros em lutas; sendo luta ‘a imposição da vontade mesmo contra a resistência, e luta pacífica: a concorrência, que consiste em obter pacificamente o poder de disposição sobre oportunidades pretendidas também por outros (WEBER, 2012); sobre aquisição de ativos e utilidades, como também

influenciar na ordem, vigente e legítima, impostas pelo quadro institucional aparelhado.

Esta preeminência da 'ordem jurídica' garantida pelo poder político é o resultado de um processo de desenvolvimento muito lento, durante o qual as outras comunidades, portadoras de poderes coativos próprios, sob a pressão de mudanças econômicas e organizatórias, perderam seu poder sobre o indivíduo e se dissolveram ou, então, subjugadas pela ação de comunidade política, viram seu poder coativo por ela limitado ou atribuído. Paralelamente, desenvolveram-se, continuamente, novos interesses necessitados de proteção, que não encontraram lugar naquelas comunidades, surgindo, assim, um círculo cada vez mais amplo de interesses, particularmente econômicos, que somente podiam ser suficientemente assegurados pelas garantias racionalmente ordenadas a serem criadas pela comunidade política (WEBER, 2015, p. 157).

Então, e por fim, as instituições são mecanismos sociais e politicamente construídos; com pretensão de regularidades, e possível, previsibilidade de arranjos. Quando se considera que instituições são restrições (NORTH, 2018) expressam somente a licença de alguns em detrimento de outros. No entanto, a dialética weberiana tem a intenção de expressar mais, em uma perspectiva, na qual instituição é mecanismo, ou seja, uma combinação de componentes, com possível variação, até simulação, de inclusão e/ou exclusão, entre indivíduos que ocupam e dirigem estruturas e crenças.

## 4 DO ALÉM AO AQUÉM

[quando] todo homem é inimigo de todo homem; numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grandes forças; não há conhecimento da face da terra, nem computo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo da morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (HOBBS, 2004, p. 46).

Nesse momento, a proposta é apresentar os fatores institucionais e organizatórios que dominaram a política, ou melhor, que passam a controlar a violência e passam a se orientar pela irrefreável expansão das oportunidades econômicas e aquisitivas. Para tanto, foi necessário estigmatizar a magia; organizar a distribuição da graça e da salvação; mas, principalmente, retirar os obstáculos sagrados e/ou profanos da acumulação.

### 4.1 A CUNHAGEM DA POLÍTICA NA ECONOMIA

As racionalidades das instituições expressam-se pelas regularidades, previsibilidades, vigências e/ou validades das ações ou das ordens sociais ou legítimas; em seus âmbitos privados e/ou públicos; para que se restrinjam violências, oportunismos e que passem a possibilitar certezas nas relações sociais. Essas institucionalidades interferem em várias esferas da vida, entre elas, na orientação econômica ou no seu “uso determinado por situação de interesse”.

Weber (2012, p. 40) considera que uma relação social será ‘economicamente orientada’, à medida que se queira satisfazer o desejo de conseguir certas ‘utilidades’ de acordo com um sentido visado. Sendo Utilidades todas as chances; reais ou esperadas, materiais e particulares de executar no presente ou com expectativas futuras, por um ou inúmeros agentes econômicos, ações que os sirvam como meios para suas finalidades em orientar suas condutas econômicas.

Swedberg (2005) salienta que o conceito de utilidade é importante para Weber. E aponta três perspectivas para o termo; explica que:

- a) mais que a qualidade do objeto o importante é o que se pode fazer com ele;

- b) é melhor usar o conceito de utilidade, em detrimento de satisfação de necessidade, com base na ação econômica, uma vez que a abrangência é maior e inclui-se a perspectiva de lucro;
- c) caráter de 'oportunidade econômica' e incerteza nas ações econômicas, ou melhor, nas chances econômicas.

Ainda segundo o autor, "posso adquirir um artigo na esperança de que me venha ser útil, mas o que adquiro de fato é uma oportunidade de usá-lo de uma série de formas diferentes" (SWEDBERG, 2005, p. 53). Percebe-se forte influência da escola marginalista na teoria weberiana.

A relação 'economicamente orientada' é, como já visto, particularmente, finalística. O agente em sua conduta convicta não prescinde de considerar sua situação econômica, ou seja, a sua necessidade subjetiva da provisão. Portanto, não hesitará em fazer uso da política, ou melhor, caso for necessário, da violência para prover-se.

O poder patriarcal, especialmente, tem raízes no atendimento das necessidades frequentes e normais da vida cotidiana. A autoridade patriarcal tem, assim, a sua origem na economia, ou seja, nos ramos da economia que podem ser satisfeitos por meio de uma rotina normal. O patriarca é o "líder natural" da rotina cotidiana (WEBER, 1974, p. 283).

Weber adverte sobre a oposição entre a posição conflituosa do uso da política de acordo com a atividade aquisitiva que se orienta pelas oportunidades de ganhar; e a economia que se assenta pela gestão aquisitiva, ou seja, aquela que se orienta por possibilidades pacíficas (WEBER, 2012, p. 56). Política é iminente violência e oportunismo; economia é regra, administração da violência, regularidade, previsibilidade, certeza. É Instituição.

A gestão aquisitiva caracteriza-se pelo exercício pacífico por meio do poder de disposição e visa, primeiramente, de maneira racional essa situação e de acordo com um plano ou competências:

O dever de ofício — como o direito correspondente de exercer a autoridade: a "competência de jurisdição" — é fixado por normas estabelecidas racionalmente, através de decretos, leis e regulamentos, de tal modo que a legitimidade da autoridade se torna a legalidade da regra geral, que é conscientemente desenvolvida, promulgada e anunciada com uma correção formal (WEBER, 1974, p. 344).

Fica explícito que a gestão econômica não se furta de um quadro administrativo para a coordenação e distribuição de ativos assim como o controle da violência. A relação social, com vistas as oportunidades econômicas, é sob a ordem da gestão aquisitiva cravada de instituições, ou melhor, racionalidades reguladas.

Quanto mais a ação da comunidade política se desenvolve de uma simples ação ocasional, em caso de ameaça direta, para uma relação associativa contínua, com caráter de instituição, coincidindo, então, a natureza drástica e a eficácia de seus meios de coação com a possibilidade de uma ordenação racional casuística de sua aplicação. Esta crença na 'conformidade à lei' específica da ação de associação política pode intensificar-se – o que de fato é o caso nas condições modernas – até o ponto em que, exclusivamente, certas comunidades políticas (sob o nome de Estado) são consideradas a ordenar ou admitir a aplicação de coação física conforme a Lei. Esta preeminência da 'ordem jurídica' garantida pelo poder político é o resultado de um processo de desenvolvimento muito lento, durante o qual as outras comunidades, portadoras de poderes coativos próprios, sob a pressão de mudanças econômicas e organizatórias, perderam seu poder sobre o indivíduo e se dissolveram ou, então, subjugadas pela ação de comunidade política, viram seu poder coativo por ela limitado ou atribuído. Paralelamente, desenvolveram-se, continuamente, novos interesses necessitados de proteção, que não encontram lugar naquelas comunidades, surgindo, assim, um círculo cada vez mais amplo de interesses, particularmente econômicos, que somente podiam ser suficientemente assegurados pelas garantias racionalmente ordenadas a serem criadas pela comunidade política (WEBER, 2015, p. 157).

Weber (2012, 2022) ressalta que o conceito de gestão aquisitiva econômica deve ser o mais amplo possível abarcando todos, os objetos e processos, que estejam de acordo com o sentido econômico de sua ação humana; enquanto: **fim, meio, obstáculos ou resultado acessório**. Todas essas ações possuem sentido visado particular e isto os torna unidade, tornando-os compreensíveis e interpretáveis (WEBER, 1974).

O desenvolvimento da gestão econômica racional a partir da busca puramente instintiva e reativa de alimento ou a partir de utilização de uma técnica tradicional e de relações sociais habituais está condicionada também, em considerável grau, por ações e acontecimentos não-econômicos e não-cotidianos e, além disso, pela pressão da necessidade por restrição absoluta ou (regularmente) relativa do espaço subsistência (WEBER, 2012, p. 41).

As relações sociais econômicas são híbridas, contínuas de renovações; mistas entre misturas; alternância e substituição entre o tradicional e o racional, ou seja, um conjunto de afinidades eletivas que seguem uma trajetória adequada ao seu fim; para North, as eficiências adaptativas; para Schumpeter a criação destruidora. E assegurada por uma engenharia institucional jurídica e coercitiva.

A marcha da história socioeconômica, desde a ação economicamente orientada, de forma tradicional para a gestão econômica de forma racional ligada a fins, expressa-se pelo avanço das ideias (subjektividades) e interesses (objetividades) de indivíduos, ou grupos de indivíduos. Pois, respeitada a perspectiva econômica das relações sociais, a partir de seus conteúdos econômicos. Os indivíduos econômicos tendem a distribuir e coordenar os serviços sociais e técnicos, com o intuito da obtenção de bens.

Dessa forma, a gestão econômica deve englobar a economia aquisitiva:

- a) da urgência de certas utilidades; e
- b) da satisfação de necessidades por mais rudimentares que sejam.

[...] foi a produção de alimentos – a agricultura e a criação de rebanhos – que gerou riqueza numa escala inteiramente inédita. As normas sociais evoluíram e definiram direitos sobre esses bens, inclusive a possibilidade de transmiti-los a gerações futuras. Nessas condições, a distribuição da renda e da riqueza passou a ser moldada por uma multiplicidade de experiências. A formação do Estado, como um modo de organização altamente competitivo, estabeleceu rígidas hierarquias de poder e força coercitiva que distorceram o acesso à renda e à riqueza. A desigualdade política reforçou e ampliou a desigualdade econômica (SCHEIDEL, 2020, p. 17).

A gestão aquisitiva é uma relação orientada pelo mercado de oportunidades de ganhos, os quais podem acontecer, uma ou repetidas vezes, e de maneira constante, para dispor de poderes sobre os novos bens (WEBER, 2012). Tal disposição é mais eficiente quando a violência é controlada em decorrência da formação de um quadro administrativo que, distribui e garante, a partir da gestão econômica, o poder de disposição sobre a propriedade, obtenção de novos bens e a oportunidade de novos ganhos através da utilização de meios de troca.

Dessa forma, como afirma o excerto, a necessidade da garantia da propriedade, empossada ou construída, forçou as comunidades políticas a erguerem instituições e organizações que assegurassem, o meu e o teu, através de contratos (HOBBS, 2004). Como se desenvolveram esses poderes e instituições que controlam a violência e chancelam aos indivíduos, ou grupos de indivíduos, poderes de disposições, e conseqüente, a conduta e as chances aquisitivas?

#### 4.2 ECONOMIA, HONRA E REGRAS: GARANTIR PODERES DE DISPOSIÇÕES E OS AVANÇOS EM DIREÇÃO DA GESTÃO AQUISITIVA

Entre o desencantamento do mundo e a secularização das práticas culturais, vários movimentos e indivíduos atuaram através da história. A dominação da/pela crença através de ações racionalizadas administradas por indivíduos que se associaram e construíram uma liturgia da salvação assentada a partir da ideia de trabalho. O direito privado cerceado a casa (oikós) manteve os poderes administrativos, geralmente, nas mãos dos anciões e/ou patriarcas, os quais distribuíam e coordenavam, sob aspectos de favoritismos, os poderes de disposição e, conseqüentemente, as oportunidades econômicas e aquisitivas. Com a ampliação dos poderes patriarcais, sejam: territoriais, militares, judiciais e os questionamentos dos *mores* cotidianos. Estendem-se as responsabilidades jurídicas e econômicas, e conseqüentemente, a distribuição e a coordenação sobre os poderes de disposições delegada, inicialmente, a uma nascente elite dirigente que estar incorporada patrimonialmente ao senhor. Contudo, impacta decisivamente no mercado de oportunidades econômicas e aquisições da cidade. Nesse momento, pretende-se identificar e caracterizar, como os poderes e suas disposições, avançaram da magia para a ação economicamente orientada e, conseqüentemente, em direção da gestão econômica.

#### 4.3 O CESAROPAPISMO PORTUGUÊS E OS HIEROCRATAS: TRABALHOS E ESPECIARIAS

Os milhares de anos do passado lutam contra a invasão do espírito do capitalismo. Max Weber.

Chambouleyron (2010) afirma que a dominação da Amazônia se efetivou sob múltiplos aspectos: econômico, militar e religioso. Contudo, e principalmente, foi a parceria entre os poderes secular, de um rei com forte influência sobre cargos e assuntos religiosos, e o temporal, “os conhecedores profissionais do divino” (WEBER, 2015, p. 363) que dá o tom dos interesses da Coroa. No entanto, Bettendorf (2010) relata em suas *Crônicas*, as observações dos jesuítas, afirma que sem conseguir reunir, o governo temporal dos índios ao Espiritual, certamente a missão, tanto no Maranhão como no Pará, seria um fracasso.

Mesmo com os reforços de outras congregações, como os carmelitas e capuchinos, foi necessário intensificar o uso de instrumentos racionalizados que rapidamente fossem assimilados pelo gentio. Nesse ponto, a igreja católica, como parte da estrutura administrativa e do processo de desenvolvimento, participa com seus experimentados e hábeis administradores, juntamente, com seus diversos instrumentos sacramentais de 'salvação'; se instalam na colônia, e especialmente, no vale Amazônico.

A leitura de Pierucci (2013) a respeito da ideia de desencantamento do mundo, de Max Weber, perpassa pelo processo desdivinação da religião, da magia, no ocidente à ressignificação da vida e do mundo pela ciência. Vale ressaltar, as diversas perspectivas de racionalidade encontradas no mundo (WEBER, 2006, 2016, 2019). Mas, no ocidente essa racionalização se fez diferente, e entra num processo acelerado de diferenciação, em muitos aspectos, desenvolvendo ideias e interesses, ou seja, modos de enfrentamento do mundo distinto de outros arcabouços teológicos e regramentos locais.

No começo só existiam as forças cósmicas (Monã), a classe dos deuses: Tupana, o deus do Bem, e Yurupary, o deus do Mal. Eles criaram os seres estelares que vivem espalhados no Atapy (universo) e são os corpos luminosos que só aparecem na escuridão da noite. No universo que os Monã criaram havia dois astros muito especiais. Cada um deles foi feito por um deus e passou a servir como símbolo. Tupana criou A'at, o sol, e Yurupary criou Waty, a Lua. Esses astros representavam o temperamento e personalidade de cada deus. Porém, os deuses não estavam satisfeitos. Queriam que os dois astros se vissem e conversassem. Mas isso não era possível, pois o sol só aparecia durante o dia, e a Lua, à noite. Assim, nunca se encontravam. Por isso, Tupana e Yurupary fizeram sair do infinito negro a gigantesca serpente Mói WatóMagãkarúSesé, - para servir de mediadora entre os dois astros. Assim, a serpente começou a fazer companhia para os dois astros, que logo se apaixonaram por ela, mas a grande serpente não se decidia por nenhum deles. Quando chegava a noite ele se deitava com a Lua e a amava; logo que despontava a primeira claridade da manhã, ela deixava a Lua dormindo e ia deitar-se com o Sol. Nenhum dos dois desconfiava da traição e da infidelidade da Cobra-Grande. Até que um dia, o Mói WatóMagãkarúSesé ficou grávida, porém não sabia quem era o pai de seu filho. Então, queixar-se aos deuses. Yurupary não deu a minha importância ao acontecido; disse que ela poderia fazer o que bem entendesse, pois não havia regra para isso. Tupana, triste, a censurou e mandou-a procurar descobrir quem era o pai. (YAMÃ, 2007, p. 10).

Para Ricupero (2020), a igreja fazia parte, diretamente, da administração, à medida que eram nomeados, dirigidos e pagos pela Coroa. Dessa forma, deviam se reportar ao poder Real sob pena de ameaças e sanções. Mas também menciona que

eram aqueles, a igreja, que tinham alguma especialização e preparo, os quais também eram chamados para assumir cargos civis. E cita o bispo de Salvador que em inúmeros momentos esteve com o poder temporal e secular. O primeiro bispado no Brasil é fundado 1551, em Salvador na Bahia, um lapso de tempo em relação a instalação dos Governos – Gerais que estiveram vigentes nos anos de 1549 – 1572; após o Brasil foi subdividido em dois governos gerais: o Norte e o Sul (FAUSTO, 2013).

A impotência do monarca encarnado, "encapsulada", tem como consequência a dominação sacerdotal ou então a de que o poder real passa muitas vezes para as mãos de uma linhagem liberada dos deveres carismáticos do senhor. O poder de disposição sobre a coroa, que com isso está colocado nas mãos do sacerdócio, pode elevar-se, no caso-limite, a uma verdadeira realeza sacerdotal, na qual o chefe da hierarquia eclesiástica, como tal, também exerce o poder secular, conforme ocorreu, de fato, em alguns outros casos (WEBER, 2015, p. 364).

É necessário pontuar a situação, a qual o sacerdote assumiu ambos os poderes, temporal e secular. Weber (2015) ressalta que tal questão pode deixar em condição de desvantagem o poder carismático soberano. Por exemplo, o eminente padre Antônio Vieira que ao condenar, a corrupta e cobiça da administração colonial se posiciona contrário as instalações de minas no espaço amazônico. Argumenta que, tal fato, traz enormes prejuízos para a população local; dito em sermão na matriz em Belém do Pará (RICUPERO, 2020). No entanto, vale ressaltar que o mesmo espaço ficou sob égide dos vários grupos missionários (CHAMBOULEYRON, 2010), Acordos, tensões e luta pelos poderes de disposições foram comuns entre, o poder secular e temporal, nesse processo de dominação do amazônico.

Para, Max Weber (2015) não há registro de toda a subordinação sacerdotal ao poder secular. Qualquer submissão que possa ter existido aconteceu em decorrência da apreciação da qualificação religiosa e sob acordos insistentemente estabelecidos. Onde, ambos, delimitam suas esferas de influências e congruências. Por exemplo, a intervenção religiosa no plano educacional. Nesse sentido, a catequese foi o principal instrumento de dominação dos religiosos em relação ao gentio, e posteriormente, seus descendentes.

Domingues (2000) enfatiza, sobre e a partir, do papel da educação feita pelos eclesiásticos, enquanto uma das linhas mestras da colonização e como arregimentadora, de almas e mão de obra, pelos religiosos. Obviamente, que isto não

se deu sem custos para ambas as partes. No entanto, a educação foi o instrumento para transformar indivíduos incíveis, grosseiros, ultrapassados em cidadão benéficos para a comunidade e para o reino.

O mistagogo é o inculcador das crenças, das normas/regras, posições sociais e 'verificador' de sortilégios. Formaram-se dinastias hereditárias e, sob normas, instituiu-se organizações instruídas por estes 'administradores da graça'. Vozes do Deus, único e legítimo, na terra e essas, dinastias e/ou organizações, tornam-se centros profissionais de salvação, por vocação (WEBER, 2010). Certamente, a partir de Weber, esteja-se indicando um dos primeiros grupos profissionais, com competência técnica racionalizada, na Amazônia.

Tal política foi direcionada aos meninos índios na tentativa de ligar as identidades. Superando outra dificuldade, os escassos recursos humanos oriundos do reino português. Outro fator importante, nesse processo, é a disseminação da língua portuguesa como elo unificador das culturas e para que o gentio se sentisse súdito da Coroa. Mas, era necessário para o sucesso do projeto o incentivo a miscigenação e a construção de escolas, seminários e casas luso-brasileiras (DOMINGUES, 2000). O que está em questão é a assimilação do nativo, transformação de seus costumes e hábitos, e a construção de um outro, um híbrido, educado para a Coroa e conhecedor das riquezas da terra e das águas.

A formação de uma elite de meninos índios deve ainda relacionar-se com uma outra questão. Entre as medidas legislativas promulgadas pelo monarca para promover a identidade índia, decretou-se, por alvará de 4 de abril de 1755, a paridade entre vassalos do reino e da América Portuguesa, estipulando ainda a preferência de ameríndios e de seus descendentes para o exercício de cargos públicos (DOMINGUES, 2000, p. 118).

A educação, especialmente dos meninos, foi um dos recursos utilizados pelos religiosos para cooptar os índios; conhecedores da localização das riquezas, qualificar mão de obra, e conseqüentemente, inserir indivíduos aptos a burocracia real e aos bens simbólicos da igreja.

Para Braga (2016) no estado do Amazonas, no século XIX, ainda há ampla catequese e civilização dos índios. E ressalta, com a recente instalação da província do Amazonas era necessário mão de obra para o trabalho e o desenvolvimento da região. As Missões de Catequese e Civilização dos Índios, que foi aprovado e

publicado pelo Decreto Imperial n.º 426, de 24 de julho de 1845, possibilitou aldeamentos de índios ao longo dos rios.

Braga (2016) expõe que as ações estatais eram instáveis devido desistências em relação a missão de conquistar os índios e os conflitos internos pelo poder. Coube então a igreja aplicar seus instrumentos de fé. Contudo, a falta de apreciação dos indígenas por salários os fazia desistir das atividades e então eram cunhados de preguiçosos. No entanto, o autor avalia que eram estratégias de resistência e luta.

Para o presidente, a metodologia mais eficiente para o avanço da catequese e civilização seria a presença de muitos e bons missionários, e estabelecer casas de educação, mas segundo ele, é difícil encontrar pessoas para atuar na catequese, uma vez que poucas eram os que se dispunham a deixarem as suas cidades, essencialmente os que moravam em Manáos para se lançarem nos mais longínquos sertões do Amazonas (BRAGA, 2016, p. 40).

Os interesses dos grupos em controlar aspectos compreendidos como irracionais aprisionou a magia e a feitiçaria, em questão, a indígena; no entanto, não devemos e nem podemos esquecer dos negros. A conduta da vida, mesmo a conduta social, econômica e, quiçá, a religiosa, passam a ser intelectualmente racionalizada. A dado grupo de interesse coube monopolizar e administrar bens de salvação. O poder sacerdotal é o orientador da 'magia' oficial que levará a salvadora.

Aqueles a quem Weber (2010, p. 28) alcunha de cívicos; grupos encontrados somente nas cidades ocidentais: artesão, comerciantes, empresários domésticos; nesses grupos há uma miscigenação de ritos que vão desde a graça institucional aos desprovidos de magia. Contudo, o autor expressa as características das condutas mais frequentes nesses estratos, ou seja; o racionalismo prático, fundamentam-se em cálculos tecnológicos, econômicos e o domínio da natureza mesmo que sua tecnologia seja rudimentar.

O desencantamento, do grande espírito da floresta e dos rios, desqualificou não somente bens ancestrais, sejam materiais e/ou simbólicos, e se apropriou de corpos e riquezas, mas os dizimou. E, dizimou em nome de seu próprio dízimo sacrossanto, ou seja, a acumulação capitalista.

#### 4.4 PATRIARCALISMOS OU ESTADO NATURAL

“O cálculo de capital, em sua feição formalmente mais racional, pressupõe, portanto, a luta entre homens, uns contra os outros” nas ideias entre indivíduos, ou grupo de indivíduos com seus interesses (WEBER, 2012). Para Weber (1999) a história, das ideias e interesses, tem afinidade direta com a dos poderes que, inicialmente, não se assentam sob regras prescritas, onde um alguém determinado têm poder de mando. Ou seja, qualquer poder não é mais do que um direito subjetivamente ‘adquirido’ sobre quaisquer ativos. Para North (2009), historicamente, o avanço das instituições que estruturam os poderes e organizam a economia foram, principalmente, desenvolvidas nos últimos dois séculos.

#### 4.5 DOS PODERES PRÓPRIOS E PESSOAIS

A dominação tradicional assenta-se na ‘santidade das ordenações do ontem eterno’ baseada num sistema de lealdade pessoal repetida, usualmente. O senhor, ou senhores, é em razão de *habitus* tradicionais (WEBER, 1966, 2012, 2015, 2022). A autoridade funda-se na tradição “na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim sempre”, *mores* cotidiano, sob o chefe da comunidade doméstica e entre os entes pré-burocráticos. A vertente patriarcal é a mais destacada (WEBER, 2015). A permeabilidade é precária, em sentido vertical; e crivado de favoritismos em sentido horizontal. No entanto, um séquito órbita, sob e no entorno, do senhor de onde este pode escolher prediletos que recebem, diretamente, os mandos e os obedecem sem questionamentos.

Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. Seu poder não está limitado pela tradição ou por concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e sobretudo: sem compromisso com regras. O poder paterno e a piedade filial não se baseiam primariamente em vínculos de sangue reais, por mais que sua existência seja seu pressuposto normal. Precisamente a primitiva concepção patriarcal trata, ao contrário, - e isto também após o reconhecimento (de modo algum "primitivo") das relações entre procriação e nascimento - o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, são considerados, independentemente da paternidade física, "seus" filhos, bem como são considerados seu gado os animais nascidos de seus rebanhos (WEBER, 2015, p. 234).

Douglass North (2005; 2012) ressalta que no estado natural se constroem regras, instituições representadas, em instrumentos e mecanismos, que organizam os acessos e a intensidade, daqueles que podem participar dos incentivos. Todos esses traços pretendem controlar a violência e distribuir os rendimentos. Nesse contexto de interação constante, os indivíduos constroem organizações, das quais aderem, em decorrência de crença e regra, porém frágeis; pois, sem um terceiro para dirimir contenciosos resta apenas autodeterminações e a reputação. Ou seja, o acesso é limitado e instável.

A luta de todos contra todos (HOBBS, 2003) é um problema enfrentado, por todas as sociedades, não sendo possível extinguir. Então, North (2009) salienta que, nos estados naturais, inicialmente nas ordens primitivas, a formação de fortes coalizões pode controlar e distribuir os 'aluguéis'. Nas pequenas sociedades, de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1973), devido essa dimensão, há chance de todos se conhecerem, há, em decorrência, a possibilidade de maior repetição da interação, podendo ser mais eficiente os incentivos e os constrangimentos. No entanto, sem aquele terceiro para garantir o cumprimento da promessa, "em tal condição, não há indústria, não há construções confortáveis, nem o uso de mercadorias. O que é pior de tudo, medo contínuo e perigo de morte violenta" (HOBBS, 2003).

A característica fortemente personalista da dominação tradicional, como nas organizações aderentes, é ligada ao caráter inteiramente livre do arbítrio do Soberano, ou do indivíduo, em conceder Graça ou punição. Tal poder também pode ser reverter em fonte de rendas ao senhor. Weber (1966) adverte, quando o soberano atua em decorrência de algum costume. A tradição, do 'ontem eterno', é central em qualquer determinação. O direito consuetudinário é o que orienta quaisquer consciências públicas, o senhor pode dominar com ou sem um quadro administrativo; porém, os favoritos podem ser selecionados, em decorrência:

a) tradicional, por laços de lealdade pessoal dos vínculos ao senhor (recrutamento patrimonial); tais pessoas podem ser: 1) pertencentes a linhagem; 2) escravos; 3) funcionários domésticos, ou particulares; ministeriais; 4) clientes; 5) colonos; 6) libertos; b) (recrutamento extrapatrimonial): o recrutamento se faz: 1) por relações pessoais de confiança ('favoritos' livres de toda classe); 2) por pacto de fidelidade com o senhor reconhecido como tal (vassalo); 3) funcionários que, livremente, entram em relação de lealdade pessoal (WEBER, 1966, p. 36).

North (2009) ressalta que os estados são formados por vários indivíduos que contribuem mutuamente. Em busca de seus objetivos comuns; organizam a direção, os instrumentos de violência a partir de suas especializações; controlam o acesso as rendas e as honorarias. Esses traços fortalecem as elites. Mesmo que ainda sob fortes traços pessoais.

Na dominação tradicional observa-se, comumente, a ausência de regras formais, impessoais e objetivas para o recrutamento do quadro administrativo, enquanto exista. Ou seja, a dominação do 'Senhor' pode prescindir, intencionalmente, da competência técnica, hierárquica, remuneração e acesso formalizados regularmente. North, aponta essa estratégia, qual seja, eleger um indivíduo e em suas mãos o uso do monopólio da violência.

A falta de exigência de competência técnica e/ou algum tipo de seleção formal estipulada coloca os grupos em disputas por espaços de poder (disposição) e serviços (mulheres e escravas). Espaços e oportunidades ocupadas pelos favoritos do senhor. Essa fragilidade das alianças que perturbam as coalizões é própria dos estados naturais frágeis (NORTH, 2009). A instabilidade inviabiliza ganhos, políticos e econômicos, conseqüentemente, prejudicado pela falta do estabelecimento de regramento formal e impessoal.

Weber (2015) salienta que, ocasionalmente, o poder patriarcal encontra um divisor, mas que este estava baseado na divisão sexual do trabalho. Após citar, brevemente, alguns casos, expõe:

[...] na função da mulher como mais antiga portadora da "economia" propriamente dita: o fornecimento contínuo de alimentos, baseado na agricultura e na preparação da comida, ou então são consequência da separação total do lar, condicionada por determinadas formas da organização militar, dos homens capazes de portar armas (WEBER, 2015, p. 237).

O fato narrado demonstra que o comunismo primitivo patriarcal, uma associação fechada para fora, está em franca derrocada com novos indivíduos, mulheres, filhos e escravos, adquirindo direitos próprios e poderes através do franco avanço da empresa racional (WEBER, 2015).

Novas ideias e interesses se manifestam, como os poderes psíquicos, os quais questionam atos santificadores. Então, faz-se necessário fortalecer a legitimidade das tradições. Para tanto, é sustentada pelo patriarca uma organização jurídica lábil, mas muito estável, os quais observam, por graça e por desmedidas ordens do soberano,

os valores tradicionais. Esta organização trabalha aos moldes das fábricas modernas (WEBER, 2015), mas ainda são protorracionalidades.

Esse contexto, interfere decisivamente no cenário socioeconômico. Uma vez que, o que está posto é uma restrição da economia aquisitiva, do poder de disposição nas mãos do patriarca que redistribui ao seu próprio interesse, estagnando quaisquer possibilidades de ampliar poderes e comércios. No entanto, é preciso ficar atento, uma vez que tal redistribuição de poderes de disposição não é nula. Há favoritos que adquirem tal condição filhos, mulheres e escravos.

Para Douglass North (2009), nos estados naturais básicos, os processos de mudanças, principalmente nos costumes, se fazem de maneira lenta. A necessidade de as elites manterem-se provoca abertura na coalizão o que possibilita a entrada de outros membros especialistas para justificarem seus poderes. Assim, estes, solidificam uma tradição constituída com a ocupação frequentes dos cargos dando início a um sistema estamental jurídico. É, necessário, compreender que a ideia de competência ou especialistas ainda não existe (WEBER, 1966).

A princípio, trata-se somente de uma descentralização da comunidade doméstica quando, numa propriedade extensa, certos membros não-livres (também: os filhos da casa) são colocados em parcelas com moradia e família próprias e abastecidos com gado (por isso: peculium) e utensílios (WEBER, 2015, p. 237).

A hierarquia está, necessariamente, estipulada pela tradição. O senhor é a ‘voz’ da justiça e das tradições de todos os tempos. Na falta da presença soberana a justiça é praticada por delegados autorizados que as executará conforme os costumes. Os tribunais jurisprudenciais na idade média eram o guardião do direito. Os favoritos eram patrimoniais ao patriarca, ou seja, escravos ou servos: a pessoalidade é inerente ao sistema.

Em Roma, o homem que se tornasse imperador geralmente erguia seus escravos libertos à classe mais alta e, muitas vezes, de fato, à elite governante. Em nossa sociedade, a unidade social é o indivíduo; mas o lugar que ocupa na sociedade beneficia também sua mulher, seus filhos, seus conhecidos, seus amigos (PARETO, 1966, p. 74).

[...] de início, todos os delegados investidos de competências permanentes são funcionários domésticos do senhor, sendo sua competência não doméstica (“extrapatrimonial”) uma competência agregada à sua função doméstica por afinidades objetivas de atividade (WEBER, 1966, p. 37).

Pessoalidade e rotinização. Em ambos os excertos ficam evidentes a personificação, do poder de disposição e do status, na figura do patriarca; se espalhando para todos os membros da família e agregados. Ou seja, as honrarias e emolumentos serão distribuídas de acordo com a confiança e rotinização dos ofícios. Os favoritos sentam-se a mesa do senhor e serão providos do seu guarda-roupas (WEBER, 2012).

Weber (1966; 2015) classifica e caracteriza pelo menos dois tipos históricos de dominadores tradicionais e, possíveis, variações não ocidentais. Quais sejam: gerontocracia e o patriarcalismo. Os gerontes são os mais velhos e conhecedores das tradições sagradas. O patriarca exerce seu domínio em associações de cunho econômico e familiar em decorrência de regras de hereditariedade.

É possível que se encontre a relação entre esses tipos de dominação. A gerontocracia e o patriarcalismo que se assentam na crença e aceitação que o direito do chefe é tradicional. No entanto, há a crença que estes dominam em benefício de si e de todos; não havendo livre uso do poder. Não há um quadro administrativo, necessariamente, e a obediência é por livre disposição. Os meios administrativos não possibilitam clareza nos *modus operandi*.

A autoridade patriarcal torna-se patriarcalismo com surgimento do quadro administrativo e militar. Os 'iguais' tornam-se súditos apropriam-se, também, de porção, dos poderes de disposições sobre pessoas e objetos, com vistas ao mercado, são as características da dominação patrimonial. No entanto, ainda não prescinde da tradição. O sultanato é a forma mais radical, pois apresenta um quadro administrativo e se afasta da tradição, porém suas diferenças ainda são fluidas, uma vez que os instrumentos da graça e do livre arbítrio lhes são extremos.

North (2009) é taxativo em afirmar que as coalizões possuem constância, mas que não são eternas. Conflitos geram mudanças e rearranjos sobre a apropriação dos poderes de disposições e aquisições. Ou seja, "mudança institucional pode decorrer de mudanças nas regras. Ademais, as instituições comumente mudam antes de modo incremental" (NORTH, 2018, p. 18). Desse modo:

To be credible, the commitment requires that the violence specialists be able to mobilize and gather their rents, which are produced by the remainder of the population. Mobilizing rents, in turn, requires specialists in Other activities. It is here that we move away from the simple ideas about violence and back toward a more reasonable depiction of the logic of the natural state. In the earliest societies of recorded human history, priests and politicians provided the redistributive network capable of mobilizing output and redistributing it

between elites and non-elites. In a natural state, each of the nonmilitary elites either controls or enjoys privileged access to a vital function like religion, production, Community allocation of resources, justice, trade, or education. Because the positions, privileges, and rents of the individual elites in the dominant Coalition depend on the limited entry enforced by the continued existence of the regime, all elites have incentives to support and help maintain the Coalition. Failing to do so risks violence, disorder, and the loss of rents (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009, p. 20).

Inicial, e originalmente, as preocupações patrimoniais eram somente a satisfação privada e a gestão patrimonial do senhor. Ao ampliar seus domínios políticos, extrapatrimoniais e territoriais, faz-se necessários outros aspectos de dominações, como os poderes militar e o judicial. Ambos executados ilimitadamente e sob o arbítrio do Senhor. Ambos os poderes são espaços para recrutamentos, ou seja, outros deterão também poderes, rendas e status. No entanto, ambos ainda se “vestem do guarda-roupa do senhor” este período ainda é de incipiente economia monetária (WEBER, 2015).

Com o desenvolvimento do comércio e da economia monetária pode brotar daquela satisfação das necessidades do senhor patrimonial, à maneira do oikos, um monopolismo econômico aquisitivo, como ocorreu em grande escala no Egito, onde já o faraó da época primitiva da economia não-monetária praticava um comércio próprio, introduzindo-se na época ptolomaica e mais ainda no domínio romano um sistema dos mais diversos monopólios, ao lado de inúmeros tipos de impostos em dinheiro, que substituíram a antiga satisfação litúrgica das necessidades da época em que predominava a economia não-monetária (WEBER, 2015, p. 241).

Weber expõe que com a ampliação dos poderes, súditos e livres, estão submetidos tributariamente ao senhor. Entre os poderes de disposições divididos pelo senhor está seu prestígio e seu aparato coativo e que somente desse modo pode exigir contraprestações não habituais e novas. Tais questões são expressão da racionalização, e entre elas: a constituição de uma guarda especializada em violência que gozará das honrarias e rendimentos provindos do senhor; são solidários em Ideias e interesses que são os nós que engendram as relações entre o senhor e o guerreiro profissionais. Weber assinala que para as camadas, econômica e socialmente, o senhor os privilegiava com cargos de comando no exército. Demonstrando ter poder ao distribuir cargos e vantagens, logo poderes de disposição e aquisição.

As relações econômicas e das honrarias em decorrência da presença no quadro administrativo, ou seja, mistura-se a administração e os administradores. Tal presença, justifica-se pela distinção hereditária ou ao pertencimento de uma

associação o que também o distingue. Os meios administrativos pertencem ao representante patrimonial: finanças e solo. No patrimonialismo puro não há separação entre administração e administradores.

O faraó que punha em marcha exércitos de colonos e escravos sob as ordens de seus clientes, e que os alimentava, guarnecia e armava por conta de seus armazéns, era, como senhor patrimonial, proprietário absoluto dos meios administrativos (WEBER, 1966, p. 43).

O sistema de privilégios do patrimonialismo estamental substancia-se numa rede de poderes mais consistentes e mais fechado. Quando limita o ingresso; sendo assim, uma associação fechada para fora (WEBER, 2012); sendo o soberano o nomeador. É o nomeador, uma vez que é o mantenedor dos custos administrativos e o centro dos ganhos econômicos. Os detentores dos poderes, de mando e militares, se mantêm às custas da bolsa do soberano. No entanto, no patrimonialismo estamental o poder se divide entre Soberano e quadro administrativo.

Vários são os meios pelos quais o servidor patrimonial pode prover seu sustento; como: mantido pela mesa do senhor; dinheiro ou bens; direito do uso da terra; apropriação de renda, tributos e exploração de feudos. O Prebendarismo, por exemplo, é consequência dos meios de sustento por bens ou dinheiro e/ou pela apropriação da terra e direitos sobre tributos. Prebendas ou feudos o que é determinável e a apropriação privada dos meios administrativos.

Weber (2015) enfatiza três características próprias aos prebendários que incidem diretamente nas ações gerais do habitus burocrático:

- a) a remuneração em dinheiro;
- b) o seu desenvolvimento quantitativo;
- c) soada a sua extensão quantitativa, também a qualitativa dando origem assim a uma burocratização.

Economia, finanças, e honorarias, competências técnicas, são valores que adentram os mercados. Práticas mágicas, pessoais e o conhecimento prático, empírico, não são mais suficientes para os grupos acessarem bens materiais e simbólicos.

Geralmente, a dominação tradicional atua de maneira geral sobre a economia regendo-se a partir da tradição dos costumes. Os mais velhos e patriarcas tendem

aos comandos, mas sem quadro administrativo. Monopolizando mandos e obediências e interpretando tradições a partir de sua perspectiva.

O patriarcalismo, considera a dominação tradicional, no entanto, demonstra certas distinções. No Oikos, senhorial, as compensações se fazem por tributos ou trabalho compulsório. As relações econômicas são esmagadas pelo peso das tradições dificultando o surgimento do mercado devido a limitação no uso do dinheiro e de fatores irracionais monopolistas incidindo sobre a capacidade aquisitiva; tais condições não encontram afinidades com a construção do capitalismo.

No patrimonialismo encontra-se cenário diferente; em relação ao patriarcalismo; mesmo de contexto tradicional a perspectiva monopolista não é regra; as necessidades são atendidas, podendo ser parcialmente, por demanda: econômica, tributária ou direitos. O mercado encontra fatores mais favoráveis; no entanto, ainda sobre monopólios irracionais por parte do chefe ou do quadro administrativo. Repercutindo sobre as bases capitalistas por falta de regularidades dos regramentos, assim afetando a política fiscal. Em certos casos, o patrimonialismo pode ser racional, tributária e monopolisticamente, mas isso acontece de modo casual.

No patrimonialismo estamental da divisão dos poderes. A política fiscal se encontra mais próxima da calculabilidade racional devido menor arbitrariedade do chefe em relação a tributação e sua criação. Nesse caso, são os agentes da dominação que dão a dinâmica: se feudais, se patrícios. Os primeiros são, necessariamente, patrimonialistas e barram o desenvolvimento do capitalismo com mandos e tributos; os patrícios trabalham com condutas diferentes.

No entanto, as sociedades com maiores aglomerados humanos e o desenvolvimento quantitativo de ativos exigiu a existência de novos mecanismos de organização, distribuição e garantias sobre bens advindos da crescente especialização do trabalho, além dos especialistas em usar a violência. Melhor, como dois ou mais especialista em violência não convivem no mesmo território; dividem este território e protegem outros especialistas em funções diversas (NORTH, 2009). Do contrário, como conseguiram rendas?

Em decorrência das organizações, dos poderes e do território, concomitante seleciona-se quem irá participar da distribuição dos privilégios e rendas isso se fará limitando o acesso aos recursos de mais valor. North chama de 'ordem de acesso limitado'; enquanto, Weber classificaria como uma 'associação racional fechada pra fora'. Esses processos eram bastante propícios a líderes hierocráticos e demagogos

políticos interessados em distribuir graças entre os ‘apadrinhados’ (WEBER, 1974, 2012, 2015). O que está evidente que estruturas estatais mais robustas são organizadas com o intuito de possibilitar e garantir ganhos e proteção de maneira mais efetiva, ou seja, com o duplo equilíbrio.

Abreu (2017, p. 47) ressalta que há uma relação entre dois poderes: o poder político-militar e o poder econômico a que este arranjo se estabelece na distribuição (bem distribuído) no sentido de manter a estabilidade. Na dominação tradicional (WEBER, 2015), ou no estado natural (NORTH, 2009), os instrumentos de trabalho e os mecanismos de guerra encontram-se nas mesmas mãos que recruta e distribui as graças. Respeitadas, as organizações aderentes ou contratuais, é do ‘celeiro’ e do ‘bolso’ do senhor que a administração se mantém. Para Weber isto é ponto pacífico; para North também ao descrever os estágios dos estados naturais.

Percebe-se, certa equivalência no processo de desenvolvimento da racionalização, descritas por Max Weber e Douglass North. Quanto à evolução para proteção da conduta econômica. Entre a dominação patriarcal ou os estados naturais frágeis até chegar à dominação patrimonial estamental ou prebendária e os estados maduros. Muitos avanços foram construídos, como: a permeabilidade para novos especialistas e elites; avanços em acordos e contratos com aumento na segurança de cumprimento; franca diminuição de poderes arbitrários e pessoalidades.

#### 4.6 A DOMINAÇÃO LEGAL: E A COMPETÊNCIA TÉCNICA

A orientação econômica de cunho associativo fundamenta-se onde predominam associações heterônomas e heterocéfalas, ou seja, é constituída por estranhos e dirigida por estranhos, respectivamente, independentemente, de como se processam as nomeações e, pretende para si, a legitimidade de impor novas ordens (WEBER, 2012, p. 31). Salienta Weber (1974) que os termos assim compreendidos somente foram possíveis, plenamente, em comunidades políticas e eclesiásticas no Estado moderno. Enumere-se algumas características: “a) Apropriação de todos os meios materiais de produção; b) liberdade de mercado de restrições irracionais; c) técnica racional, ou seja, maximamente calculável; d) trabalho livre; e) comercialização da economia” (WEBER, 2006b, p. 18).

Todas essas características são, genericamente, compreendidas por uma autoridade burocrática que pretende os fazer valer. Uma vez que sua própria engrenagem considera:

1. As atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais. 2. A autoridade de dar as ordens necessárias à execução desses deveres oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosamente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros, que possam ser colocados à disposição dos funcionários ou autoridades. 3. Tomam-se medidas metódicas para a realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificações previstas por um regulamento geral são empregadas (WEBER, 1974, p. 229).

Weber (2015) é assertivo em dizer que há uma luta constante, pacífica e bélica, entre os Estados burgueses pelo poder (pela burocracia) criando mais oportunidades para o sistema capitalista. A classe burguesa é resultado da aliança entre Estado e capital, duplo equilíbrio (NORTH, 2009), a qual pretende ficar mais poderosa e, inicialmente, sem destino e paradeiro certo. North (2009) corrobora afirmando que as sociedades de acesso aberto controlam a violência assegurando ambientes de concorrências, ou seja, são estados weberianos (NORTH, 2009, p. 110). Que pretendem afinidades eletivas; ou eficiência adaptativa; entre instituições, capital & organizações.

Nesse sentido, a ação da associação é pautada em critérios legítimos ou se impõe coercitivamente; de acordo com uma ordem vigente, atua com seu próprio quadro administrativo. Outro fator importante, é a presença de um dirigente. É o caso da Instituição formal organizada por um quadro administrativo pago com sua própria receita. “O poder governamental numa associação pode pretender para si o poder legítimo para impor ordens novas” (WEBER, 2012; p. 531). Tais associações têm forte cunho territorial.

O monopólio legítimo do uso da força (WEBER, 1974), ou seja, que não se usará de maneira desproporcional para dirimir conflitos é característica essencial do Estado Racional. North (2009) salienta que o uso da violência se encontra bem definido, na ordem de acesso aberto, e seu uso encontra-se sob regras claras e sob domínio do grupo político. Tal fato cria uma sensação de pacificação e segurança para o cumprimento de acordos e competições críveis entre organizações com seus

poderes de disposição. Salienta, Douglass North, que a economia se adapta, eficientemente, aos acessos, explorando-os.

Weber (2015) ao discorrer sob o desenvolvimento da especialização da justiça, até chegar ao estado racional, observa como o tema foi tratado por inúmeras civilizações e organizações e como operaram com ela. Nesse contexto, inclusive a igreja romana teve papel importante ao substituir aspectos de irracionalidades, como o duelo que era usado para resolver contendas mercantis, e a partir dos parâmetros de sua organização administrativa propôs aspectos racionais e impessoais. Weber é enfático quando afirma que quanto mais voltamos no tempo menos burocrática são as relações, assim menos impessoais.

North demonstra a importância de suporte simultâneo entre acessos e significados sociais. A crença sobre valores e significados, caros a sociedade, como é a questão da igualdade e da liberdade sobre equipamentos e instrumentos públicos; ampla competição em direção a engenharia institucional de poderes eletivos entre partidos políticos e sociedade civil; e um sistema de instituições que organizam incentivos e ganhos. “A dimensão estrutural da distribuição dos meios do controle material do poder” (WEBER, 1974, p. 188) na ordem de acesso aberto é permeável e de grandes custos.

Dessa forma, procedimentos pessoais tomam conotações de irracionalidades, ou seja, são sinônimos de abusos e violências e perdem força para a regulação racional dos ativos. Reforçam-se regras que garantam a propriedade e a competição, econômica e política, entre os agentes. Weber deixa claro que as características se desenvolvem mais plenamente no ocidente e não nega traços em outros grupos e regiões. North, Wallis, Weingast (2009) apontam, nesse sentido, também em relação aos fatores das sociedades de ordens de acessos abertas.

The doorstep conditions represent institutional and organizational support for increased impersonal exchange, as well as institutions consistent with the logic of the natural state that can be used in the transition to support open access orders. The three doorstep conditions are: Doorstep Condition

1. Rule of law for elites. Doorstep Condition
2. Perpetually lived forms of public and private elite organizations, including the state itself. Doorstep Condition
3. Consolidated political control of the military (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009, p. 26).

Para Weber (1974), o Estado é uma relação de homens dominando homens. Para tanto, fazer crer sob o domínio da tradição, da legalidade e do carisma é um

componente necessário. No Estado racional burocrático legal a crença espelha-se no império da impessoalidade e na diminuição do poder arbitrário sobre a distribuição dos ativos. Ou seja, a equivalência para todos perante o regramento estatal; possibilidades de todos terem acesso à justiça; ter os bens protegidos (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009); acesso ao sistema educacional (WEBER, 1974). “Acima de tudo, a evolução é muito estimulada pelo prestígio social dos títulos educacionais, adquiridos através desses exames. É ainda mais o caso quando o título educacional é usado com vantagem econômica” (WEBER, 1974, p. 278).

A impessoalidade é chave no Estado burocrático legal tanto quando do Acesso Aberto. É o cerne da racionalidade, ou seja, da relação entre dinheiros ou ganhos; assentado em funcionários competentes tecnicamente. Nesse sentido, são os acordos contratados que regulam e garantem as relações comerciais sob a guarda coercitiva do Estado que faz cumprir. São os brocardos jurídicos norteadores e balizadores dos interesses legais da sociedade em busca de seus interesses observada a impessoalidade.

Na parte urbana da cidade repousa o duplo equilíbrio, poder e cálculo. Nas cidades são coordenados e distribuídos os poderes de disposição que possibilitam a aquisição de bens de utilidade e serviços materiais e simbólicos. Na cidade repousam e mutam, incessantemente, as organizações administrativas e as lideranças ou grupos de interesses, principalmente eletivas, que ditam as regras. É necessário deixar claro que; não se pretende, somente, controlar a violência, mas também o acesso aos bens de aquisição e simbólicos. Então, ter poder é controlar: os cargos, a violência; e a administração da aquisição e das oportunidades.

A forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma com a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela (WEBER, 1974, p. 212).

É, ao observar, ordem social, ou seja, a distribuição econômica e das honorarias, que nos fará ver, quem e quais ativos, indivíduos ou grupos de indivíduos acessam. Ressalte-se, a trajetória, a história, é testemunha dessas construções

socioeconômicas. Nesse contexto, a trajetória institucional pode ser reveladora dos lugares dos caboclos na ordem econômica e das honrarias.

Para tanto, descobri-lo, efetivamente, requer observar o trânsito dos barcos, sejam: canoas, batelões etc. caminhando as margens do rio Maués-açu e/ou da cidade, o ver; conversar com aqueles que chegam ou zarpam será revelador dos sentidos, motivos, que conectam a comunidade à cidade, escutar; anotar as histórias contadas, interpretá-las, compreensivamente, é o exercício fundamental, o escrever.

## 5 MÉTODO E METODOLÓGICO

Assevera Geertz (2008):

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Para Weber (2006, p. 16) a ciência vai auxiliar compreender os significados daquilo que se almeja, até mesmo nos direcionar ao fim desejado respeitando suas conexões e importância. Nesse sentido, o arcabouço teórico weberiano de compreensão interpretativa é decisivo nessa tarefa de investigar e explicar quais instituições importam no processo das relações aquisitivas, entre a comunidade & urbano, na cidade de Maués/Am. A qual se estabelece efetivamente quando; “causalmente do decurso e seus efeitos” (WEBER, 2019, p.21); a embarcação do caboclo encontra a margem do rio/cidade.

North (2018) salienta que a história importa. E que ela deixa rastros, trajetórias das interações humanas. E que nessas trajetórias podem ser encontrados elementos que restringiram essas interações. Para Weber, a história apresenta, entre outras coisas, processos e regularidades, objetos ou ações que evidenciam as conexões de sentidos nas relações entre indivíduos. Weber é taxativo que somente as conexões de sentidos são compreensíveis interpretativamente.

Weber explica que os motivos, que são conexões de sentidos, nos apresentam a ‘razão’ das ações. Esta razão, podendo ser “adequada quanto ao sentido”, ou seja, se desenrola conforme costumes de pensar, sentir e agir. O autor, salienta que esta razão é um componente interno aos indivíduos, próprias ao seu modo de vida, ou melhor, suas instituições. E, o “causalmente adequada” apresenta uma posição exterior ao indivíduo presos a contingências probabilísticas da repetição dos acontecimentos, como por exemplo, o calendário estatal de transferência de renda.

Então, é necessário observar os motivos que conectam os sentidos, internos (subjetivo) e externo (objetivo), para a compreensão interpretativa do decurso racional da ação. O racional é a síntese da conexão entre os meios para a ação e seu fim em decorrência do sentido objetivado (interesses) da subjetividade (ideias).

Está posto que, a partir de Weber, se pretende investigar e explicar as conexões de sentidos empregados pelos agentes nas ações em suas relações sociais. E que para isto se tomara o indivíduo, ou aquele que representa grupos de indivíduos; e que não se pretende avaliá-lo, moralmente, em suas ações; se justas ou verdadeiras. Corrobora North (2018) afirmando que a interação entre indivíduos constrói ambientes, favoráveis ou menos favoráveis, para suas interações, em decorrências das instituições; logo precisamos observar o indivíduo em suas, repetidas, interações.

É na repetida manifestação, das ações ou interações; no micro ou na macro trajetória; que se envolve, ou se é envolvido; que se identificam os significados/sentidos (Weber) ou restrições (North). No entanto, podem existir 'paradoxos de consequências' na relação entre meios e fins (WEBER, 2015), ou melhor, custos inesperados na trajetória.

[...] quando parece alcançar um fim proposto, obviamente sempre dentro do âmbito do nosso respectivo saber, podemos determinar quais seriam as consequências a que, juntamente com a eventual consecução do fim em vista, arrastaria a aplicação dos meios necessários. Assim, proporcionamos ao sujeito atuante a possibilidade de confrontar as consequências desejadas e não desejadas da sua atuação, e de responder à pergunta: quanto custa a consecução do fim proposto no que se refere ao sacrifício de outros valores? Todo o fim proposto custa ou pelo menos pode custar algo (WEBER, 2003, p. 6).

A observação investigativa deve procurar evidências, afinidade eletiva, ou seja, adequação, entre os meios para o fim, para a ação racional. O que permitirá, segundo Weber, a compreensão explicativa e interpretativa da relação social dos conteúdos compartilhados. Decifrar causalmente é observar a trajetória e seus efeitos. O caboclo/a arruma o barco, ou aguarda o recreio, embarca, conjuntamente, com seus propósitos, então chega à cidade; desembarca, conversa, recebe, escolhe, compra e volta.

Cohn (2006) salienta sobre Weber. O pesquisador pretende a objetividade do conhecimento, ou seja, os motivos exatos expressos entre: as ideias e interesses. É necessário apreender a realidade como tal, expressa na convivência. Uma vez que "sabemos que nossa ciência, como todas as que têm por objeto instituições e processos culturais humanos, deriva de pontos de vistas práticos" (WEBER, 2006, p. 13). A "ciência da vida cultural humana consiste em predispor a compreensão

intelectual para determinadas ideias pelas quais se lutou e continua lutando” (WEBER, 2003, p. 19).

Então, compreende-se que o caboclo/a amazônida é resultado do processo colonizador; apropriado pela Coroa Real portuguesa; e feito trabalhador, produtor e, principalmente, consumidor e gerador de divisas para a metrópole. E, atualmente, continua atrelado fortemente as políticas estatais.

Observar as conexões de sentidos podem revelar ao pesquisador, adequações e paradoxos; ideias e interesses; os meios e o fim; relações e instituições. E é na trajetória que selecionamos nossas escolhas e as rotinizamos. Para North, a eficiência adaptativa é/foi construída, independentemente, do sucesso ou fracasso da ação colonização. O certo é que o caboclo é resultado desse processo e atua, decisivamente, no cenário socioeconômico amazônico.

## 5.1 PARA NAVEGAR NO MAUÉS-AÇU É PRECISO?

A metodologia é o momento em que se apresentam os caminhos que se percorreu para superar os desafios e dificuldades que surgirão na construção do trabalho proposto. Segundo Goldenberg (2005, p. 105) “metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos a serem seguidos, dos instrumentos a serem utilizados para se fazer ciência”. Ou seja, a metodologia de pesquisa é um processo que se utiliza para planejar, organizar, implementar e relatar a atividade de pesquisa.

Dessa forma, inicialmente, a revisão bibliográfica é importante para subsidiar a análise de ideias, posições ideológicas ou políticas, assim como, conhecer o posicionamento de outros autores de ciências distintas sobre o tema ou até mesmo sobre o problema em questão, ou seja, posicionamentos qualitativos ou quantitativos que subsidie a exploração. A história e a historiografia importam, pois a sociologia da instituição e da economia de Weber se preocupam com o percurso da política, dos processos fundamentais.

Weber (2006) considera que sempre que for pertinente pode-se utilizar dos conhecimentos da antropologia. Schluchter (2021, p. 26) é enfático em dizer que Weber propõe uma epistemologia, uma antropologia de um ser cultural e que busca a liberdade. Oliveira (1996) considera importante, inicialmente, para a prática antropológica “o olhar etnográfico, tanto quanto o ouvir, cumpre sua função básica na

pesquisa empírica, o escrever surge como o momento mais fecundo da interpretação” (OLIVEIRA, 1996; p.16). E, nesse sentido, Geertz afirma que o fazer da antropologia social é praticar etnografia (2008). Uma vez que etnografia:

[...] é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os procedimentos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’. O objeto da etnografia uma hierarquia estratificada de estruturas significativas (GEERTZ, 2008, p. 5).

Dessa forma, para a descrição densa o que é dito, realmente, é o importante. E o que a escrita fixa mais que signos são significados que devem ser, compreensivamente, interpretados a partir da escuta atenta (GEERTZ, 2008). Na figura 6, ao centro, rampa de acesso a rua, onde se localiza o prédio da feira do produtor. Como também daqueles que participam de maneira informal com seus produtos.

Figura 6 - Rampa da Feira na estiagem, na cheia



Fonte: Izaquiel Gomes, tempos distintos.

Nesse sentido, a pesquisa de caráter exploratório foi adequada neste trabalho, sendo a flexibilidade que possibilitou considerar os variados aspectos do fato estudado, realizado mediante etapas entrevistas com os personagens (caboclos) e mecanismos outros que possibilitem e estimulem a compreensão interpretativa do fato investigado (GIL, 2002).

As ciências sociais buscam conhecer a realidade empírica, mediante a observação daquilo que ocorre na convivência humana. Elas não almejam outro mundo, mas querem conhecer algo do mundo que ai está (ou esteve, no caso da historiografia) ... só se pode falar do que é, não do que deveria ser. O conhecimento científico só busca apoio em fatos (os dados da realidade), nunca em valores. (COHN, 2006. p. 8)

No intuito da exploração, de conhecer as realidades vivenciadas foi necessário, primeiramente, caminhar pela orla, calçada ou asfalto, quando o rio estava cheio e pela praia quando o rio estava baixo observando chegadas e/ou partidas oportunizando aproximações e conversas.

Assim, o campo se expandia da praia do urubu até a praia da maresia, perímetro de cerca de 2 km de extensão. No entanto, concentrou-se, principalmente, no perímetro imediatamente, a feira. Pois é onde, atracam o maior número de embarcações em rápida contagem mais de 200 embarcações. Dessa forma, foi possível se aproximar de 20 embarcações, sendo: 7 canoas com rabetas; 4 recreios, 9 barcos ou bajaranas.

A escolha do interlocutor se fez de maneira aleatória. Prodanov (2013, p. 98) ressalta que amostras por acessibilidades ou conveniências se mostram menos rigorosas, logo baixo rigor estatístico. Onde o pesquisador seleciona indivíduos os quais tem acesso; essa técnica é adequada a estudos de caráter exploratórios. No trabalho são apresentadas vozes de 2 mulheres e 5 homens. No entanto, muitos foram ouvidos, principalmente, quando estivemos dentro dos recreios.

O método qualitativo será preponderante, uma vez que pretendemos questionar quais instituições importam para sua economia aquisição na parte urbana da cidade. Assim, é a narrativa, de homens e mulheres, que vivem essa dinâmica que é relevante e reveladora. Ressaltando que é o momento do perímetro urbano nossa preocupação.

Norteados pela questão central do trabalho, ou seja, quais instituições importam ao caboclo para sua economia aquisitiva. O estudo de campo, nesse sentido, aprofundará as dimensões daquilo que se quer observar somadas às entrevistas. No caso, da entrevista semiestruturada e/ou informal. Gil (2002) enfatiza que:

Se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade que se podem entender as regras, os costumes e convenções que regem um grupo estudado (GIL, 2002, p. 53).

Mesmo considerando a experiência diária do pesquisador no campo e com aqueles que a compõe. Há uma intensificação entre o segundo semestre de 2021 e todo o ano de 2022. Vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 trouxe prejuízos ao andamento da pesquisa, uma vez que restringiu a navegação nos rios amazônicos.

As entrevistas aconteceram de maneira semiestruturada e os entrevistados eram escolhidos aleatoriamente, ou seja, conforme as embarcações que estavam presentes no momento da exploração científica. Então, seguia-se o seguinte roteiro: 1) propor uma aproximação a partir de uma saudação, identificação, breve explanação da razão do estar se aproximando. Assim, aconteciam falas circunstanciais para estreitar “laços” e as perguntas.

Havia perguntas iniciais que identificavam o indivíduo a pesquisa. No entanto, tais perguntas se apresentavam conforme a conversa seguia. De qual comunidade e se o indivíduo morava em alguma comunidade? Quanto tempo? Por que estavam na cidade? Quanto tempo iriam ficar e com qual frequência retornavam? Se tem produção? Se trouxeram algo para vender? A intenção é levantar elementos mínimos que identificam o indivíduo ao objeto chave do trabalho o caboclo/a e suas aquisições. As entrevistas foram gravadas a partir de aplicativo gravador de áudio MP3 NLL APPS encontrado no aplicativo de aquisições. Então escutadas e transcritas no trabalho. No entanto, utilizei frases de conversas informais, que não necessariamente foram gravadas, as quais são relevantes pois expressão a razão de se estar na cidade – urbana.

As relações sociais também foram observadas nos comércios e bancas informais de produtos.

Figura 7 - Camelô e Comércios frequentados pelos caboclos



Fonte: Izaquiel Gomes (2022).

As fotografias, as imagens, contam sobre os lugares, do ver, do ouvir e do escrever; daqueles sujeitos ouvidos. Espaços de circulações de poderes de disposição (instituições), oportunidades aquisitivas e superações das utilidades. No entanto, o estático recorte somente revela o significativo e pode apresentar significados; ou seja, suas possíveis interpretações e das relações sociais propostas.

Os sujeitos, homens e mulheres, nesse trabalho são aqueles que chegam em embarcações na parte urbana da cidade de Maués para vivenciá-la. A história da

conexão de vários povos; a história da miscigenação, da estratificação e sobreposições de interesses; a história social do valor e/ou do preço; a história da assimilação social e genética; é a história da inferiorização do outro. Todas essas histórias, arranjam e rearranjam, institucionalmente, quem seria cidadão, quem é objeto, quem manda e quem obedece. E, principalmente, quem pode adquirir, bens e serviços e assim sanar utilidades.

O método compreensivo interpretativo requer atenção na mínima ação; na mais simples frase; no olhar; no gesto. Coisas difíceis de detectar ou até mesmo transcreve. À medida que não será fácil, mas não impossível, apresentar o que é primordial, ou seja, o significado. Todas as descrições necessitam do tom da fala, da pausa, da dramaticidade. Elementos talvez capturados com a imagem em movimento.

## 6 UM LONGO PROCESSO ENTRE AFINIDADES E ADAPTAÇÕES: DA VELHA MUNDURUCÂNIA AO MUNICÍPIO DE MAUÉS

O processo imperialista colonizador português fomentador de intensas mudanças onde se instalou, e que não foi diferente na colônia Brasil, fez-se com inúmeras consequências que ressoam até os dias atuais. Devido a isto, a disposição dos poderes transitou devido as várias experiências institucionais de dominação que desembarcaram e que provocaram rearranjos no território colonial; no quadro de dominação política; nas crenças e na lógica produtiva. Nesse contexto, sob regência da Coroa portuguesa há instalação de governos oficiais; uma reordenação do uso do território com a instalação de uma hierarquia urbana e seu uso mercantil; readaptações de crenças e religiosidades, principalmente, sob influência do papel da igreja católica; e reordenamento da lógica produtiva com emprego de sistema escravista.

### 6.1 O CAPITALISMO RACIONAL

O capitalismo é um sistema de produção, o qual vem por séculos se estabelecendo e se transformando. No entanto, e apesar de, vários lugares apresentaram condições propícias; contudo, nestes se instalou com menor vigor. Somente no ocidente que se estabeleceu e se desenvolveu como um processo eticamente vigoroso a partir do avanço da racionalização, da secularização, ou seja, da passagem do domínio da magia à racionalidade burocrática.

Cohn (2016, p. 10) ratifica que a empresa inteiramente racional é própria ao capitalismo moderno e que o capitalismo racional moderno é uma criação, necessariamente, do ocidente e que a empresa racional é sua principal característica. E que:

A empresa capitalista racional, em particular, é uma empresa com cômputo de capitais, ou seja, uma empresa industrial ou comercial que controla sua rentabilidade com o auxílio de cálculos, da contabilidade moderna e a elaboração de balanços (WEBER, 2006, p. 13).

E as características próprias da empresa capitalismo racional são também apresentadas, como:

- a) o controle dos meios materiais de produção e sendo propriedade livre para a indústria e comércio, assim como para iniciativas privadas e autônomas;
- b) a liberdade de mercado contraria a restrições irracionais;
- c) técnica racional para economia de custos;
- d) o direito racional, ou seja, um sistema jurídico confiável assentado numa república;
- e) o trabalho livre;
- f) a garantia da posse da propriedade (WEBER, 2006).

Como tal sistema dispersa poderes de disposições e possibilita condutas aquisitiva?

À medida que todas as consequências da racionalização se assentam num racionalismo, exposto a partir da ação social, vinculados aos planos e pactos socioeconômicos, políticos e culturas. E que conseqüentemente, a racionalização foi e é um processo de arranjos e rearranjos das regras, considerada sua simultânea, estabilidade e instabilidade, entre racionalidades presentes no contexto político, econômico, cultural; onde se apresentam a posição, econômica/simbólica, e os posicionamentos, ideológicos, dos indivíduos em suas ações com finalidade de influenciar decisões, principalmente, políticas e economicamente orientadas.

## 6.2 CARACTERIZAR A POLÍTICA PARA A COLÔNIA, A ENGENHARIA INSTITUCIONAL IMPLEMENTADA E SUAS IMPLICAÇÕES

‘Todo Estado se fundamenta na força’, disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que território é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuída a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como única fonte do ‘direito’ de usar a violência. Daí a ‘política’, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro do Estado (WEBER, 1978, p. 98).

Para Weber (1978), o capitalismo não é um todo que não caiba distinções, onde suas características mais aparentes são os vieses aquisitivos e/ou pecuniários. Pelo contrário, Weber aponta diferentes tipos com distintos arranjos institucionais particulares. Quanto mais o autor recua na história do capitalismo vê-lo como fator de uma condição histórica determinada; e quando se aproxima do capitalismo moderno

o ver enquanto penetrante e unificador de racionalidades. E, o capitalismo ‘selvagem’ em movimento centrípeto absorve as instituições no sentido da apropriação de todas as esferas da vida.

Para Weber (1978), somente é possível o capitalismo quando condições mínimas de uma economia monetária existe. O autor, inicialmente, aponta dois tipos de capitalismo: o capitalismo político e o capitalismo industrial. E aponta que, com o Capitalismo Político os ganhos estão diretamente ligados ao preparo e a exploração da guerra, conquista e prerrogativa do poder da administração política.

Nesse quadro, os tipos apontados se classificam: no capitalismo imperialista, capitalismo colonial, capitalismo aventureiro ou predatório e o capitalismo fiscal. E, de modo secundário, mas não menos importante, Weber cita sobre o capitalismo dos Párias: comerciantes.

Dentre esses tipos, aquele que parece nos interessar é justamente o capitalismo colonial que deixou suas raízes, e que ainda se expressa com o uso considerável das embarcações/canoas para atividades monetárias considerando os espaços mais distantes e, como também, a concentração fundiária. Segundo Weber:

Por capitalismo *imperialista*, se refere a uma situação na qual os interesses de lucro são os que determinam o ritmo, ou são os beneficiários, da expansão política [...] o capitalismo *colonial* intimamente ligado ao imperialismo político, refere-se aos capitalisms que lucram com a exploração comercial de prerrogativas políticas sobre territórios conquistados. Tais prerrogativas incluem monopólios comerciais, assegurados politicamente, privilégios de transportes, a aquisição e a exploração de terras, politicamente determinadas, bem como o trabalho compulsório (WEBER, 1978, p. 86).

A política de ocupação proporcionada pela Coroa portuguesa é um complexo de organizações, instituições, honrarias que imprime a todos lutar sob as regras de um soberano distante e desconhecedor das reais condições sociopolíticas e econômicas. No entanto, há racionalidade legal, quando um quadro institucional faz uso específico da violência física ou psíquica para obter conformidade com as regras ou impor constrangimentos a sua violação. Logo, tal ocorrência, pode ser motivo para o aparecimento do poder econômico e político (WEBER, 1978, p. 211). Nesse sentido, a Coroa português imprimiu no “novo mundo” fortes constrangimentos, domínio territorial e intensa exploração comercial.

### 6.2.1 A Empresa Racional Portuguesa e o Desencantamento da Amazônia

[...] afirmavam que a melhoria da agricultura dependia da ocupação de novas terras, que estavam infestadas pelos “selvagens”, os quais, com seu “natural furor”, matavam os brancos e destruíam suas propriedades. De qualquer modo, pode-se dizer que, desde os anos 1640, o domínio português da região se avigora cada vez mais. Se a ocupação militar foi considerada como um fator fundamental da presença portuguesa nessa vasta região, a historiografia, como já mencionado, identificou dois outros importantes vetores de ocupação: 1) a caça aos índios e a colheita das drogas do sertão; 2) as missões religiosas, principalmente as organizadas pelos jesuítas (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 79).

Schwartz (2020) comenta que o império português, especialmente no Brasil, a partir do século XVI, esteve ligado a vários ‘ciclos’ econômicos que se sobrepuseram, tais como: as especiarias, o açúcar, o ouro, assim como outros produtos comerciais de menor destaque. Ressalta também o tráfico de seres humanos como característica acentuada desse período. E, a economia endógena à colônia mostrava-se conflitante entre particulares e o Estado Português.

Bethencourt e Curto (2010) comentam sobre as conquistas do império português, os quais apontam que tal fato se inicia por volta do século XIV com a tomada de Ceuta, avançando pelo continente africano até século XV e chegando ao que hoje é conhecido como Brasil. O quadro e o ambiente institucional, implantado pela coroa portuguesa, na colônia Brasil, é um plural de experiências das grandes nações da época, como na França e Espanha, assim como de sua própria prática em outros territórios conquistados. Esses arranjos institucionais se propõem hegemônicos se confrontam com as regras locais. Para Bethencourt e Curto:

O caso brasileiro foi o único exemplo de ocupação territorial sustentada de uma colônia pelos portugueses durante o longo período do século XVI ao século XVIII [...] No século XVI, o povoamento português da América do Sul progrediu lentamente, não obstante o encorajamento da coroa, na forma de concessão de privilégios reais às viagens ultramarinas e do estabelecimento, na década de 1530, de capitanias donatárias, enormes concessões de terra por parte do rei, acompanhadas da outorga de vários poderes governativos. Houve três fatores principais responsáveis pela definição de um primeiro projeto imperial para a América do Sul: a necessidade de contrariar os projetos franceses de colonização; a tentativa de repetir o que os espanhóis tinham conseguido com a descoberta das minas de potosí; e o interesse pela obtenção de novas fontes de receita para compensar a primeira crise da Índia (BETHENCOURT; CURTO, 2010, p. 4).

Novais (2005) esclarece que o cenário, no qual o ‘descobrimento’ do Brasil se insere, enquadra-se numa política de expansão dos mercados pelas potências

europeias. Dentro desse contexto, encontra-se a expansão ultramarina; a política mercantilista favorável, onde todos esses acontecimentos podem ser traduzidos na expansão dos mercados; a construção de novas rotas comerciais; suas conquistas monopolistas e o fortalecimento da estrutura do Estado.

Outro aspecto, é o Sistema Sesmarial, ou seja, a política de concessão de terras efetivado pela coroa portuguesa. De acordo com Ricupero (2009), as capitâneas hereditárias eram doadas, pelo monarca, por meio dos Forais e cartas de doação, a partir de 1534. A magnitude das extensões das terras implicava em elevados custos fazendo com que os sesmeiros doassem parte de suas propriedades a particulares e à igreja.

Roller (2013, p. 223) cita ainda, as fortalezas, pesqueiros ou as aldeias que também eram lugares de negócios. Tais espacialidades são, em alguma medida, desdobramentos dessa política e, dessa forma, o poder de controle e administração ficavam nas mãos da Coroa, dos clérigos e particulares. Propiciando a construção de arraiais, capelas, freguesias e a vilas.

A coroa dá início à sua obra colonizadora de forma regular, com base no governo local, erigindo vilas e instituindo os órgãos do incipiente poder judiciário. Com a descoberta e posse da nova terra, evidentemente, as leis que aqui passaram a vigorar eram as da metrópole, e assim tivemos as Ordenações do Reino e as de caráter geral e com o andar do tempo as especiais, ou seja, as que eram especialmente feitas para o Brasil, sendo que destas as principais eram os regimentos (BANDECCHI, 1972, p. 499).

A política de conquista, forjada pela coroa portuguesa, foi implementada por estratégias próprias; outras, foram utilizadas e/ou ajustadas de outras nações no intuito de formar um mercado de exploração monopolístico. Para tanto, foi construído todo um arranjo institucional a partir de um brocardo jurídico incipiente, principalmente, a partir de 1530 com a criação de Governos ou governanças oficiais. Dessa forma, como tais medidas influenciaram sobre a distribuição, e redistribuição, das oportunidades aquisitivas e dos poderes de disposição.

A posse de terras e a mão de obra para o trabalho, especialmente indígenas eram os principais ativos de poder e aquisição. Chambouleyron e Bombardi (2011) evidenciam a importância da mão de obra indígena e seu convívio com outras forças de trabalho, livres e escravizados entre os séculos XVI à XVIII, nos mais diversos espaços da colônia.

Terras e indígenas pressupõem poderes econômicos e honorárias. Indivíduos e grupos de indivíduos lutam por esses poderes que expressão disposições.

[...] sobre o sistema das sesmarias o seu papel como instrumento de construção e consolidação de uma estrutura fundiária de grandes propriedades e concentradora de rendas. A distribuição de terras é a matriz da consolidação de uma elite terratenente; assim, as concessões eram legitimadas pelo status social ou pelos serviços prestados. A ocupação se torna um primeiro estágio da apropriação e a posse surge como pré-requisito do domínio pleno. [ou seja] a natureza da sesmaria como mercê e aspecto da política de controle e centralização. A apropriação para o cultivo gera o direito à propriedade. Aos mais pobres caberia apenas a posse nas margens das propriedades ou a migração para áreas distantes, de maneira que nas fronteiras predominaria a posse e nas zonas povoadas e ocupadas a sesmaria. O sistema sesmarial está conectado à política de distribuição de mercês e privilégios efetivados pela coroa. [no entanto] A conquista e guerra com ao gentio se tornam elementos centrais de consolidação e legitimação da posse nessa região (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 1).

Nesse processo de dominações; legislações, contratos e acordos; entre letrados e analfabetos; privilegiados e párias; clérigos, nobres, degredados e locais; ricos ou pobres, todos estavam imersos, diretamente, por vontade própria ou não; como mão de obra, proprietários, posseiro e/ou escravos nessa sofrida política.

De acordo com Ribeiro (1996) a parte setentrional do Amazonas é uma das regiões mais antiga ocupação pelos europeus. Iniciando o século XVII, soldados e colonos portugueses entram em lutas para expulsar franceses, ingleses e holandeses. Os europeus disputavam os recursos encontrados na floresta e utilizavam a numerosa mão de obra indígena.

O Estado do Amazonas não se configura, todos os territórios pertenciam ao Estado do Maranhão e Grão Pará, e posteriormente, ao Grão Pará com sede em Belém. Havia ocupação militar, religiosa e econômica; principalmente, expressas com foco na coleta das drogas do sertão; nas atividades das ordens religiosas e na escravização dos indígenas.

Para a compreensão interpretativa dos conflitos institucionais, dos costumes aos legais, suas trajetórias e influências socioeconômicas e políticas na Amazônia faz-se importante pontuar, inicialmente, a atuação das organizações da Coroa, com sede em Portugal. Martins (2018) aponta duas centrais ao eixo da administração portuguesa no Brasil: a) Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e dos Domínios Ultramarinos que atuam, principalmente, no século XVIII e, principalmente, o Conselho Ultramarino que começa a atuar em 1642-1943. A este Conselho

Ultramarino cabia a comunicação entre a metrópole e as colônias ultramar portuguesas, ou seja, era “o Conselho Ultramarino que se dedicava aos assuntos das conquistas” (FERNANDES, 2022; p. 3).

Criado em 1642, no contexto da restauração, ao Conselho Ultramarino pertenciam “todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que forem” relativos ao ultramar, e a ele deveriam ser dirigidas todas as cartas e despachos enviadas pelos ministros, prelados e “quaisquer outras pessoas dos ditos Estados. A instituição era para os negócios do ultramar; [há] monopólio do Conselho Ultramarino sobre “todas as matérias e negócios” das conquistas” (FERNANDES, 2022, p. 5).

Existiam outras organizações que se ocupavam das questões relativas às conquistas da Coroa portuguesa como, por exemplo: o conselho da fazenda; Mesa da Consciência e Ordens. No entanto, as querelas eram direcionadas ao Conselho Ultramarino. Sobre os nativos e outros estranhos a Portugal assentavam-se os aparatos burocráticos legais modernos portugueses.

Concretamente, diversas ordens e provisões eram emitidas por expediente pelo Conselho Ultramarino, fossem destinadas à obtenção das informações para posterior consulta ou, propriamente, resoluções que prescindiam, segundo legislação régia ou o costume, da intervenção pessoal do monarca, sendo processadas de maneira autônoma pelos conselheiros (FERNANDES, 2020, p. 7).

É, imprescindível, pontuar que para a administração do ultramar, inclusive no Brasil, a Coroa se valia de uma câmara de *honorarios* que circulavam pelas conquistas levando as boas novas reais. Para o Estado do Maranhão e Grão Pará foram escaladas competências técnicas eclesásticas. É comum, especialmente aos historiadores, citarem a presença da igreja; a partir de figuras icônicas como a do padre Antônio Vieira, padre Felipe Bettendorf. Porém, asseveram com menor ênfase os aspectos estruturais e organizacionais, as influências, os comandos, as diversidades de congregações, a hierarquia e, principalmente, seus ‘bens de salvação’.

Melo (2013) expõe que dois fatores foram decisivos para a ocupação do território amazônico, no início do século XVI, as expedições militares para defesa e garantia do território e, especialmente, a forte presença das missões religiosas com destaque para os jesuítas com a finalidade da coleta das drogas do sertão e o apresamento dos índios. A autora, expõe que somente os fatores militares, religiosos

e a coleta das especiarias são insuficientes para explicar a ocupação da Amazônia. Outros fatores são, igualmente importantes e necessários, como a questão territorial com a distribuição de terras e sesmarias; a criação de núcleos urbanos, e cita especialmente, as atividades agropastoris.

A porção de terra compreendida assim entre os quatro rios – o Madeira ao oeste, o Amazonas ao norte, o Ramos e o Maués ao sul – é indicada nos mapas pelo nome de Tupinambaranas. A região do Maués é relativamente pouco conhecida, pois se encontra fora do itinerário dos navios a vapor. Mas, graças aos esforços de um dos seus mais distinguidos habitantes, Sr. Michelis, que aí reside há vinte e cinco anos, e que, pela sua energia, sua inteligência, e honorabilidade de caráter, contribuiu para elevar o nível moral de todo o distrito, ela é uma das subdivisões mais prósperas da província. É triste ver-se a apatia que reina nos outros distritos, quando os resultados que temos sob as vistas testemunham os progressos que uma única pessoa pode mandar fazer em benefício duma população. O exemplo do Sr. Michelis e os felizes resultados que obteve devia constituir um encorajamento para todos os homens inteligentes das povoações amazonenses. A pequena vila de Maués está situada sobre uma elevação em frente à qual, nesta época em que o nível das águas é muito inferior ao limite mais alto da cheia anual, se estende uma grande praia muito alva. Maués não é uma reunião de casas; é apenas uma fila de cabanas estendendo-se ao longo duma larga estrada onde o capim cresce à vontade, duma extremidade a outra da elevação que domina a margem. No fim dessa rua, e isolada num terreno baldio, ergue-se a igreja, pequena construção de aspecto decente, em frente à qual se eleva uma cruz de madeira (AGASSIZ, 2000, p. 290).

A exploração, das novas terras leva os portugueses à formação de centros de poderes locais modificando o estado político e o geográfico como são conhecidos. As novas nomenclaturas utilizadas são: as capelas/arraiais, as freguesias, os concelhos e as comarcas.

Murilo Marx (1991) enfatiza que, uma das estratégias, tomadas pela Coroa, foi a construção de várias espacialidades como, por exemplo, a construção de Capelas. Geralmente, uma porção de terra doada por sesmeiro à igreja que tão logo erguiam uma capela e ao redor moradias. Salgado e Pereira (2017) explicam que a capela deveria ter uma renda e dote próprios para sua manutenção. O superior provincial jesuíta padre Felipe Bettendorf em suas crônicas sobre os andirazes, relata que:

Por aquele tempo formava o padre Antônio da Fonseca com grande zelo a aldeia dos tupinambaranas, acrescentando-a com gente nova, fazendo igreja e casas bonitas, acudindo juntamente aos andirazes com a doutrina e os sacramentos. Tinha o padre Antônio da Fonseca, com ajuda deste seu companheiro, feito uma igreja nova e casas novas, em que morava, e estas mui airosas e cômodas; tinha mais acrescentado a aldeia com gente descida de novo do sertão, e mandado fabricar todo de muro no sítio mais alto de um

outeiro, que olhava para um belo e espaçoso lago. Tem ares e águas bastante boas, terras fortes para mandiocas, tem matas abundantes em caça, fontes e rios fecundos em peixe, nem faltam tartarugas a umas jornadas de lá, porque são tantas que o padre tinha àquele ano umas mil por sua parte, em um curral (BETTENDORF, 2010, p. 563).

Em Maués, os missionários Jesuítas fundaram em 1669, o arraial ou capela dos Maguases que fracassou em 1759. E em 1798, os portugueses, Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Porto, fundaram o povoado de Luséa. Dom Manuel de Almeida Carvalho fundou a Paróquia Nossa Senhora da Conceição com o frei José Álvares da Chagas (carmelitas). Os arraiais e/ou capelas eram importantes entrepostos para comerciantes e segundo Bueno (2009) era a chance de uma região inóspita ser reconhecida pelo bispado e pelo Estado.

Eles compunham-se de um espaço coberto para abrigar as mercadorias dos viajantes, de uma capela rústica e de um punhado de habitações modestas (palhoças, choupanas), feitas de madeira e de barro, e quase sempre cobertas de folhas e ramagens; algumas vezes, notava-se ainda a presença de um engenho de cana ou de um moinho para milho ou mandioca (FONSECA, 2011, p. 69).

Corroborando, Arraes (2012), sobre as capelas serem lugares de negócios, encontro daqueles que se orientam economicamente para o ganho, para a calculabilidade. “Construíram a capela e, ao redor dela viajantes, mascates, compradores e vendedores de gado se reuniam para comercializar os produtos em dia preestabelecido. Dessa congregação de mercadores surgiu a feira (ARRAES, 2012, p. 139).

E, Fonseca (2011), ainda chama atenção para o termo ‘rancho’ que pode ser utilizado como sinônimo de arraial e/ou capela; mas que atualmente, em Maués, utiliza-se no sentido da compra dos mantimentos. O rancho como substantivo, coisa própria; e como advérbio de lugar, onde compro manutenção, ou seja, ‘vou lá no rancho’.

A capela é, sertão adentro, o lugar de se administrar ‘os bens de salvação’ convertendo o gentio à fé apostólica romana, e principalmente, a partir de seu julgo, manso e piedoso; administrar as coletas e o achamento de novas espécies de ‘drogas do sertão’ comercializáveis, como por exemplo: “têm os andirazes em seus matos uma frutinha que chamam guaraná” (BETTENDORF, 2010, p. 40). Tal conversão atende ao duplo interesse, religioso, da expansão da fé católica e civil, aos interesses econômicos da metrópole.

Fonseca (2011) expõe que o momento de consagração ou oficialização da capela faz-se em decorrência da estabilidade de habitantes, juntamente com seus roçados, O que constitui seu reconhecimento e filiação a um aglomerado maior. Quais são as relações sociais que se estabelecem nesses rincões. Serão de cunhos comunitários ou associativos? No entanto, o que parece estar posto, é um comando heterônomo eclesiástico centralizador; e atividades, especialmente, as econômicas bastante dinâmicas. A capela é lugar de orientação econômica associativa; lugar da empresa contábil capitalista. Onde não é permitido 'pecar'.

Os negócios temporais realizados pelos jesuítas, durante o período colonial na América portuguesa, foram norteados por atitudes, práticas, regras de caráter econômico, em consonância com o modelo de exploração colonial, que permitiram consolidar a imagem de um poder temporal (ARRAES, 2021, p. 206).

Os rincões, onde se localizam as capelas, são espaços que precisam se desenvolver demográfica, política e economicamente, ou melhor, demonstrar potencial econômico para obter atenção e suporte da igreja e, posteriormente, da Coroa. A arbitragem de um terceiro com força suficiente para resolver querelas é insignificante. Nesse contexto, Bettendorf (2010) relata que quando faleceu um tupinambarana conhecido por João Camaru vencedor várias guerras e por isso feito capitão de toda sua gente.

Segundo Bueno (2009) a elevação de uma capela ao status de freguesia estava na competência do bispado. Em decorrência de visitas dos bispos nas capitânicas, e seu livre consentimento, poderia elevar os lugares, a esta ou aquela, categoria. Na hierarquia da rede urbana considerado o desenvolvimento; a passagem de capela para freguesia representa uma dupla elevação de cunho civil e religioso (FONSECA, 2011, p. 83). Tal condição, estava ligada a questões demográficas, econômicas e políticas com considerável relevância. Bueno (2009) esclarece que a freguesia era a espacialidade onde se vivenciava mais intensamente aspectos da vida religiosa e civil como batismos, casamentos e registros civis.

A subsequente elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Para além do acesso ao rito litúrgico, a elevação de uma capela a freguesia implicava em usufruto da formalidade civil. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa. Para lá se dirigia a população das capelas curadas

vizinhas, para registro de nascimentos, matrimônios e óbitos (BUENO, 2009, p. 251).

Em 1803, é estabelecida o ministério de Maués, em favor dos frades capuchinos que chegam, em meio às lutas dos Mawé contra a escravidão indígena. A incipiente população da cidade prosperou prospera devido à chegada de várias famílias atrás de trabalho e riqueza. Uma vez 'desencantadas' pela igreja; segue o Estado inculcando seus valores de dominação burocrática. Entre eles, o casamento foi deveras importante não somente para a 'salvação das almas', mas principalmente, para os interesses políticos econômicos da Coroa Portuguesa.

Melo (2013) expõe que o casamento oficial perante a igreja foi utilizado, estrategicamente, pelas elites locais para alcançar cargos eletivos, prestígios, honrarias e sobretudo ampliar as redes clientelísticas. Dessa forma, poderiam aumentar seus poderes sobre cargos de governança, militares e os comerciais. Tal instituição, e nesse estrato social, era decisivo para consolidação de poderes de disposições e garantias de aquisições. A simbiose entre o civil e o religioso.

Chambouleyron (2010), inicialmente, descrever os infortúnios de certo indivíduo, que para a inquisição era bígamo. No entanto, herdou, ao se casar com uma viúva, terras com produção agrícola de açúcar e cacau. A burocracia Real alcança as freguesias conferindo, quando possível, direitos e segurança, como, por exemplo: o estabelecimento documental, garantia da propriedade e produção agrícola. Ou seja, o estabelecimento do árbitro.

E, como já citado, para os sertões havia os incentivos para casamentos, os quais recebiam como presentes aviamentos para o trabalho agrícola e pecuário, cuja produção que se destinaria para abastecer a cidade e, porventura, e sempre que necessários, enviados para a metrópole. No entanto, os casamentos entre nativas e europeus somente era possível devido a modificação de status do indígena para condição de indivíduo livre de qualquer cativo; pelo menos, para aqueles afeitos as instituições portuguesas.

O Regimento das Missões (1686 – 1757) é um movimento da Coroa portuguesa que pretende, entre outras cousas, libertar o nativo da escravidão; mas, nem todos. Tal fato, envolve um conjunto de interesses e indivíduos, pois muitos obtêm vantagens com a escravização do indígena que variava entre os serviços domésticos e as coletas das drogas do sertão. E, outro fator importante a salientar, ainda sobre os Regimentos, é que a partir dele, estava previsto pagamento de salário aos indígenas pelo trabalho

executado. E como era recorrente a falta de moeda corrente ele receberia em gêneros de comércio (MELO, 2013).

Domingues (2000) relata que na cidade de Belém, devido a lei de liberdades, alguns indígenas prosperaram obtendo bens, fundos e casas próprias, trabalhando como mecânicos, cultivando terras, suas e arrendadas, assoldados nas lavouras e em manufaturas. No entanto, tais súditos reais tinham por vezes seus bens saqueados e familiares violadas pelos locais. O que gerava queixas ao Rei.

Nesse contexto, o indígena é legalmente reconhecido como indivíduo livre podendo contratar em relação à vida civil, por exemplo, contrair matrimônio e/ou receber herança; ter expressado reconhecimento do direito por renda mediante trabalho, mesmo que sejam provimentos. Nesse momento da história. são reconhecidos, autorizados e celebrados casamentos, geralmente, entre a índia e o branco europeu. É importante evidenciar, a inclusão do indígena não mais somente como trabalhador, mas também como consumir mediante seu poder de aquisitivo e autoridade.

Este programa baseou-se, por exemplo, no incentivo à miscigenação pelo casamento de vassalos portugueses com ameríndias; na preferência dadas aos índios e a seus descendentes para o exercício de certos cargos públicos; na prioridade que se dava aos luso-brasileiros casados com mulheres indígenas para desempenhar funções administrativas nas povoações; na legitimação das pretensões índias para se candidatarem como irmãos leigos às ordens religiosas. A nível profissional, a liberdade do índio incidia, prioritariamente, no direito à remuneração, ou seja, o índio, tal como o luso-brasileiro, enquanto prestador de serviços domésticos, agrícolas ou artesanais, devia ser remunerado de acordo com as tabelas de salários estabelecidas pelos órgãos governativos da capitania; paralelamente, era-lhe concedido o direito de optar pela profissão que queria seguir, bem como o de escolher a pessoa com quem queria trabalhar. Consequentemente, o discurso colonial sobre a liberdade indígena considerava como direitos inalienáveis dos índios a igualdade de tratamento, o direito de queixa, o acesso a uma «justa remuneração»; a salvaguarda da vontade indígena em relação ao tipo e local de trabalho; mas opunha-se terminantemente ao ócio e à vadiagem. No Norte brasileiro da segunda metade de setecentos, os intérpretes podiam preferencialmente ser os mestiços, filhos dos lusos-brasileiros e de índias (DOMINGUES 2000, p. 44).

Muitos são os poderes de aquisição e disposições, mas que somente seriam possíveis de serem reconhecidos onde o Estado estava mais atuante, inicialmente, a partir da freguesia. Essa mudança no status indígena era repassada, muitas vezes, a seus mestiços descendentes, os quais expressaram outra dinâmica produtiva diferente da tribal. Reis (1989) descreve essa simbiose, entre o lusitano e o nativo,

dizendo que esse lusitano é experiente com cousas da colônia; sabia extrair do ambiente o necessário ao seu viver; ao mesmo tempo acomoda interesses políticos e econômicos; trabalha a terra plantando e colhendo; constrói núcleos de ocupação e integra a gentilidade gerando um novo tipo social: o mameluco.

Pela Lei nº 151, de 11 de setembro de 1865, foi mudado o nome da Vila Maués que passou a denominar-se Vila Conceição (MELLO, 1967, p. 86). A vila é um espaço administrado pela coroa portuguesa; diferenciando da capela e da freguesia administrada pela igreja (MARX, 1991); não somente, tem certa autossuficiência política e econômica. E com a Lei Estadual nº 35, em 04 de novembro de 1892, passou a ser o município de Maués.

As criações de vilas, cidades e sedes de freguesia eram decididas pelo rei e pelos seus representantes na colônia. Tais escolhas nem sempre dependeram do nível de desenvolvimento das localidades: como veremos, as atribuições de títulos e de funções administrativas às vilas e aos arraiais refletiram os interesses da Coroa, as disputas locais de poder, as necessidades da administração judiciária, bem como a situação econômica e política [...] (FONSECA, 2011, p. 43).

Fonseca informa sobre uma sobreposição de termos; cidades, vilas, Concelhos, coutos e honras; sem que, no entanto, isto signifique relevante distinção. Contudo, esclarece que o Concelho é central, uma vez que nele localiza-se o poder organizador político, administrativo e territorial, que mais tarde será conhecido por município. Quando agrupados formavam, uma comarca, sob autoridade de um ouvidor ou magistrado, e entre as atribuições as questões financeiras gerenciada pelo Camarista e a Justiça pelos Juizes ordinários. No entanto, a diversidade de léxicos possa ser explicada pela relação cidade e Concelho não está diretamente ligado há questões como o desenvolvimento econômico, social e político que são determinantes. Talvez, por isso, a diversidade de léxicos (2011, p. 27).

O título de cidade era atribuído somente a localidades que exerciam papéis importantes do ponto de vista religioso, político ou militar – não sendo, portanto, concedido somente às sedes de bispado, mas também, entre outros casos, a povoações litorâneas ou fronteiriças, dotadas de praças-fortes (FONSECA, 2011, p. 29).

Proclamada a República em 1889, o governador provisório do Amazonas dissolve a Câmara Municipal da Vila da Conceição de Maués, "por decreto nº03-A de 09 de janeiro de 1890". A Câmara torna-se Intendência Municipal de Maués, e o

governador provisório nomeia para superintendente o Sr. Antônio José Verçosa. Sendo assim, Maués é mantido como município. No dia 4 de maio de 1896, pela lei estadual nº 137, sancionada pelo governador do Estado, Dr. Eduardo Ribeiro, a vila da Conceição de Maués é elevada à categoria de “cidade de Maués”.

A marcha até a cidade mostra-se um processo de adaptações ou eletividades que justificam poderes políticos, econômicos e religiosos que confluirá diretamente na organização social autorizando a dados indivíduos ou estratos participar de espaços de decisão política, no comércio e na igreja. Para tanto, não bastar apenas o poder econômico de aquisição, são necessários outros poderes reunidos, principalmente, nas cidades.

O que é uma cidade? Quais características lhes são inerentes? Max Weber (1999), antes de definir, sociologicamente, o que seja uma cidade e suas características, faz várias ressalvas e apresenta várias outras categorias. Mas, *a priori*, comenta que sempre se caracterizam como assentamentos fechados, um povoado e não, necessariamente, várias moradias. Ainda de acordo com Weber, existia uma associação expressa quantitativamente para definir cidade: um povoado grande. O autor não reconhece imprecisão, mas, sociologicamente, significaria um povoado com casas contíguas onde existiriam estranhamentos entre os vizinhos. No entanto, antigamente, muitos assentamentos pequenos tinham o caráter jurídico de cidade.

O tamanho não é o decisivo, assevera Weber. Assim, como também o fator econômico não pode sozinho definir, ou seja, “seria um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria e comércio” (WEBER, 1999, p. 409). Assim eram as ‘aldeias industriais’ relacionadas ao clã. logo não se enquadram na ideia de cidade.

Então, Weber aponta duas características fundamentais, quais sejam: a) sede senhorial relacionada às atividades políticas e econômicas especializadas e comércio de bens; e a segunda, sem a qual não se constituiria cidade é, segundo o autor, b):

A realização de uma troca de bens não apenas ocasional, mas **regular**, na localidade, **como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores**: a existência de um mercado [...] somente queremos falar de ‘cidade’ no sentido econômico, tratando-se de **um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas**, isto principalmente com **produtos que a população local e arredores produziu ou adquiriu para venda no mercado**. Toda cidade no sentido aqui adotado

da palavra é 'localidade de mercado', isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, **mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias.** Originalmente, era normal **que a cidade, onde se apresentava como complexo distinto do campo, fosse ao mesmo tempo sede de um senhor territorial ou príncipe e localidade de mercado [...]** (WEBER, 1999, p. 410).

O urbano é o lugar do príncipe: do árbitro, da lei e/ou da regulamentação e de sua 'engenharia' e competentes; é o lugar onde se encontra o centro da 'salvação' e dos seus 'bens'; é o lugar do mercado, onde as necessidades são satisfeitas e estabelecidas sob costumes, convenções e leis. No entanto, para ter acesso aos poderes de disposições é necessário participar das oportunidades aquisitiva sejam econômicos ou simbólicos.

O caboclo pretende, a partir de suas oportunidades aquisitivas participar dos mercados, públicos e privados, e retornar para sua casa. Quais instituições importam para esses processos de trocas?

## 7 UMA DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Já foi exposto que instituições seriam mecanismos em detrimento de restrição (2018). À medida que mecanismos são construções que pretendem regularidade e previsibilidade em decorrências de arranjos políticos e sociais. Arranjos esses com variações, até mesmo com simulações, respeitada as posições dos indivíduos e suas crenças, no momento. Essa perspectiva de instituições resguarda-se na perspectiva weberiana, onde não existe dominação pura e nem posições fixas (1974). Então, no cenário amazônico, e em Maués, especialmente onde:

Por toda a parte riachos, lagoas e valas; muito poucas estradas e veredas em terra firme; as espaçadas habitações e roças, quase sempre sitas à beira da água. Serviam-se os habitantes, para as comunicações, ao invés de carroças puxadas por animais, quase exclusivamente das inúmeras vias fluviais. Entre as mais populosas trafegam incessantes canoas, maiores e menores, numa e noutra direção; e a gente do povo está tão acostumada à vida de barqueiro, que eles transpõem mesmo trechos de légua nas embocaduras dos rios, em pequenas igaras; e quando, nas habituais borrascas à tarde, a frágil canoa é virada pela força das ondas, de novo a põem vagando esvaziada, ou, quando isso é impossível, salvam-se nadando para a costa (MARTIUS; SPIX, 2017, p. 68).

Martius e Spix (2017) descrevem um cenário de inúmeras habitações, roças, criações, lagos, igarapés etc., que define Maués e seus arredores, cujo acesso, só é possível com algum tipo de embarcação. Em Maués são reconhecidos doze (12) polos de comunidades, totalizando 176 comunidades, segundo documento da Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento – SEPROR/Maués. Sendo que, o polo 3 é indígena e possui 31 comunidades, os quais têm muito de suas demandas na competência direta do Governo Federal.

Tabela 1 – Localização por Rios e populações per capita dos polos e rios

Polo - rio	Nº de comunidades	Famílias	População
1 – Maués Açú	28	38	4531
2 - Parauarí	12	417	1883
4 – Maués Miri	12	512	2466
5 - Castanhal	11	349	1865
6 – Médio Apocuitaua	13	365	2366
7 – Alto Apocuitaua	10	377	1916
8 – Lago do Curuça	11	388	1625
9 - Paracuní	11	416	2024
10 – Lago Grande	12	379	2078
11 - Urupadí	14	311	1762
12 – M. Apocuitaua	11	335	1439
ApocuitauaMiri			
Total	146	3.887	23.955

Fonte: Sepror/Maués, 2022.

É expressiva a população que mora nas chamadas comunidades, segundo a Sepror/Maués, aproximadamente, quarenta por cento (40%) da população do município, considerando os números oficiais do IBGE de 2010. Considerada a estimativa de 2021, para o IBGE, será cerca de 66.159 mil habitantes. Tudo isso é, conseqüentemente, adversa à ideia, amplamente divulgada, do vazio demográfico no espaço amazônico.

Apesar de algumas lacunas, o documento da Sepror/Maués aponta que três (3) comunidades, de dois (2) polos diferentes, apresentam caminhos terrestres para a parte urbana.

Quadro 1 – Comunidade com via terrestre ao urbano

Polo - rio	comunidade	População – pessoa	Tem em minutos até a parte urbana - período
1 – Maués Açu	São Francisco - Pupunhal	200	20 carros – ano todo
4 – Maués Miri	Santo Antônio dos Moraes	384	15 de carro – ano todo
4 – Maués Miri	São Sebastião do Moraes	245	15 de carro – ano todo

Fonte: Sepror/Maués (2022).

Apesar do trabalho privilegiar aqueles que chegam em embarcações. É necessário considerar, as populações que acessam o urbano via terrestre, pois orientam suas ações para expectativas, iguais ou semelhantes, àqueles que chegam embarcados. Então, é necessário considerá-los como causadores de tensões na luta por oportunidades aquisitivas e utilidades.

O tempo que os caboclos/as levam entre seus polos e/ou comunidades e a parte urbana da cidade variam bastante. Na tabela 2 abaixo, observa-se informações sobre viagens e períodos.

Tabela 2 – Tempos de viagens e períodos de estiagem ou chuva

Polo	Tempo mínimo em minuto	Tempo máximo em minuto	Período
1	15	45	variações
2	55	180	Ano todo
4	25	70	Ano todo
5	30	80	Inverno
6	55	95	Ano todo
7	80	130	Ano todo
8	40	120	Variações
9	110	230	Ano todo
10	20	120	Inverno
11	55	120	Ano todo
12	40	70	variações

Fonte: Sepror/Maués (2022).

Os dados apresentados acima consideram as viagens feitas com um motor de polpa de 40hp, com quatro (4) pessoas, tal qual, a referência tomada pela Sepror/Maués. No entanto, a grande maioria das embarcações caboclas utilizam o motor de popa rabeta de: 5,5hp; 6hp; 6,5hp; o de 15hp é raro de ser visto; bajaran também utilizam motores rabetas. O que influencia, decisivamente, no tempo, na possibilidade de carga transportada e no custo da viagem.

Bartoli (2017) descreve três tipos de sistemas de trânsitos fluviais das embarcações, tendo como modelo a cidade de Parintins; supracitado, vizinha de Maués. Independentemente da cidade, dois dentre eles, são utilizados pelos caboclos, nas referidas cidades. O Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) e o Sistema Territorial Ribeirinho (STR) se equivalem, perfeitamente, aquelas encontradas em Maués, talvez até mesmo, para a grande região do Baixo Amazonas, tanto no Amazonas quanto no Pará, abaixo tem-se o quadro descritivo dos sistemas:

Quadro 2 - Caracterização de sistemas territoriais

<p><b>Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR)</b></p> <p>- <b>Natureza:</b> atividades ligadas aos setores populares de pequena escala, pequenas e médias empresas e comércios locais formais e informais;  - <b>Embarcações:</b> canoas-rabetas, bajaranas, batelões;  - <b>Nós:</b> centralidades diversas no centro e bairros populares, palafitas urbanas, portos pequenos, flutuantes e rampas na cidade; nós secundários em comunidades e aldeias possuindo ligação “umbilical” (origem da família).  Estão ligados a bairros populares:  a) antigos com atividades tradicionais intensas (pescadores, carpinteiros navais etc.); b) oriundos de ocupações recentes;  - malha e rede: abrangência de área de influência variável, com caráter mercantil e complemento de renda, circulação funcional e necessária/complementar (relação urbano-rural);  - Extração de recursos: intensa, com fim mercantil ou subsistência (caráter dual); variável de acordo com a atividade e impacto; fornecendo a atravessadores, comerciantes grandes ou pequenos.  - Organização e ações: sujeitos não hegemônicos com baixa capacidade de organização em coletivos de interesse. Quando organizados formam cooperativas, associações, sindicatos ou participam de partidos.  A presença da Igreja Católica como mediadora é antiga, sofrendo concorrência atualmente com movimentos neopentecostais evangélicos, muito fortes no Amazonas;  - Processamento artesanal ou em pequenas oficinas com maquinário simples e adaptado;  - Ocorrem variações de acordo com o tipo de atividade de cada subsistema;  - vínculos territoriais: maior vínculo afetivo com localidades interioranas; redes sociais de parentesco, amizade; temporalidade mais lenta</p>
<p><b>Sistema Territorial Ribeirinho (STR)</b></p> <p>- <b>Natureza:</b> moradores de comunidades ribeirinhas e populações tradicionais.  - <b>Embarcações:</b> canoas, canoas-rabetas, bajaranas, batelões;  - <b>Nós:</b> comunidades e aldeias, reprodução de relações comunitárias, circulação de pequenas médias/distâncias;  - malha e rede: variam de acordo com a influência da polarização que a cidade exerce, assim como da distância.  Na maioria dos casos, as redes são locais formando malha de influência zonal para subsistência;  - extração de recursos: pequena escala (subsistência); relação rural-urbana esporádica ou intensa, dependendo da distância;  - Organização e ações: comunitárias com mediação forte de igrejas; associações, ONGs e cooperativas;  - enorme variação situacional pela abrangência de áreas e diversidade socioespacial.</p>

Fonte: Bartoli (2017).

A partir dos Sistemas descritos por Bartoli (2017) é possível fazer relações entre a natureza, as embarcações e os “nós”. O autor é bem claro ao afirmar, no que competem, as Naturezas: “atividades ligadas aos setores populares de pequena escala, pequenas e médias empresas e comércios locais formais e informais” e somam-se os “moradores de comunidades ribeirinhas e populações tradicionais” (BARTOLI, 2017, p. 97). Isso determina onde o caboclo irá atracar a embarcação se mais próximo dos comércios, ou se mais perto das agências bancárias.

As embarcações são meios, importantes e necessários, para a chegada dos indivíduos e que trazem sua produção, criação e objetos. Elas servem para o transporte, particular ou coletiva, como exemplo temos os recreios, cunho coletivo e que influenciam os tempos das permanências no urbano.

Weber chama a atenção para os processos e regularidades, que não são tangíveis à compreensão; logo não podem ser considerados como regras ou fatos da sociologia. No entanto, podem possibilitar compreensões enquanto, condições, ocasiões, obstáculos, estímulos, meios (WEBER, 2021, p. 8). Então, as embarcações condicionam os indivíduos a acessarem os ativos no urbano.

Os 'nós' possibilitam observar as conexões, as racionalidades, com/no urbano. Maués e Parintins, no baixo amazonense, são as cidades que possuem rede bancária. Logo, não depende, exclusivamente, da circulação financeira eventual dos cidadãos. Tal fato, torna o centro urbano de Maués espaço de luta das relações socioeconômicas.

Uma vez que, de posse de seus cartões cidadão; os que são servidores público, pecuaristas, agricultores, pescadores. Todos podem participar da luta concorrencial dos mercados. Abaixo vemos, imagem e foto sobrepostas cidade e margem.

Figura 8 - Orla e embarcações com iconografia da margem de atracação de barcos



Fonte: Iconografia Inter/Maués; foto: Izaquiel Gomes (2019).

Nesse contexto, de chegadas e partidas, as embarcações, os tempos e as oportunidades aquisitivas se entrelaçam.

O interlocutor 1, que é “filho da terra”, filho de produtor e extrativista; atualmente, também é produtor e professor, e diz ter registros de seus familiares desde 1886, final do século XIX, na região. Informa que seu pai remava, cerca de dois ou três dias, do seu local de moradia até o perímetro urbano e voltava com mantimentos. Leia-se mantimentos não apenas alimentos.

O meu pai remava daqui da cidade (urbano) até no palhãozinho que fica dentro do amãna (amaná), nessa região que é de garimpo. (quanto tempo?) ele saia..era mais ou menos dois, três dias, por que a noite não se viajava. Então ele tinha os pontos, chegava nos portos dos conhecidos dele: - 'estou indo para o palhãozinho'. Então ele parava, parava, pernoitava e quando era de manhã ele prosseguia viagem. Então nesse percurso da cidade ... (então o que ia na canoa?) ele levava os mantimentos dele; so ele né, só ele... levava os mantimentos ... coisa que hoje é impensável, né?. (e o que ele ia fazer lá?) morava lá ... (interlocutor 1, 06/2022, informação verbal).

O interlocutor 1, demonstra em sua fala que as conexões feitas pelo pai, com amigos e/ou parentes, eram fundamentais como entrepostos de descanso, segurança e alimentação para garantir o percurso comunidade – urbano - comunidade. Conta ainda que, o pai trabalhava na exploração do Pau – rosa, na extração, vendendo e/ou entregando; motivo pelo qual partia para a ‘cidade’ com perspectiva de chances aquisitivas, então, acessava os mantimentos.

As populações da Amazônia falavam a língua geral, trocavam produtos locais por aguardente, miscigenavam-se e construíam relações de crédito que as uniam em uma rede intercultural que, embora não fosse igualitária, era caracterizada por relações sociais fluidas. [No espaço] amazônico, esses “locais dispersos de microcoletividades”, eram mais frequentemente localizados em hidrovias navegáveis, o que assegurava que diversos grupos de pessoas estariam continuamente de passagem. Para comercializar os produtos ao longo do caminho de volta, recebendo aguardente em troca de salsaparrilha. Outra possibilidade é que eles tivessem aproveitado para visitar e beber com amigos e familiares dos altos rios, ou tivessem ido a uma festa de aldeia que, normalmente, tinha generosas quantidades de bebida (ROLLER, 221, 2013).

Dois aspectos são fundamentais: A troca e a miscigenação, que não é, necessariamente, biológica, mas podendo ser. Mauss evidência que “as trocas e os contratos se fazem sob formas de presentes. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social” (MAUSS, 2017, p. 187). E à reciprocidade importa, o “valor” do objeto importa, presenteado e/ou recebido, são eles que estabelecem o sistema de prestações socioeconômicas, de dádivas, nessas “microcoletividades”. Para Weber (2012) os motivos significam: afetividades, amizades, amores estão na base dos motivos que legitimam dominações tradicionais. Fugindo da necessária troca racional.

O interlocutor 1 continua dizendo que, não nasceu nessa região do Amaná, somente os demais irmãos e irmãs; e que é o caçula de 11 filhos; Que nasceu em 1967, em outra comunidade bem mais próximo da cidade, isto é, da sede urbana.

Informa ainda, nessa nova morada foram terras, comprada e paga, pelo pai e irmãos mais velhos junto à igreja católica.

Vale ressaltar esse fato, uma vez que, no processo de organização espacial, desde o período colonial, a igreja católica foi beneficiada com varias doações foramestratégias usadas pelos doadorespara formação de capelas, ou seja, lugares de comércios;para futura expansão espacial. Ou seja, para as categorias, freguesia, vilas ou cidades, que possibilitavam estatutos religiosos e civis como: os batizados, a justiça. Aspectos burocráticos.

Procurando informações sobre o Amãna, como dito, e ter chamado a atenção para a existência de garimpos; ou seja, potencial poder de aquisição e disposição; encontrou-se a seguinte informação:

Quadro 3 - Informação do Amaná, 2023

Floresta Nacional do Amaná
Esfera Administrativa: Federal
Municípios: Itaituba (pa); Jacareacanga (pa); Maués (Am).
Categoria: Floresta
Bioma: Amazônia
Area: 682618,80 Hect
Diploma legal de criação: Dec s/nº de 13 de fevereiro de 2006 e Dec s/nº de 11 de Maio de 2016.

Fonte: Wikiparques (2023).

A fonte, informa ainda que, a criação da Flona do Amaná, insere-se, conjuntamente, com outras unidades de conservação na região ao interesses de politicas de ordenamento territorial e proteção ambiental. O Plano Br – 163, configurava-se em uma mosaico de unidades de conservação com o intuito de combater a ocupação ilegal e desordenada (WIKIPARQUES, 2023). Maués faz fronteira com Itaituba/Pa município conhecida por intensa exploração garimpeira. É possível, pode-se dizer conhecido, que rendimentos ou chances aquisitivas, dessas práticas possam chegar aos mercados de Maués.

Sobre o extrativismo do Pau-Rosa. Lara, Costa e Sampaio (2021) ressaltam o alto potencial, comercial e econômico, dessa árvore, principalmente, para a indústria e mercado de perfumaria e cosméticos. E que a intensa exploração coloca tal espécie em risco de extinção. Provocando assim diminuição na oferta e ônus para a demanda. Segundo os autores, há queda muito acentuada na produção e indicam que tal fato

se dá em decorrência da baixa oferta de mudas. No entanto, tal questão pode ser explicada pela luta, concorrencial, e por eventual, monopólio desse ativo. O monopólio é uma estrutura de governança seletiva de agentes, agências e produtos possibilitando controles e ganhos exclusivos. Assim:

O monopólio puro é raro, mas em muitos mercados apenas poucas empresas concorrem entre si. As interações entre as empresas em tais mercados podem ser complicadas e com frequência envolvem aspectos de jogos de estratégia. De qualquer maneira, as empresas podem estar capacitadas a influenciar o preço e podem descobrir que é lucrativa a cobrança de um preço mais elevado do que o custo marginal. Essas empresas têm poder de monopólio (PINDYCK; RUBINFELD, 2013 p. 352).

Pohlmann, Aguiar, Bertolucci e Martins (2004) expõem que a especificidade do ativo influencia no custo de transação. E afirmam que ela está relacionada, pelo menos, entre três fatores:

- a) grau de liquidez;
- b) quanto à existência – real ou suposta;
- c) relacionado ao uso – específico ou não específico, ou seja, a marginalidade.

No caso do Pau-rosa parece que a estratégia é controlar sua existência; assim, aumentar sua especificidade e negociar com o mercado de perfumaria regulando sua liquidez. A luta pacífica é concorrencial (WEBER, 2012, p. 23).

Figura 9 - Pau - rosa



Fonte: Danilo Machado (2022).

O relato do interlocutor 1; cuja a família encontra-se na região por gerações, e que há algum tempo, mesmo antes dos motores de popa, encaravam longas distâncias remando, superando-as em horas ou em dias; nos diz que o caboclo já

encontrava na cidade, em seu perímetro urbano, as utilidades em decorrência de suas necessidades. E que a moeda de troca estava, inicialmente, vinculada ao extrativismo.

Denominamos meio de troca um objeto material de troca, na medida em que sua aceitação esteja orientada, de modo típico, primariamente por determinada expectativa do aceitante, que consiste na probabilidade duradoura – isto é, considerando-se o futuro – de troca-lo, numa proporção que corresponde a seu interesse, por outros bens, seja por bem de qualquer espécie (meio de troca geral), seja por bem determinado (meio de troca específico). É meio de pagamento um objeto típico, na medida em que a validade de sua entrega, como cumprimento de determinadas obrigações, pactuadas ou impostas, é convencional ou juridicamente garantida (validade formal do meio de pagamento, que pode ao mesmo tempo, significar validade formal como meio de troca) (WEBER, 2012, p. 45).

O interlocutor nada falou sobre o recebimento de dinheiro por seu pai. Lima expõe a importância do processo de monetarização, a partir do XVIII e XIX, para o desenvolvimento dos mercados da região amazônica. Tal questão vem para substituir problemáticas advindas da economia natural, como por exemplo: remunerações, pagamento de impostos entre outros (LIMA, 2006). Weber explica que: O cartal é toda espécie de dinheiro que pode ser dividida em parcelas, cunhadas ou carimbadas, autorizadas pela ordem jurídica podendo serem metálicas ou não, ao contrário:

As barras empregadas somente como unidades de determinado peso e não divididas em parcelas não são, para nós, ‘dinheiro’, mas apenas meio de troca ou de pagamento que podem ser pesados, por mais importante que seja este fato da ponderabilidade para o desenvolvimento do ‘cálculo monetário’(WEBER, 2012, p. 48).

Lima esclarece que a medida ‘oficial’ entre a moeda natural e o dinheiro se equivaliam pela arroba. Fossem para remunerações, impostos, dízimos (2006, p. 74); ou quem sabe, pagar dívida com a igreja.

Há um extrativismo, ou coleta, de baixa especificidade dos ativos presente na “feira do produtor” no centro urbano, aos sábados. É a família cabocla que se encontra presente: “chegamo atrasado hoje, de rabeta (o que veio ai?) frutas (cupuaçu), muita coisa (objetos); a mulher e os meninos”. Diz o interlocutor 6, e continua: “foi uns 30 minutos”. Ele, a mulher, 2 meninos, uma menina no colo. essa atividade possibilita baixa oportunidade e chance aquisitiva. Mesmo aqueles “das cidades vizinhas, frequentemente, nada têm a trocar entre si mesmo (mesmo hoje), porque, estando na

mesma situação geográfica, produzem as mesmas coisas” (WEBER, 1974, p. 429). Ou seja, os produtos apresentam baixa mercabilidade.

A família na feira do produtor é uma componente presente. É a feira da família do produtor. Talvez, o que há de mais essencial naquilo que seja cadeia curta, alimento com procedência. Segundo Nascimento e Guerra (2014, p. 9), ao citarem Brondizio, reforçamos populações caboclas mesclam produções tanto para o consumo quanto para os mercados locais. Tal questão, independem, de variações de preços.

Figura10 - Canoa rabeta, produtos, orla da feira



Fonte: Izaquiel Gomes (2018).

A chamada feira do produtor, que acontece, frequentemente, aos sábados, é composta, por famílias que comercializam seus produtos e por indivíduos a procuram de utilidades. Geralmente, frutas, mandioca e seus derivados processados, produtos já preparados ao fogo como a pupunha; folhosas de canteiros, tradições, memórias. Pequenas porções; apresentadas em mesas, bancas, paneiros, caixotes ou plásticos estentidos ao chão. Uma constante são os membros da família presentes comercializando. Mulheres, homens e crianças, de modo geral. São momentos de negociações e, principalmente, preparações para o retorno.

Figura 11 - Feira do Produtor 2018



Fonte: Izaquiel Gomes (2018).

Os produtos trazidos pelos caboclos têm boa situação de mercado, ou seja, boa possibilidade de troca por dinheiro, são muito aguardados. No entanto, alguns produtos tem sua mercabilidade, sua regularidade, ligados aos períodos do “tempo”, da safra natural, ou no período de estiagem quando cultivado na várzea. Há liberdade de mercado, autonomia dos interessados na troca; no entanto, esta liberdade esbarra nas poucas porções ofertadas. Uma vez que, mesmo que haja uma perspectiva orientada para o cálculo, para o ganho; não há uma administração, dos custos e ganhos, para a maioria das famílias presente (WEBER, 2012, p. 50). O que está implícito haver é uma Situação de Expediente, ou seja, a possibilidade da troca por dinheiro para resolver contingências imediatas.

A barganha, ‘o choro’, a pechincha são presentes nas negociações. Aponto esse comportamento, principalmente, devido ao baixo poder aquisitivo da maioria dos frequentadores. o fato é: a barganha é presente. Vale ressaltar que pode não ser vantajoso para os cabocla/os reter produtos que perecem muito rapidamente e a pouquíssima quantidade. Além do mais, vender por meio da negociação, a partir do ‘choro’, pode garantir chances e oportunidades aquisitivas futuras. “Se eu não vendo, mano, fico sem gas...” (interlocutor, Novo Paraíso); disse outro: “aqui na cidade tudo é comprado” (interlocutor, paracauari). Então, quem vem vender; pode comprar; chance aquisitiva.

Figura 12 - Comércio, cesta básica e canoa rabeta



Fonte: Izaquiel Gomes (2022).

O interlocutor 2 e a interlocutora 3; moradores de uma comunidade no polo 10, onde residem com mais 11 famílias, estão em seu barco, às margens do rio Maués-açu e/ou da cidade, com mais 4 jovens menores, no momento de uma das entrevistas. Relatam que, no período da seca dos rios, as famílias permanecem mais tempo pela cidade, no intuito de diminuir custos de deslocamentos. E que as demais também se encontram na cidade, na casa de parentes, conhecidos, organizações públicas ou privadas podendo ser de saúde, religiosas entre outras. O certo é que:

Já taum pra cá também, (ta todo mundo aqui? entrevistador) tá!; tá! (confirma interlocutora 3); Lá so têm, só tá o neguinho; é! a gente vai e volta (interlocutora 3); a gente vai pra limpar a comunidade, organizar bacana. Têm bicho lá: pato, galinha, carneiro, têm cachorro, pintinho, patinho tudo têm (interlocutor 2, interlocutora 3, 2022/06; informação verbal).

Está implícita a prática do puxirum, ou seja, segundo Silva (2018, p. 35) é o momento em que “O trabalho é realizado pela família, através de troca de serviços, grupos de trabalho (puxirum) ou pagamento de diárias. Prática bastante arranjada pelas comunidades. No caso em questão, a autora, se refere à cultura do guaraná.

Os interlocutores declaram que, de tempo em tempo, vão e voltam, e que um trecho dessa trajetória fazem em 80 minutos, com o rio seco, o que não lhes permitem atalhos, aumentando os custos dos deslocamentos. E ao partir para a cidade, necessitam que a casa/comunidade fique organizada ‘bacana’. Pois, o que faz dela lugar de moradia são pessoas, bichos e coisas e que para tal devem ser cuidadas e protegidas para o momento do retorno.

(Interlocutor 2) 27, 28 a 30 é a frequência maior; (entrevistador) a gente vê que o rio tá seco! Como é que tu vê? Quando é? Como é que funciona essa frequência? Quando é melhor quando o rio tá grande ou quando rio esta baixo? há diferença? (Interlocutor 2) há muita diferença, ezequiel, nessa frequência por causa que quando o rio tá baixo você não, não busca o atalho, quer dizer a economia, não tem economia! É direto é ... é ... vem buscar o seu alimento, vender seu produto, mas vem no rio grande certo. Quer dizer que é mais gasto. Quando o rio ta mais...mais cheio é ... agente passa no atalho; quer dizer que a gente tem uma economia quase de 30% ou 35% por que existe um atalho" (interlocutor 2 e 3, 2022/06, informação verbal).

Abaixo seguem imagens do furo do rio, os quais podem ser usados como atalho.

Figura 13 - Furos ou Atalhos entre os rios e/ou comunidades

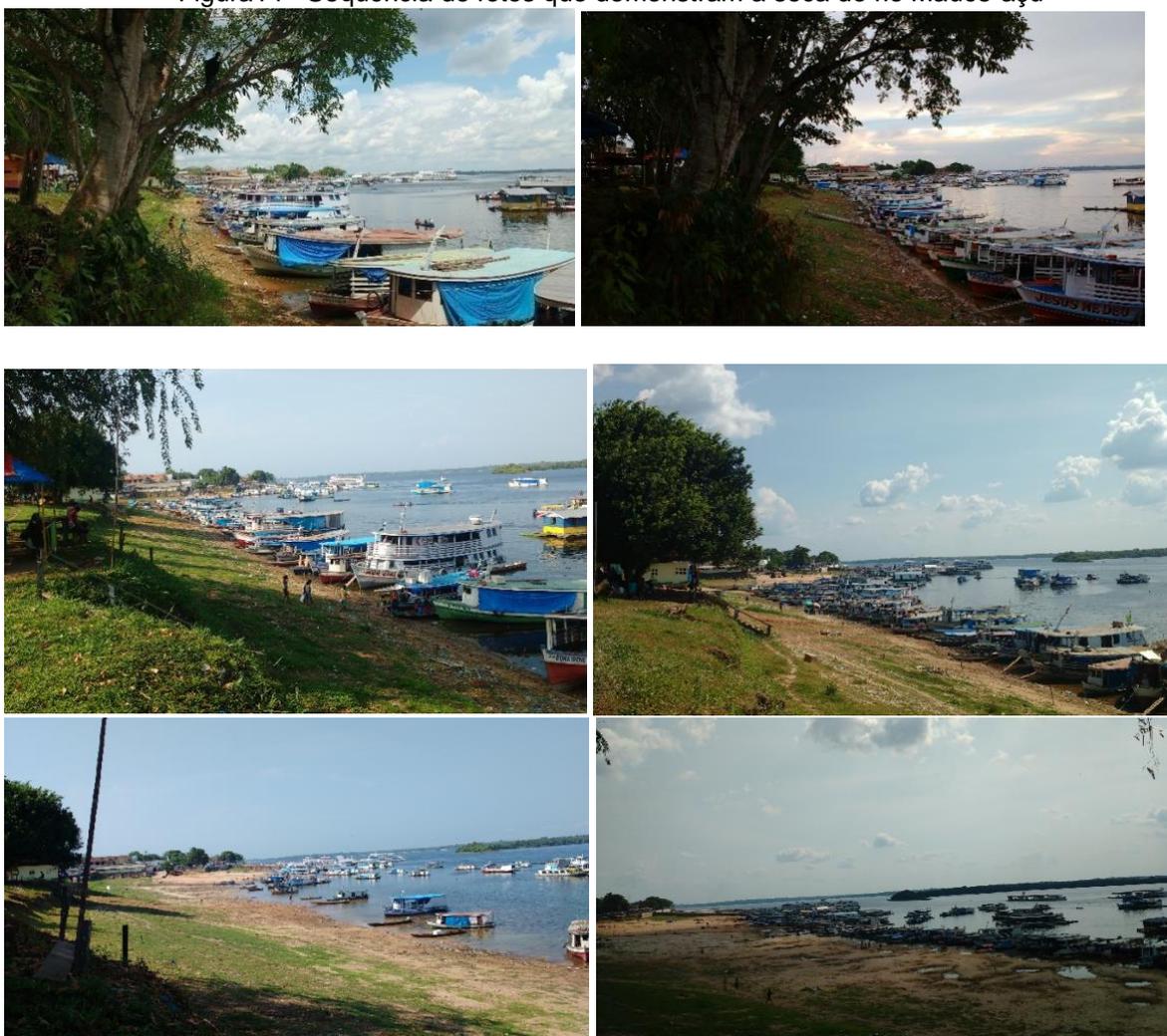


Fonte: Izaquiel Gomes (2022).

Fica esclarecido com a fala do interlocutor que as questões, climática e ambiental, ou melhor, estima-se que os calendários de chuvas (dezembro a abril) ou estiagem (maio a novembro), interferem, decisivamente, na política econômica de custos doméstico. Em decorrência, da trajetória mais longa seguida pelos canais fluviais permanentes, o que encarece o acesso ao perímetro urbano, ou seja, seus comércios, combustível e seus outros ativos.

Vale ressaltar que os interlocutores 2, 3 moram, segundo eles mesmos, em uma comunidade próximo ao urbano. Seguem abaixo, uma sequência de fotografias que identificam o processo de seca do rio Maués-açu as margens do perímetro urbano.

Figura14 - Sequência de fotos que demonstram a seca do rio Maués-açu



Fonte: Izaquiel Gomes, em variadas datas.

Em virtude do calendário social e político, expresso pelo interlocutor 2; as maiores frequências da presença cabocla na sede do município concentram-se nos últimos dias dos meses. Então, percebe uma variedade de embarcações as margens do rio – cidade.

O interlocutor 1, é guaranaicultor, relembra que remava cerca de 1 hora, o trecho, entre a comunidade – cidade – comunidade. E que, atualmente, com o motor de popa 20hp, passa a fazer 25 minutos de tempo: “paro no porto de casa”. O interlocutor 5, do rio maués miri, diz ser “antigo por aqui”, se referindo a sua presença na cidade. Compreende que a rabeta (conoa e motor rabeta) foi muito bom pra todo mundo. Mas que muita gente ainda não tem a sua.

Quando é que tu percebe essa presença; certo número de motores aqui; que os caboclos passam a usar o motor? eu acho que é a partir do final da década de 90; uma proliferação desses. Política pública? pode ter sido, pode ter sido,

em algum momento; a gente observa esse aumento gradativo mesmo, a partir de 2003 para cá assim, políticas públicas, transferência de renda reflete nessa mudança. então hoje, mesmo eu que conheço grande parte aqui da zona rural, que é imensa, qualquer cabeceira, qualquer rio, a gente observa as pessoas usando rabeta. usando motores de pequeno porte. Então, isso é um, é algo mais recente sim, já do século 21. (interlocutor 1, 06/2022, informação verbal).

Vale ressaltar, o trecho, no qual o interlocutor, diz: “conheço grande parte aqui da zona rural, que é imensa, qualquer cabeceira, qualquer rio, a gente observa as pessoas usando [motor] rabeta. usando motores de pequeno porte” (interlocutor 1, 06/2022, informação verbal). E enfatiza a brevidade com que isso vem acontecendo; e valendo-se do interlocutor 5, a possibilidade de outros grupos familiares passarem a usar.

A medida que muitos indivíduos ou grupos de indivíduos, ainda não possuem. Obviamente que isto, impacta decisivamente, no direito de ir e vir. Quem têm fica desobrigado de pagar valores ‘por cabeça’ nos recreios, por volta de R\$30, os quais determinam-se por tempo de permanência na cidade, entre 24h e 72h. A fotografia foi captura as margens do rio, imediatamente, a frente da igreja matriz da cidade. Inicialmente, capela de Nossa Senhora da Conceição.

Figura15 - Barcos recreio



Fonte: Izaquiel Gomes (maio 2022).

North (2018) pontua que são várias as razões e condições que influenciam nas mudanças institucionais, especialmente, as incrementais. E o autor adverte; as mudanças formais são mais fluidas; em contraposição, as informais são, por exemplo: atendido os critérios legais (dominação burocrática) de acesso aos benefícios de transferência de renda dos governos, seja: local, estadual, mas principalmente, federal. Os indivíduos podem, devido esse acesso, dispor de recursos que lhes possibilitem, comprar ou ganhar, em virtude da atenção aos critérios formais do

Estado, tecnologias (roçadeiras, serradeiras de pequeno porte, motores náuticos etc.) provocando mudanças estruturais severas em seu modo de vida, deslocamento e no seu ambiente etc. exemplo desse contexto segue, embaixo.

Um casal, sentado, numa canoa-rabeta as margens do rio Maués-açu, informa que sempre vem a cidade no final dos meses; e que levam uma hora e meia com rio cheio (1h 30m) e duas horas e meia (2h30m) com rio seco para sua chegada. Percebe-se que, a relação custo e tempo, se alteram como já mencionado por outros interlocutores. Ela disse ser professora da rede municipal e que vem receber sua remuneração e que atua na escola da comunidade. O casal afirma que ele recebe benefício do governo em decorrência dos filhos; informam que não são legalmente casados; que têm dois filhos; e que é nesse momento que abastecem a casa com as coisas do perímetro urbano. “Quando a gente tá aqui pega o que têm pra pegar (se referindo ao dinheiro). Passa na casa da mãe dela. pega o rancho e mais qualquer outra coisinha. (quanto tempo vocês ficam aqui?) só um dia mesmo; só o que precisa” (interlocutor 4; casal) 11/2022, informação verbal).

A dinâmica do Casal (interlocutores 4) vai ao encontro do depoimento dado pelos Interlocutores 2 e 3. Ou seja, que chegam ao urbano, no período de 28 a 30, de cada mês. O casal, em questão segue, preferencialmente, no dia do pagamento da remuneração municipal; ou seja, quando ‘o capital’ circula com maior intensidade. Pois, “eles se reúnem [pessoas de todos os polos e comunidades]. Nessa data porque todo mundo está consciente que vai correr dinheiro na praça, né?” (interlocutor 2 e 3). Ou melhor; receberão remunerações e, também aqueles clientes de programas de transferências e benefícios do Estado receberão, mesmo que suas datas de recebimentos sejam anteriores esperaram para fazer uma só viagem. Obviamente, é difícil determinar, mas por esses dias percebe-se carros forte pela cidade.

Antes, de falar do marido do casal em questão, um breve histórico do principal programa de transferência de renda do Brasil. Ortiz e Camargo (2016) contam o histórico do Programa Bolsa Família – PBF, e relembram que desde o ano de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC. Quando este baseado no programa nacional “Bolsa Escola” alçou para dentro da política cerca 5.561 municípios. E no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva após estudos viu-se a possibilidade de ampliar a política de transferência de renda. A fim de enfrentar a fome, com o Plano Fome Zero, em conformidade com o Programa de Renda Básica de Cidadania unificando vários programas existentes a época, como:

Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. E com a unificação dos programas sociais de transferência de renda, o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no comando do referido programa de política pública (ORTIZ; CAMARGO, 2016, p. 7).

Segue abaixo, uma imagem que apresenta os eixos do Programa Bolsa Família reformulado em 2 de março de 2023, 3 mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT.

Figura16 - Descrição sintática do PBF 2023  
NOVO BOLSA FAMÍLIA

**O que é?**  
Programa de transferência de renda para famílias carentes

**Quem pode receber?**  
Famílias inscritas no CadÚnico, com até R\$ 218 por pessoa

**Quanto cada família receberá?**

- O valor base do benefício é de R\$ 600 por família
- No entanto, receberão valores extras as famílias que tiverem crianças, adolescentes e grávidas

**Quanto é o valor extra?**

- R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos
- R\$ 50 por dependente de 7 a 18 anos
- R\$ 50 por cada gestante

**Quais as condições para continuar no programa?**

- Comprovar a frequência escolar dos filhos
- Manter atualizadas as cadernetas de vacinação da família inteira
- Grávidas deverão fazer o acompanhamento pré-natal
- Crianças até 6 anos terão que fazer acompanhamento nutricional

**Como receber?**

- A Caixa Econômica disponibilizará o valor para saque ou crédito em conta bancária
- O pagamento será feito ao responsável pela família, preferencialmente, à mulher

Fonte: MP 1164/23  
Arte: Agência Câmara  
03/03/2023

Fonte: Brasil (2023).

A imagem informa que podem receber as famílias inscritas no cadastro único – CadÚnico, com renda de até R\$218 por pessoa. Esclarece quanto cada família irá receber, e se atendida outras condições receberão extras. Desde que atendam as condicionalidades: frequência escolar, educação; vacinação, pré-natal para gestantes e acompanhamento nutricional para menores de 6 anos, saúde. Poderão receber com saque na Caixa Econômica Federal – CEF, cartão de crédito ou uso do aplicativo; quem pode receber? o chefe da família. Está apresentado, em linhas gerais, o

arcabouço legal que pretende aproximar os recursos daqueles que precisam e afastar comportamentos oportunistas.

Os aplicativos digitais, atualmente, são instrumentos facilitadores da circulação de pagamentos/recebimentos/investimentos sejam remunerações ou benefícios. No entanto, no espaço amazônico existem falhas na transmissão dos dados, em algumas localidades não há possibilidade alguma de sinal, mesmo no centro urbano existem falhas de transmissão. Então; bancos, dinheiro e a tradição em recebê-los em instituições com reputação e segurança. À medida que se pretende levar certa quantia em espécie para os negócios domésticos. Como também pretendem ampliar as chances ou oportunidades aquisitivas no mercado.

Embora a Associação das Operadoras de Celulares (ACEL) admita que a Amazônia não seja muito atrativa para investimentos das operadoras, medidas urgentes precisam ser tomadas para incluir a região na era digital, quando a população já se sente excluída de muitas benesses oficiais e do mundo desenvolvido. Não se pode falar em desenvolvimento sustentável da Amazônia, em integração nacional, sem que a população da Região Norte tenha acesso à Internet e a um satisfatório serviço de telefonia fixa e móvel (BRASIL, 2010, p. 16).

Há sempre o interesse maior em receber em dinheiro, geralmente, foram apresentadas duas razões para isso: a possibilidade de levar dinheiro para a casa para resolver questões locais e com dinheiro podem negociar no mercado. No entanto, para tanto, enfrentam algumas problemáticas: a insuficiência de cédulas no valor que se pretende retirar; caixa eletrônico fora de operação; demora na reposição de cédulas etc. Dessa forma, encontram-se filas nas agências bancárias e lotéricas que fazem os repasses, principalmente, do programa Bolsa Família. são os paradoxos de consequências, ou seja, contingências que interferem na trajetória pretendida, especialmente, em relação àqueles sem transporte próprio.

Figura 17 - Agência Bancária e Lotérica



Fonte: Izaquiel Gomes (2022).

É, principalmente, pelo Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, que as famílias são inseridas no Cadastro Único – cadÚnico. Porém, sem prejuízo de outras possibilidades de identificação como o Número de Identificação Social – NIS (MP, 1164/2023). É também pela numeração do NIS que o beneficiário tem conhecimento da data do depósito e direito a retida do benefício. Embaixo, a íntegra do art. 5 da Medida Provisória que propõe com os elegíveis.

Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias: I - inscritas no CadÚnico; e II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais). Art. 6º As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda per capita mensal seja superior ao valor estabelecido no inciso II do caput do art. 5º serão mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo e em regulamento. § 1º Na hipótese de a renda familiar per capita mensal superar o valor de meio salário-mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 4º, a família será desligada do Programa. § 2º Durante o período de vinte e quatro meses a que se refere o caput, a família beneficiária receberá cinquenta por cento do valor dos benefícios financeiros a que for elegível, nos termos do disposto no art. 7º. § 3º Terão prioridade para reingressar no Programa Bolsa Família: I - as famílias que voluntariamente se desligarem do Programa; e II - as famílias que forem desligadas do Programa em decorrência do término do período de vinte e quatro meses previsto no caput. § 4º Na hipótese prevista no § 3º, a família deverá cumprir os requisitos para ingresso no Programa Bolsa Família estabelecidos nesta Medida Provisória e em regulamento” (BRASIL. Medida provisória, 1164, de 2 de março de 2023).

O calendário 2023 do repasse apresenta o número do NIS como referência para o pagamento. Informa, com exceção do mês fevereiro e dezembro, todos os demais, por volta, do dia 20 até o último dia de cada mês, os recursos são repassados. No entanto, na cidade de Maués percebe-se, nitidamente, naqueles dias já mencionados pelos interlocutores; ou seja, 28, 29, 30 de cada mês; grande número de embarcações e indivíduos pela cidade. Principalmente, próximo ao último fim de semana desses meses. No quadro a seguir. Os valores repassados e o número de famílias beneficiadas.

Tabela 3 – Valores transferidos Benefício de Prestação Continuada - BPC

localidade	Pessoas com deficiência	Idosos beneficiários	Total de beneficiários	Repasse junho 2022	Repasse total 2021
Brasil	2.581.905	2.162.611	4.744.516	R\$5,75 Bi	R\$61,91 Bi
Amazonas	57.825	49.652	107.477	R\$130,3 Bi	R\$1,4 Bi
Manaus	27.680	31.518	59.198	R\$71,8 Bi	R\$761,9 Mi
Maués	1.335	696	2.031	R\$2,5 Bi	R\$27,5 Mi

Fonte: Senarc/MC (2022).

Tabela 4 – Valores transferidos Benefícios Financeiros

localidade	Primeira Infância (BPI)	Total de Beneficiários - Composição Familiar					Superação da pobreza extrema	Compensatório de transição (BCOMP)
		Crianças (BCC)	Adolescente (BCA)	Jovem (BCJ)	Gestante (BCG)	Nutriz (BCN)		
Brasil	2.904.424	17.929.643	2.709.830	2.467.661	828.380	552.140	14.715.202	3.928.919
Amazonas	101.033	676.550	103.757	98.865	31.088	17.421	382.026	107.407
Manaus	29.164	228.591	32.968	29.729	7.980	3.999	93.314	59.460
Maués	2.367	16.251	2.576	2.535	720	436	12.456	1.253

Fonte: Senarc/MC (2022).

Voltando as atenções para àquele casal. O qual, informaram que ele recebe os valores dos benefícios dos menores da família; e que não são casados legalmente, prática comum na região; mas que convivem sob o mesmo teto. Outra informação dada pelo casal é que ela recebe mais que um salário-mínimo. sendo o salário-mínimo em 2022, no valor de R\$ 1.302. Nesse caso, constata-se que a grupo familiar tem renda per capita de R\$325,5 por pessoa. Excedendo até mesmo o percentual atual, 2023, do PBF. Dessa forma, estamos de frente com o comportamento oportunista. Segue abaixo o calendário 2023 do BPF, qual disciplina a ordem de recebimentos dos benefícios a partir do número final do NIS.

Figura 18 - Calendário NIS - PBF

FINAL DO NIS	DIA E MÊS DO PAGAMENTO											
1	18 JAN	13 FEV	20 MAR	14 ABR	18 MAI	19 JUN	18 JUL	18 AGO	18 SET	18 OUT	17 NOV	11 DEZ
2	19 JAN	14 FEV	21 MAR	17 ABR	19 MAI	20 JUN	19 JUL	21 AGO	19 SET	19 OUT	20 NOV	12 DEZ
3	20 JAN	15 FEV	22 MAR	18 ABR	22 MAI	21 JUN	20 JUL	22 AGO	20 SET	20 OUT	21 NOV	13 DEZ
4	23 JAN	16 FEV	23 MAR	19 ABR	23 MAI	22 JUN	21 JUL	23 AGO	21 SET	23 OUT	22 NOV	14 DEZ
5	24 JAN	17 FEV	24 MAR	20 ABR	24 MAI	23 JUN	24 JUL	24 AGO	22 SET	24 OUT	23 NOV	15 DEZ
6	25 JAN	22 FEV	27 MAR	24 ABR	25 MAI	26 JUN	25 JUL	25 AGO	25 SET	25 OUT	24 NOV	18 DEZ
7	26 JAN	23 FEV	28 MAR	25 ABR	26 MAI	27 JUN	26 JUL	28 AGO	26 SET	26 OUT	27 NOV	19 DEZ
8	27 JAN	24 FEV	29 MAR	26 ABR	29 MAI	28 JUN	27 JUL	29 AGO	27 SET	27 OUT	28 NOV	20 DEZ
9	30 JAN	27 FEV	30 MAR	27 ABR	30 MAI	29 JUN	28 JUL	30 AGO	28 SET	30 OUT	29 NOV	21 DEZ
0	31 JAN	28 FEV	31 MAR	28 ABR	31 MAI	30 JUN	31 JUL	31 AGO	29 SET	31 OUT	30 NOV	22 DEZ

Fonte: Brasil (2023).

Dada a incompletude dos contratos podem ser observadas relações, auto interessadas e/ou oportunistas, elevando os custos da transação (NORTH, 2018). Especialmente, quando é necessário envolve a engenharia estatal, ou seja: “o quadro administrativo e os meios materiais da administração” (WEBER, 1974, p. 101). Principalmente, naquilo que lhe é próprio: a coerção. Esses tipos de comportamentos são fatores de perdas orçamentárias irrecuperáveis ao erário.

Em dados de 2022, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MC) observam-se os números do Programa Auxílio Brasil, o qual substituiu o Programa Bolsa Família no governo Bolsonaro. O qual prometia incrementar o orçamento e alcançar um maior número de clientes dos programas sociais. O quadro abaixo apresenta vários níveis de pobreza encontradas do nível nacional ao local.

Tabela 5 - População, famílias e pobreza

localidade	População (estimada IBGE, dezembro, 2021)	Famílias Cadastradas	Família em situação de extrema pobreza	Família em situação de pobreza	Famílias de baixa renda
Brasil	213.317.639	36.362.548	18.764.335	3.236.172	7.032.921
Amazonas	4.269.995	828.698	507.532	91.332	99.870
Manaus	2.255.903	339.531	160.690	63.463	56.964
Maués	66.159	16.817	13.203	715	936

Fonte: Senarc/MC (2022).

Em Maués, um percentual significativo das famílias, um quarto das famílias, encontra-se no cadastro de famílias do CadÚnico. subdividindo-se: baixa renda, pobreza e extrema pobreza. Informando que essas famílias têm, baixo ou nenhum,

poder de disposição e, conseqüentemente, exíguas oportunidades aquisitivas. Então, atender as regras da política de transferência de renda; inscritas na Medida Provisória Nº 1164, de 2 de março de 2023; podem trazer para estas inúmeras, chances aquisitivas e direitos de disputar no mercado.

Tabela 6 - Localidade e repasse dos recursos: localidade e repasse dos recursos orçamentários

localidade	Valor médio de Auxílio Brasil (agos de 2022)	Família beneficiarias do Auxílio Brasil (agos 2022)
Brasil	R\$ 607,85	20.2000.862
Amazonas	R\$ 618, 11	562.645
Manaus	R\$ 602, 54	205.233
Maués	R\$ 637,26	13.524

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MC, 2022).

O governo federal entre 2019-2022, em seus últimos anos e próximo ao período eleitoral, incrementou financeiramente o repasse de verbas. Assim provocando substancial diferença entre os anos de 2021 e 2022. Conforme mostra o quadro abaixo:

Tabela 7 - Repasse orçamento PBF: incremento orçamentário 2022

localidade	Valor injetado pelo Bolsa Família (agos de 2021)	Valor injetado pelo Auxílio Brasil (agos 2022)
Brasil	R\$ 1.244.911.833,00	R\$ 12.144.301.939,00
Amazonas	R\$ 50.504.310,00	R\$ 330.824.292,00
Manaus	R\$ 5.594.172,00	R\$ 123.185.875,00
Maués	R\$ 1.741.917,00	R\$ 8.589.643,00

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MC, 2022).

Bartoli (2020) ressalta a reduzida participação dos poderes públicos locais, do baixo Amazonas, na divisão do trabalho. tendo como resultado a permanência de fortes vínculos territoriais, amplamente, presentes na região, por isso:

[...] i) predomínio de repasses públicos na formação do PIB municipal; ii) predomínio do transporte fluvial na formação da rede urbana; iii) domínio da economia local pela fração relativa ao capital mercantil reforçando funções comerciais desempenhadas pelas sedes enquanto lugares centrais; iv) formação de uma economia popular com dinâmica específica realizando complementações através das relações urbano-ribeirinhas (BARTOLI, 2020, p. 6).

Os vínculos fortes com o território parecem estar mais ligados as dominações históricas, aos tradicionalismos; ancestralidades e crenças. Certamente, menos, aos recentes recursos de transferências governamentais. As populações caboclas são causas das políticas e não efeitos. Os interlocutores deixam bastante claro que, o

recebimento de recursos de transferências de rendas, a partir do governo federal, são importantes e indicam como causa para que, nos finais de meses, seja maior a intensidade das suas presenças circulando nos rios e nos mercados da cidade. O que do contrário não aconteceria.

Tabela 8 - Por setor da economia e pessoal ocupado

Município	agropecuária	Indústria	Serviço comércio	Setor público	Pessoal ocupado
Barreirinha	23,51%	3,8%	16,51%	56,59%	954
Boa Vista do Ramos	17,52%	2,96%	16,71%	62,81%	685
Maués	15,6%	4,61%	21,33%	58,56%	3.574
Nhamundá	17,44%	4,32%	19,22%	59,02%	888
São Sebastião do Uatumã	26,54%	4,66%	16,06%	54,76%	536
Parintins	28%	4,5%	25,85%	41,58%	6.974
Urucará					882

Fonte: Bartoli (2020).

E não se pode deixar de concordar com Bartoli (2020) quando diz que a arrecadação/receita dos municípios do Baixo Amazonas, logo incluindo-se Maués, dependem de transferências orçamentárias, estaduais e/ou federais. Possibilitando capacidade governativa, principalmente, para saldar compromisso com o funcionalismo e com o equipamento público.

Os recursos constantes do orçamento da União podem ser executados diretamente pelo Governo Federal ou por meio de outro ente da federação ou entidade privada. São tratadas as transferências de recursos que são descentralizados ao município. Recebido os recursos, o município utiliza a própria estrutura administrativa para promover a contratação de bens e serviços necessários à realização de um objetivo comum entre União e município. Os repasses de recursos federais a municípios são efetuados por meio de três formas de transferências: a) transferências constitucionais; b) transferências legais; c) transferências voluntárias (BRASIL. Senado Federal, 2012, p. 9)

Apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 9 - Transferência de recursos Federais e Estaduais para Municípios

Sub-região/ Municípios	Transferência Federal (r\$1,00)		Transferências Estaduais (r\$1,00) (repass)				PIB
	FPM	FUNDEB	ICMS	IPVA	IPI	ROYALTE S	
Baixo Amazonas	114.306.492	188.410.862	102.706.545	1.074.641	287.982	1.433.053	2.299.502
Barreirinha	15.766.404	33.597.278	9.258.164,94	21.370,66	25.959	129.178	224.067
Boa Vista do Ramos	11.824.803	12.391.113	7.546.687,54	10.616,02	21.160	105.298	110.649
Maués	23.649.606	45.815.744	25.753.328,13	185.609,55	72.211	359.333	141.135
Nhamundá	11.824.803	13.426.422	9.513.263,16	13.490,86	26.675	132.737	135.660
Parintins	31.532.808	67.222.985	31.240.259,58	789.421,67	87.596	435.892	1.027.190
São Sebastião do Uatumã	7.883.202	4.835.230	7.576.835,60	11.296,21	21.245	105.719	93.397
Urucará	11.824.803	11.122.090	11.818.006,25	42.835,55	33.137	164.895	297.858

Fonte: Bartoli (2020).

Maués apresenta o segundo maior recebimento de transferências em todas as categorias, perdendo apenas para Parintins na região do Baixo amazense. Por sinal, os únicos municípios com rede bancária, com várias bandeiras, constituindo-se um importante ativo para o gestor público. Sendo que Parintins possui uma bandeira privada a mais. Tal questão é primordial. Uma vez que os servidores públicos, das várias esferas do poder, especialmente, dos municípios onde se encontram muitos caboclos, em vários cargos/funções, podem usufruir de seus ganhos pecuniários.

O "governo" pode estar vinculado a normas jurídicas e limitado por direitos subjetivos adquiridos. Essa qualidade ele tem em comum com a criação do direito e com a aplicação deste. Mas isso abrange apenas dois aspectos: 1) um positivo, que é o fundamento da legitimidade da competência própria: um governo moderno desenvolve sua atividade em virtude de "competência" legítima, que, em última instância, se concebe, do ponto de vista jurídico, sempre como baseada na autorização dada pelas normas "constitucionais" do Estado. Além disso, resulta daquela vinculação ao direito vigente e aos direitos adquiridos; 2) como aspecto negativo, a limitação de sua liberdade de ação, com a qual ele deve conformar-se (WEBER, 2012, p. 4).

Nesse contexto, por exemplo. Dois fatores são relevantes apontados nos quadros acima. A participação do poder público no número de pessoas ocupadas e o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. O setor público em Maués abarca quase, cinquenta e nove por cento (59%), do pessoal ocupado equivalendo a quase 2144 pessoas (servidores). O outro ponto relevante é o repasse feito, a partir do Fundeb, cerca de R\$ 45.815.744; o qual compõe a remuneração dos servidores

da educação e capacidade orçamentaria do município desse setor. No entanto, ocupar cargos/função no serviço público precisa estar de acordo com regramento previsto em lei. Como afirma Weber:

I. A ocupação de um cargo é uma “profissão”. Isso se evidencia, primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. Além disso, a posição do funcionário tem a natureza de um dever (WEBER, 1974, p. 232).

O acesso a condição de funcionário público está sob regramentos prescritos no Capítulo VII, Da Administração Pública, art. 37, da Constituição Cidadã de 1988. Interlocutores se declararam professores concursados e que por isso fazem jus a remuneração. E que, quando nomeado, atenderam os requisitos estabelecidos.

II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL. Constituição, 1988).

O “medo da vingança e a esperança da recompensa”. Significa o avanço da racionalidade da obediência, iniciada, principalmente, com a instalação da empresa mercantil portuguesa na Colônia Brasil, dominando territórios e pessoas, instituindo regras e coerção, mercados e negócios. Mas, Weber (1974) expõe que não existe dominação pura, ou seja, ampla e perfeita. Por isso, explica o autor, existem concomitantes, relações de dominações patriarcais, carismáticas e legais, as quais são responsáveis em situar os indivíduos no quadro de honrarias sociais, acesso aos poderes de disposições, e principalmente, às oportunidades aquisitivas. Nesse contexto, o caboclo amazônida, afim a empresa mercantil portuguesa, historicamente, vem ocupando espaços no organograma, político e social, das relações institucionais propostas desde a colonização. Atualmente, estratifica-se em várias esferas das honrarias sociais e poderes econômicos.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais que se movimentam pelas embarcações nos rios amazônicos são naturalizadas, escamoteadas, tantas vezes, pelas imensas belezas naturais, de fauna e flora, desse espaço. Mesmo olhares atentos, alguns romantizam, as relações dos caboclos, entre eles e seu ambiente. Então, investigar a presença aquisitiva cabocla; daqueles que moram ao longo dos rios, lagos, igarapés; quando estão no espaço urbano foi a tentativa de tirá-lo do seu ambiente social costumeiro e questioná-los quais instituições lhes importam quando estão no urbano.

O trabalho teve como objetivo geral questionar as dinâmicas institucionais presentes no cenário amazônico que influenciaram na economia aquisitiva. Essa dinâmica possibilitou ao caboclo ser reconhecido, 'educado' e apoiado, ou melhor, lhes possibilitaram poderes de disposições e, conseqüentemente, poderes de aquisições.

Tal fato foi verificado como positivo, ao possibilitar o estatuto de liberto ao indígena, o colonizador português pode se casar com a índia e vice-versa; também assegurou, ao índio, seus ganhos. Essa união, principalmente, do estrangeiro com a índia tinha incentivos da Coroa Real e reconhecimento da igreja. Os descendentes dessa união, o mameluco, obteve vantagens que outras miscigenações não tiveram contempladas.

Sobre os objetivos específicos o primeiro foi atendido. No intuito de responder o questionamento desse trabalho a teoria da instituição de Max Weber contribuiu decisivamente, uma vez que trouxe repertório conceitual e categórico que possibilitou interpretar compreensivamente a relação proposta entre instituições, caboclos e aquisições. Por meio de seus tipos ideais de dominações.

A partir do segundo e terceiro objetivos específicos se pode caracterizar e investigar que a Coroa Real portuguesa incentivava tais casais, estrangeiro e índia, com presentes que possibilitavam sua manutenção e produção: terras e instrumentos de trabalho na terra. A igreja os reconhecia ofertando seus 'bens de salvação': batismo, eucaristia, casamento. Ou seja, economia e honrarias, emprestados pelos poderes constituídos. Assim, os descendentes desse casal poderiam assumir postos de trabalho 'remunerados', os quais, inicialmente, eram reservados aos 'brancos'. Possibilitaram educação e formação para que pudessem acessar cargos seculares e religiosos.

Sobre o quarto e principal objetivo específico a investigação mostrou que as instituições que são importantes ao caboclo; aqueles que se apresentam ao perímetro urbano estão ligados à burocracia estatal. É necessário, documentos oficiais para acessar; direitos e/ou cidadanias, ou seja, reconhecimentos; principalmente, aquele ligado a Fazenda e Receita Pública: Cadastro de Pessoa Física – CPF. ‘Porta de entrada’ e acesso aos recursos. Há outros caboclos, com formação e educação formal, garantem suas chances aquisitiva fazendo parte da engenharia institucional. Assumindo cargos e funções como por exemplo nos quadros do magistério.

Tal fato vai ao encontro da hipótese aventada respondendo à pergunta da pesquisa. Que o caboclo, atualmente, em grande número, ainda mantém forte relações com os recursos transferidos pelas várias esferas do Estado, ou seja, direta ou indiretamente; rendas ou benefícios. Dessa forma, as instituições que importam são aquelas provenientes da dominação legal. Tais fatos, causam prejuízos pessoais em sua reputação, pois o estereótipo de preguiçoso e indolente também os acompanham.

Os percursos metodológicos nos fizeram caminhar às margens do rio Maué-açu, conversar com os interlocutores que estavam nos barcos naquele instante. Entrevistá-los por meio de conversas foi o instrumento utilizado para aproximação daqueles que chegavam de barco, vivenciavam o perímetro urbano e depois partiam.

Compreender interpretativamente assentada na descrição densa, de Geertz, todo esse processo requereu analisar, a partir do recorte das instituições, relações sociais, propostas por Max Weber. O espaço urbano expõe, como nas relações humanas, as regras que lhes dominam, constroem, selecionam. ao ponto de não terem atendidos ativos que nos parecem acessíveis.

As canoas ainda são fortemente utilizadas, porém motorizadas com os motores denominados de rabetas. Para aqueles que os possuem, há mais autonomia e independência para o seu trânsito comunidade – urbano - comunidade. Tais mudanças acontecem devido às alterações no quadro político nacional e à ampliação da dominação da burocracia legal sobre os indivíduos. Ou seja, acesso às políticas públicas por meio das transferências de renda, possibilitam aos indivíduos oportunidades aquisitivas.

Um ponto primordial que causou limitações consideráveis foi o período de pandemia que encurtou o período de campo e mesmo a presença cabocla na parte urbana, pois fechou por tempo substancial a navegação no estado do Amazonas. O

que impossibilitou mais encontros com os interlocutores, pois um único contato os deixa resabiados e pouco à vontade para falar. É necessário tempo para repetir, dar certeza, dar retorno ao caboclo, até mesmo ir até à comunidade para ouvir.

Aponta-se como recomendações especificar os estudos referentes às relações aquisitivas dos caboclos. Com base em informação tomada por esse trabalho, uma vez recebido os recursos dos programas de transferências de renda, há a preocupação de levar para a comunidade alguma quantia do dinheiro recebido, o qual irá dinamizar relações sociais *sui generis*: quais relações sociais aquisitivas são intermediadas pelo dinheiro que chega nas comunidades?

Nesse momento, concluímos certos de que para além das respostas, temos muitas inquietações e provocações. Estimamos que essa pesquisa motive os leitores a conhecerem a região Amazônica, falada e debatida, no entanto, pouco visitada e, principalmente, estudada. Deixamos o convite provocativo para que embarque, viva e conviva no espaço amazônico.

## REFERÊNCIAS

- ALDENHOFF-HUBINGER, R. Os cursos de Max Weber: economia política, política agrária e questão dos trabalhadores (1894-1900). **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 19-36, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000100002>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- AS MISSÕES religiosas e a ocupação do vale Amazônico. **Multirio**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema66.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANDECCHI, B. O município no Brasil e sua função política. **Revista de História**, São Paulo, v. 44, n. 90, p. 495-530, 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1972.131778>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1994.
- BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. **A expansão marítima portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. **A situação do serviço de telefonia na Amazônia**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. Senado Federal. **Manual de Obtenção de recursos federais para os Municípios**. 2012.
- BRASIL. **Medida Provisória Nº 1164, 2 de março de 2023**. Brasília, 2023.
- BRITO, D. C. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- BRUYNE, P. **Dinâmica de pesquisa em Ciências Sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Ed. Alves, 1977.
- CARVALHO, A. G. **As contribuições de Max Weber e Karl Polanyi ao debate do oikos a partir de suas concepções de economia e de mercado**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo Norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 43-76, abr. 2013.

CAVALCANTE, C. M. Commons e veblen: da existência de uma unidade conceitual no âmbito do institucionalismo americano. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 18, n. 34, p. 56-72, 1º sem. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v18i34.17339>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CHAMBOULEYRON, R. A prática dos sertões na Amazônia Colonial. **Outros Tempos**, São Luís, v. 10, n. 15, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v10i15.256>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COELHO, M.C; MELO, V. Z. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos indígenas (1757-1798). **Revista de História**, São Paulo, n. 174, p. 101-129, jan./jun. 2016.

COELHO, M. C. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o diretório dos índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 149-174, inverno 2000.

COHN, G. Prefácio à edição brasileira. *In*: WEBER, M. **Ética Econômica das Religiões Mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião: 1 Confucionismo e Taoísmo. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 7-18.

COHN, G. **Crítica e resignação**: Max Weber e teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma avaliação da agenda de pesquisa da Escola Institucionalista original. *In*: SALLES, A. O. T. **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 297-336.

COSTA, E. J. M. **O pensamento econômico de Max Weber**: um necessário resgate. Brasília: Anpec, 2020.

COSTA, F. A. lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, Belo horizonte, p. 167-206, jan./abr. 2010.

DIAS, C. L. Os índios, a Amazonia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 235-252, 2019.

FARINA, E. M. M. Q. **Competitividade**: estado e organização. São Paulo: Singular, 1997.

FAUSTO, B. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes portuguesas até os dias de hoje. São Paulo: Edusp, 2006.

FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Humanitas series). Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d55c7>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FONSECA, P. C. D. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. *In*: CORAZZA, G. (org.). **Métodos das ciências econômicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 17-34.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. São Paulo: Vozes, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. [S.l.], 2005.

GRIGOROWITSCHS, T. **Um outro espírito, um outro capitalismo: o papel da economia antiga na tipologia do capitalismo de Max Weber**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-06112012-110336>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GUIMARÃES, L. N. M. R. **Relações entre direito e economia no pensamento de Max Weber: pequenas comparações com Rudolph Stammler e a análise econômica do direito**. Fortaleza: CONPEDI, 2010.

LARA, C. S., COSTA, C. R., SAMPAIO, P. T. B. O mercado de sementes e mudas de pau-rosa (*Aniba spp.*) no Estado do Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, e221035, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/sxZRpYZySXvrvqW5tY64qwS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LIMA, A. J. S. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”**: moeda natural e moeda metálica na Amazonia colonial (1706 – 1750). Belém: UFPA, 2006.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 2, n. 2, dez. 2009.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglas North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 619-637, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000400004>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MACHADO, R. R. **Sateré-Mawé, a Identidade Indígena no Espaço Escolar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARQUES JUNIOR, L. S.; PÔRTO JUNIOR, S. S. O método da teoria neoclássica – a economia neoclássica é uma teoria refutável. In: CORAZZA, G. (org.). **Métodos das ciências econômicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 93-115.

MARX, M. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/ Nobel, 1991.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: UBU, 2017.

NASCIMENTO, E. C.; GUERRA, G. A. D. Quintais multifuncionais: a diversidade de práticas produtivas e alimentares desenvolvidas pelas famílias da comunidade

quilombola do Baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Revista IdeAS**, [s.l.], v. 8, n. 2, 2014.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 12, n. 1, jun. 2009.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, D. C; WALLIS, J. J; WEINGAST, B. R. **Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting human history**. Cambridge, 2009.

NOVAIS, F. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *In*: NOVAIS, F. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 23-43.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, 1996.

ORTIZ, L. R. A; CAMARGO, R. A. L. **Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família**. Franca: UNESP, 2016.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. *In*: SOUZA, Amaury de. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 70-88.

PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Ed. USP, 2013.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

POKER, J. G. A. B. Os Sentidos de Compreensão nas Teorias de Weber e Habermas. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, p. 221-244, 2013.

POHLMANN, M. C; AGUIAR, A. B; BERTOLUCCI, A; MARTINS, E. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, v. 15, p. 24-40, jun. 2004.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 2. ed. Manaus: Secretaria de Cultura do Amazonas; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICUPERO, R. **A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-1630**. São Paulo: Alameda, 200., p. 93-169.

ROLLER, H. F. Expedições coloniais e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c 1750 – 1800. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.

RINGER, F. K. **A metodologia de Max Weber**: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: USP, 2004.

SAINT-PIERRE, H. L. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

SALLES, A. O. T; PESSALI, H. F; FERNÁNDEZ, R. G. **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SANTOS, B. S. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SILVA, A. C. B. **A cadeia de valor do guaraná de Maués**. Manaus: IDESAM, 2018.

SILVA, L. S; ALVES, H. S; SILVA, D, W; ROMANO, M. L. P. C. A alimentação na várzea amazônica: estudos dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer. **RCS**, [s.l.], v. 4, n. 7, p. 177-206, jan./jun. 2020.

SILVA, J. M. R. **A racionalidade na teoria da ação social de Max Weber**. Florianópolis, 2015.

SELL, C. E. Dossiê Max Weber reloaded: retomando seu legado 100 anos depois. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 19, n. 45, 2020.

SELL, C. E. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.

SELL, C. E.; ALBERT, G.; MATA, S. Apresentação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 45, maio/ago. 2020.

SCHLUCHTER, W. **Paradoxos da modernidade**: cultura e conduta na teoria de Max Weber. São Paulo: UNESP, 2011.

SCHWARTZ, S. B. A economia do Império português. *In*: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. **A expansão marítima portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 2020. p. 21-51.

SCHEIDEL, W. **Violência e a história da desigualdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SOUZA, J. O mundo desencantado. *In*: WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006. p. 7-12.

SOUZA JUNIOR, J. A. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 48, p. 173-211, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/xdpBVJs9K4Fckj5s5DqJJJdk/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

TOYOSHIMA, S. H. **Instituições e desenvolvimento econômico**: uma crítica das ideias de Douglass North. São Paulo, 1999.

TORRES, S, M. S. Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 131-166, jan./jun. 2013.

VALENT, J. Z. **Dinâmicas institucionais em cooperativas agropecuárias a partir de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. 2019. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/206857>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2019.

WEBER, M. **O direito na economia e na sociedade**. São Paulo: Ícone, 2011.

WEBER, M. **Dominação tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1. Brasília: Ed. UNB, 2012.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1. Lisboa: Edições 70, 2022.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 2. Brasília: Ed. UNB, 2015.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, M. **Escritos políticos**. São Paulo: Zahar, 2014.

WEBER, M. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião: 1 Confucionismo e Taoísmo. Petrópolis: Vozes, 2019.

WEBER, M. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião: 3 o Judaísmo antigo. Petrópolis: Vozes, 2016.

WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, M. **História agrária romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WINCKELMANN, J. Prefácio à quinta edição. 1976, XVIII – XXX. *In*: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UNB, 2012.

WOLFFENBUTTEL, R. F. Weber e o conceito de Mercado: contribuições para uma interpretação da atualidade. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 215-230, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e74184>. Acesso em: 10 mar. 2023.